

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

CAMPUS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS

**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS - MIELT**

**LITERATURA, CIDADE E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS EXPERIÊNCIAS URBANAS EM *O
CORTIÇO* E *CIDADE DE DEUS*.**

JADE CARDOZO MAGALHÃES DOS SANTOS

**ANÁPOLIS-GO
2015**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS - MIELT

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

LITERATURA, CIDADE E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS EXPERIÊNCIAS URBANAS EM O
CORTIÇO E CIDADE DE DEUS.

JADE CARDOZO MAGALHÃES DOS SANTOS

ANÁPOLIS-GO

2015

JADE CARDOZO MAGALHÃES DOS SANTOS

**LITERATURA, CIDADE E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS EXPERIÊNCIAS URBANAS EM *O
CORTIÇO* E *CIDADE DE DEUS*.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás - UEG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Nismária Alves David

ANÁPOLIS-GO

2015

Ficha catalográfica

Santos, Jade Cardozo Magalhães dos.

S2371 Literatura, figura e violência [manuscrito]: uma análise comparativa das experiências urbanas em O Cortiço e Cidade de Deus / Jade Cardozo Magalhães dos Santos. – Anápolis, 2015. 121 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora Pro^ª Dr^ª Nismária Alves David.
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) , Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Literatura. 2. Literatura brasileira – Problemas sociais. 3. Romances brasileiros – Violência urbana. 4. MIELT – Dissertações – UEG/CCSEH. I.Título.

CDU: 821.134.3(81):316.624(043)

**LITERATURA, CIDADE E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS EXPERIÊNCIAS URBANAS EM *O CORTIÇO* E
CIDADE DE DEUS.**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em vinte e sete de fevereiro de 2015.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Nismária Alves David (MIELT - Universidade Estadual de Goiás-UEG)
Orientadora / Presidente

Profa. Dra. Márcia Maria de Melo Araújo (MIELT - Universidade Estadual de Goiás-UEG)
Membro interno

Prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio (TECCER-Universidade Estadual de Goiás-UEG)
Membro externo

Anápolis-GO, 27 de fevereiro de 2015.

Dedico este trabalho aos meus professores que me incentivaram, em especial aos professores da graduação. Aos meus pais Ivany e Joálison, e minha irmã Ardála, pela compreensão, apoio e confiança. A todos os demais amigos que me incentivaram, torceram por mim e que esperam ansiosos pela conclusão de mais essa importante etapa da minha vida profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à profa. Dra. Gláucia Vieira Cândido por ter confiado na minha capacidade, apresentando-me ao prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio durante a minha graduação.

Agradeço ao prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio pelo carinho, apoio e por acreditar na importância desta pesquisa, bem como a todos aqueles que dela participaram ou que ainda poderão estudá-la para um possível desenvolvimento das expressões literárias.

Agradeço à profa. Dra. Nismária Alves David que me orientou por pouco tempo, mas com uma dedicação especial para que eu conseguisse finalizar o meu trabalho.

Agradeço à profa. Dra. Márcia Maria de Melo Araújo por aceitar o convite para constituir a banca de qualificação e de defesa desta pesquisa. Obrigada pela atenção e pelas contribuições que fez para o aperfeiçoamento desta dissertação.

Agradeço a todos os professores do MIELT, que colaboraram para a construção de novos conhecimentos e do caminho a ser percorrido. Aos colegas mestrados pelas dúvidas, conhecimentos compartilhados e pela amizade. Aos secretários, sempre muito prestativos e dedicados.

Agradeço, em especial, a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, incentivando-me a persistir na realização dos meus objetivos. Obrigada a todos que conviveram comigo, durante o tempo de escrita desta dissertação, pela compreensão em relação aos momentos em que senti dificuldade e, principalmente, quando não tive tempo para lhes dar a atenção que mereciam.

Disse:

– É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.

E Polo:

– O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Italo Calvino

RESUMO

SANTOS, Jade Cardozo Magalhães dos. **Literatura, cidade e violência: uma análise comparativa das experiências urbanas em *O cortiço* e *Cidade de Deus***. 2015. 121 f.

Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis-GO, 2015.

Orientador(a): Professora Doutora Nismária Alves David.

Defesa: 27 de fevereiro de 2015.

Este trabalho estuda a relação entre literatura, cidade e violência, representada nos romances brasileiros *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, publicados em 1890 e 1997, respectivamente. Inserida na linha de pesquisa “Linguagem e Práticas Sociais”, em especial, a investigação contribui para o campo dos Estudos Literários ao cotejar essas obras, produzidas em épocas distintas e que se referem a contextos históricos e literários também diferentes, mas que trazem a cidade do Rio de Janeiro como o espaço privilegiado. Mediante o método comparativo, analisam-se as vivências das personagens retratadas, os tipos de habitações encontrados tanto no cortiço quanto na favela e os modos de manifestação de violência. Para tanto, consideram-se a cidade na história e sua presença na literatura brasileira, ainda são focalizados o tema da violência no texto literário e as características marcantes da violência urbana no Brasil. Os romances foram analisados à luz de trabalhos teóricos e críticos que versam sobre a cidade e seus elementos na literatura brasileira, e que discutem as causas e os tipos de violência urbana. Como aporte teórico, foram escolhidos Bosi (2006), Buoro *et al.* (2010), Calvino (1990), Duarte (2006), Endo (2005), Ginzburg (2012), Gomes (1994), Ignácio (2010), Morais (1981), Mumford (1965), Puty, Barcellos e Daniel (1982), Rolnik (2012), Valladares (2000), Velho (1978), dentre outros. Como resultado, constata-se que os romances abordados recriam, na ficção, a realidade das grandes cidades, proporcionando a reflexão sobre as possíveis causas do fenômeno da violência urbana e sobre a sua intensificação no decorrer dos anos, a qual ocorreu e vem ocorrendo aliada às profundas transformações do espaço citadino. Confirma-se, portanto, a atualidade dos textos literários em questão, visto que revelam as experiências urbanas que colaboram, sobretudo, para a compreensão das relações humanas e sociais.

Palavras-chave: Literatura. Cidade. Violência.

ABSTRACT

SANTOS, Jade Cardozo Magalhães dos. **Literatura, cidade e violência: uma análise comparativa das experiências urbanas em *O cortiço* e *Cidade de Deus***. 2015. 121 f.

Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis-GO, 2015.

Orientador(a): Professora Doutora Nismária Alves David.

Defesa: 27 de fevereiro de 2015.

This research studies the relationship between literature, city and violence, represented in Brazilian novels *O Cortiço* by Aluísio Azevedo, and *Cidade de Deus*, by Paulo Lins, published in 1890 and 1997 respectively. Inserted into the line of research "Linguagem e Práticas Sociais", in particular, the research contributes to the field of Literary Studies in comparing these romances, produced at different times and referring to historical and literary contexts also different, but they bring the city of Rio de Janeiro as the privileged space. Through the comparative method, we analyze the experiences of the characters portrayed, the types of dwellings found both in the slum as in the shantytown and the ways of manifestation of violence. Therefore, it considers the city in history and its presence in Brazilian literature and are still focused the issue of violence in the literary text and the outstanding characteristics of urban violence in Brazil. The novels were analyzed on the basis of theoretical and critical works about the city and its elements in Brazilian literature, and discussing the causes and types of urban violence. As the theoretical, were chosen Bosi (2006), Buoro *et al.* (2010), Calvino (1990), Duarte (2006), Endo (2005), Ginzburg (2012), Gomes (1994), Ignácio (2010), Moraes (1981), Mumford (1965), Puty, Barcellos e Daniel (1982), Rolnik (2012), Valladares (2000), Velho (1978), among others. As a result, it appears that the discussed novels recreate, in fiction, the reality of big cities, leading to considerations on the possible causes of the phenomenon of urban violence and its intensification over the years, which has occurred and is occurring together the profound transformation of the city space. It is confirmed, therefore, the present literary texts in question, as they reveal the urban experiences that contribute mainly to the understanding of human and social relations.

Key-words: Literature. City. Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CIDADE E LITERATURA	15
1.1 A cidade na história.....	16
1.2 A cidade na Literatura brasileira.....	22
2 LITERATURA E VIOLÊNCIA	29
2.1 A violência na Literatura brasileira.....	29
2.2 Violência urbana.....	39
3 O CORTIÇO E CIDADE DE DEUS: LITERATURA E VIOLÊNCIA	70
3.1 <i>O Cortiço</i> : considerações sobre a obra.....	71
3.1.1 Violência em <i>O Cortiço</i>	74
3.2 <i>Cidade de Deus</i> : considerações sobre a obra	80
3.2.1 Violência em <i>Cidade de Deus</i>	82
4 O CORTIÇO E CIDADE DE DEUS: PAISAGENS URBANAS E VIOLÊNCIA	94
4.1 <i>O Cortiço e Cidade de Deus</i> : paisagens urbanas	98
4.2 Violência urbana em <i>O Cortiço</i> e <i>Cidade de Deus</i>	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

Ao considerar as transformações ocorridas nas cidades brasileiras, os consequentes problemas sociais que foram se desenvolvendo no país e a insatisfação de parte da população em habitar áreas consideradas violentas e que não oferecem meios de realização de anseios, quase sempre básicos – tais como segurança, habitação, saúde e educação de qualidade, tem-se a motivação de realizar esta pesquisa por meio da análise comparativa da vivência das personagens inseridas na cidade do Rio de Janeiro, no contexto das obras *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins.

No romance de Aluísio Azevedo, são descritas as profundas mudanças pela qual passava a então capital federal na segunda metade do século XIX. Período em que a burguesia começava a se destacar e a buscar inspirações em cidades como Paris, que sofrera intensas reformas que a modernizaram. Conforme Valladares (2000), as tentativas de modernizar o Rio de Janeiro fracassaram no sentido de que o país não havia alcançado o estágio de modernidade da capital francesa e, não conseguindo refrear o crescimento da população urbana, as autoridades cariocas não conseguiram solucionar os problemas habitacionais, dentre outros fatores como a desigualdade social e a falta de empregos, retratados em *O Cortiço*.

Mais de um século depois, a cidade carioca é descrita no romance de Paulo Lins como um lugar que apresentava riscos para a população devido à intensa violência urbana. Pelo contexto da obra, que destaca os anos após a criação do bairro Cidade de Deus em 1960, percebe-se que perpetuaram-se problemas sociais já mencionados em *O Cortiço*, tais como a falta de emprego e de habitações adequadas para grande parte dos indivíduos, a desigualdade social e o descaso das autoridades que não propunham soluções eficientes para a transformação da realidade, colaborando para a intensificação da violência urbana no que se refere à criminalidade relacionada às favelas cariocas.

Este estudo propõe refletir sobre a história de desenvolvimento das cidades e sobre a frustração dos ideais relacionados ao progresso do capitalismo no que concerne às condições de vida da maior parte dos indivíduos que constituem o espaço urbano. Por meio da análise das duas obras literárias mencionadas, pretende-se abordar as mazelas sociais que impedem as personagens de realizar seus desejos e necessidades básicas no espaço citadino.

Sobre a civilização urbana, Mumford (1965) afirma que esta traz sempre consigo registros de suas necessidades cotidianas, de seus anseios, de suas crenças, de sua busca por

diferentes formas de dominação. Conforme o historiador, a cristalização da cidade surge da emergência da comunidade paleo-neolítica, em um período de superação da experiência em aldeia para um modo mais complexo da vida humana. Tal transformação foi desencadeada em um momento em que, para o aldeão, já não era suficiente trabalhar para o sustento pessoal ou da família, mas sim para atender às necessidades das autoridades locais.

Antes de ocorrer o desenvolvimento das cidades, o referido autor destaca a existência da arte do drama, uma característica da cidade antiga, na qual os aldeões representam um papel na comunidade. Essa arte consistia em ritos religiosos, políticos e nas competições corporais entre os homens. Havia também a representação artística nas cidades desde as suas origens e, nessa nova forma urbana, a escrita constitui o registro, a essência do ambiente urbano, tendo como elementos de grande valia o arquivo, as bibliotecas, as escolas e as universidades (MUMFORD, 1965, p. 154-155).

As cidades importantes como, por exemplo, Ur, Nipur, Uruk, Tebas, Heliópolis, Assur, Nínive e Babilônia deixaram algumas pistas que datam de, aproximadamente, três mil anos percorridos. Mesmo com alguns rastros acerca da cidade antiga, existem muitas incertezas em relação à história urbana. Cerca de cinco mil anos dessa prática social são ainda um terreno pouco explorado, pois, segundo Mumford (1965, p.79), muitos resquícios das primeiras cidades escapam à pá dos escavadores, afinal algumas cidades continuam a existir e são áreas habitadas.

A literatura oferece a sua contribuição no sentido de registrar os cenários e as experiências humanas de diferentes épocas. Heródoto, conhecido como “*o pai da história*”, produziu um relato clássico sobre Babilônia. De acordo com Mumford (1965, p. 108), o historiador grego descreveu uma das últimas grandes cidades:

A cidade ergue-se numa ampla planície e é um quadrado exato, com cento e vinte braças de cada lado, de sorte que a cidade inteira tem quatrocentas e oitenta braças [de perímetro]. Ao passo que tal é seu tamanho que não há outra cidade que dela se aproxime. É rodeada em primeiro lugar por um fosso largo e profundo, cheio de água, além do qual se ergue uma muralha de cinquenta cúbitos reais de largura e duzentos pés de altura. E ali, não posso omitir-me de contar a utilização que foi dada à lama retirada do grande fosso, nem a maneira pela qual a muralha foi construída. [...] A cidade é dividida em duas porções, pelo que passa pelo seu meio. Esse rio é o Eufrates, uma corrente larga, profunda, que se inicia na Armênia e vai cair no Mar Vermelho. (MUMFORD, 1965, p. 108).

Em relação à cidade, Gomes (1994, p. 23) afirma que se trata de um ambiente construído como necessidade histórica, “resultado da imaginação e do trabalho coletivo do homem que desafia a natureza”. Para mais, o estudioso salienta que “tentar uma leitura

globalizante, totalizadora, desse livro de registro – que é a urbe, tentar uma reconstituição imaginária, através de suas folhas e pranchas [...] é tarefa impossível.” (GOMES, 1994, p. 24). Isso porque, apesar de a cidade e a escrita estarem intrinsecamente ligadas, descrever as peculiaridades do urbano ou ler os relatos sobre a cidade é uma prática que envolve a subjetividade e, por isso, ocasiona diferentes interpretações de um mesmo símbolo. Metaforicamente, tentar ler uma cidade é ingressar em um labirinto de ruas feitas de textos (GOMES, 1994, p. 24).

O referido estudioso cita o conto “O imortal”, de Borges¹, que destaca a tensão ocasionada pela simetria, pelo excesso de racionalidade, oriunda das construções citadinas, considerando-se que a cidade “é tão horrível que sua mera existência e perduração [...] contamina o passado e o futuro e de algum modo compromete os astros. Enquanto perdurar, ninguém no mundo poderá ser valoroso ou feliz.” (BORGES apud GOMES, 1994, p.25). A fim de romper com o racional, é necessário que aconteça o afloramento da imaginação, sendo essa uma “condição indispensável para a realização do humano e suas potencialidades inventivas.” (GOMES, 1994, p. 25). Sendo assim, percebe-se que a literatura tem como possibilidade a representação da insensatez, da inquietação e da violência presentes no espaço urbano.

Ao analisar, de modo comparativo, a representação do espaço urbano nos romances *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, partimos da constatação de que, na narrativa de Aluísio Azevedo, é descrita a cidade do Rio de Janeiro de fins do século XIX, um momento histórico em que a burguesia começava a ascender na sociedade brasileira. Junto a esse fenômeno, dava-se a marginalização das classes sociais desfavorecidas, como é o caso de escravos e mulatos, de alguns imigrantes italianos e portugueses, entre outros, bem como daqueles brasileiros que constituíam a classe operária. Como única saída, esses sujeitos habitavam os cortiços, enquanto os proprietários dessas habitações se enriqueciam.

Já a narrativa de Paulo Lins retrata o Rio de Janeiro do século XX, especificamente o período dos anos de 1960 a 1980, quando o problema de moradia já não era os cortiços, mas o complexo das favelas cariocas – sub-habitações sem as condições mínimas de saneamento básico e de segurança –, cujos moradores eram marginalizados de forma violenta, perpetuando a agressividade e a pobreza por meio da história de várias personagens,

¹ BORGES, Jorge Luis. “O imortal”. In: *O Aleph*, 1949, p. 7-8.

que foram inspiradas na realidade do crescimento do crime organizado na favela homônima, Cidade de Deus.

Surge, como problema de pesquisa, a preocupação de analisar as mudanças que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro no intervalo de cem anos, que separam as realidades abordadas pelas obras literárias escolhidas. A transformação dos tipos de habitações, as vivências das personagens inseridas na urbe representada pelas obras e a violência urbana são alguns dos aspectos observados com o objetivo de compreender as mudanças no espaço urbano e, em decorrência disso, na experiência das personagens.

A importância deste trabalho repousa sobre o fato de promover uma análise dos influxos da cidade do Rio de Janeiro sobre o *modus vivendi* das personagens principais dos romances estudados e, desse modo, pensar sobre o que os elementos citadinos representam à literatura brasileira. Por meio da realização desta abordagem, pode-se compreender o modo pelo qual a representação da malha urbana pode movimentar a própria narrativa, no que concerne às descrições (físicas e psicológicas) das personagens e, particularmente, como são representadas as relações sociais diante da modernidade, da urbanização, das desigualdades sociais e da violência urbana.

As observações sobre as descrições da cidade, a pobreza, a violência e a experiência urbana indicam a ocorrência de mudanças significativas na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo no desenvolvimento urbanístico presente nesse recorte de espaço/tempo, e que, conseqüentemente, a representação do modo de vida das personagens está intrinsecamente relacionada a isso. Dessa maneira, o presente estudo permite investigar as possibilidades de as personagens conseguirem ou não, inseridas na grande cidade— cuja urbanização se mostra desigual e violenta — oportunidades de viver de forma digna e satisfatória; e, em caso afirmativo, como isso se dá e para quem isso acontece nas duas obras em foco.

Espera-se, assim, refletir sobre o perfil social e psicológico do homem moderno inserido na cidade, influenciado pelo fenômeno da intensa urbanização e da constante desigualdade social presente no cotidiano do indivíduo e a conseqüente violência e pobreza que se manifestam. Com isso, tem-se a possibilidade de evidenciar a representação do homem na literatura e na sociedade contemporânea, a fim de estabelecer uma relação entre literatura, cidade, sujeito e violência.

1 CIDADE E LITERATURA

Para a realização deste trabalho – que propõe a análise da relação entre literatura, cidade e violência, expressa nos romances *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (2001), e *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (2002) – neste capítulo, trata-se sobre a cidade na história e na literatura brasileira. Por essa razão, primeiramente, recorre-se a Mumford (1965) que afirma que a cidade terá um papel mais importante a desempenhar no futuro do que o que lhe coube no passado. O teórico comenta que, no período neolítico, surge o caçador – desempenhando a função de caçar, mas também de proteger os habitantes da aldeia – que, posteriormente, representa o desejo de poder, exigindo pagamento pelos serviços prestados e coagindo fisicamente outros indivíduos.

De modo mimético, a literatura transcende a ficção, registrando desde as relações de poder mais primitivas até as relações mais violentas que foram se desenvolvendo ao longo da história, como é o caso do enredo apresentado na obra *Cidade de Deus*, no qual o progresso alcançado pela humanidade não possibilita a resolução pacífica do problema da violência.

Também no romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (2001), a representação da *belle époque* carioca já sinaliza para a desumanização em nome do progresso, como diria Mumford (1965). No enredo, a personagem João Romão ascende socioeconomicamente por meio da exploração, da espoliação e de privações assim como o caçador que sofria intensas privações, medos, riscos e cansaço para assegurar a liderança. Conforme o historiador, tais comportamentos (do caçador) já “constituíam os fundamentos do domínio aristocrático” (MUMFORD, 1965, p. 48).

Para mais, a literatura, assim como a cidade, quando preservada, tem a função de conservar a memória coletiva. Nesse sentido, assim como é importante a conservação da arquitetura de um determinado lugar, a preservação e a propagação da literatura contribuem para o estudo e para o entendimento dos elementos de certa cultura e do próprio ser humano, inseridos em determinado contexto histórico. As experiências urbanas descritas histórica ou literariamente podem auxiliar no entendimento das relações humanas e sociais, gerando novas perspectivas e comportamentos para um futuro que privilegie a humanidade em detrimento dos progressos obtidos por ela, como propõe Mumford (1965).

1.1 A cidade na História

Ao discorrer acerca da cidade na História, Mumford (1965) inicia a questão comentando sobre o fenômeno da formação da urbe, suas formas, suas funções e seu futuro:

Inicia-se este livro com uma cidade que era, simbolicamente, um mundo: encerra-se com um mundo que se tornou, em muitos aspectos práticos, uma cidade. Na tarefa de acompanhar esse desenvolvimento, procurei tratar das formas e funções da cidade e das finalidades que dela emergiram; e creio ter demonstrado que a cidade terá, no futuro, um papel ainda mais significativo a desempenhar do que o papel que lhe coube no passado, desde que façamos desaparecer as desvantagens originais que a vem acompanhando através da História. (MUMFORD, 1965, p. 7).

Para o autor (1965, p. 12), após todos os progressos da humanidade, caso o homem decida por “entregar-se às forças hoje quase automáticas, que ele próprio desencadeou, e ceder o lugar a seu desumanizado *alter ego*”, perderá, progressivamente, seus sentimentos, suas emoções e, até mesmo, sua consciência e sua capacidade criadora. Desse modo, há a preocupação e a crítica do estudioso em relação ao intenso desenvolvimento urbano em detrimento da condição humana.

No decorrer das civilizações, os vestígios mais primitivos mostram que o homem sempre se preocupou com o destino que dariam aos mortos. Mumford (1965, p. 15) afirma que estes foram os primeiros a ter um lugar fixo no período paleolítico, momento em que os homens ainda não tinham estabelecido uma moradia estável para si. A cidade dos mortos, portanto, precedeu a cidade dos homens vivos.

Na formação das cidades, principalmente, as crenças religiosas e as práticas mágicas impulsionaram homens de longe em direção à caverna paleolítica e a outros santuários como “grandes pedras, bosques sagrados, árvores monumentais, fontes santificadas”, consistindo a maior parte dos núcleos do que viria a ser uma cidade. Além disso, a caverna pode ser considerada como primeiro modelo arquitetônico da natureza humana (MUMFORD, 1965, p.18).

Em busca das origens da cidade, o escritor exprime que, antes mesmo do surgimento das aldeias e das pequenas cidades neolíticas, as necessidades já moviam o ser humano para determinados agrupamentos ou tribos. O ímã — como costuma dizer o crítico — que atraía esses grupos era, a princípio, algo sagrado, sendo esses *habitats*, antes de tudo, um ponto de encontro cerimonial (MUMFORD, 1965, p.18-19).

Quanto às aldeias, constituíam em uma associação de funções e de sangue. As tarefas eram divididas a cada integrante conforme a faixa etária. Muitas são as heranças das aldeias para as cidades: a ordem, a estabilidade, o muro que protege e outros aspectos: a vizinhança, o cuidado maternal, a preocupação em alimentar e proteger os filhos. (MUMFORD, 1965, p. 26).

Ainda, no período neolítico, o caçador — aquele que domina o uso das armas e a caça e que protege de bom grado os habitantes da aldeia de seus inimigos: leões, lobos, tigres, aligátor — passa a ter um lugar fixo, “uma fortificação ocupada continuamente”. Logo, porém, o protetor amigo deseja o poder e o pagamento pela proteção, tornando-se chefe político e uma espécie de líder anterior ao rei. Além disso, o antigo caçador coagia fisicamente os seus subalternos, gerando o temor naqueles que dele dependiam (MUMFORD, p. 36-37).

A primeira transformação ocorreu quando a comunidade já não mais se preocupava somente com a subsistência e com a reprodução. Com a união das culturas neolítica e paleolítica, ocorre uma nova configuração da cidade, alterando suas funções em decorrência de suas novas necessidades. Observa-se uma divisão mais acentuada em relação aos trabalhos, como: o mineiro, o lenhador, o engenheiro, o barqueiro, o banqueiro, o sacerdote e o soldado (MUMFORD, 1965).

Nesse processo, as antigas divindades cederam lugar ao poder do chefe local, que se tornou o rei dominante, aquele que vigiava e controlava a vida de seus subordinados. O agricultor passa a produzir não só para sua família e para a aldeia, mas vive em função da “nova divindade”. Surge, assim, a civilização urbana controlada por um líder:

A mobilidade exploratória do caçador, sua disposição para jogar e assumir riscos, sua necessidade de tomar decisões prontas, sua presteza em sofrer amargas privações e intensa fadiga na perseguição de sua caça, sua disposição para enfrentar a morte ao se defrontar com animais ferozes — matar ou ser morto, — tudo isso lhe dava aptidões especiais para a liderança. Esses traços constituíam os fundamentos do domínio aristocrático. Posta diante das complexidades da vida comunitária em grandes dimensões, a audácia individualística era mais viável do que as lentas reações comunais que a aldeia agrícola provocava (MUMFORD, 1965, p. 48).

A respeito do rápido crescimento da cidade, Mumford (1965) aponta que, segundo os relatos literários de Heródoto, a ascensão de Dejoces ao poder, tornando-se rei dos medos, ocorreu a partir da reunião de sete tribos locais. A boa reputação do rei é oriunda de seus constantes conselhos em relação aos conflitos entre esses povos, resultando na aceitação por parte do povo de sua liderança. Construiu-se uma cidade sob o comando de Dejoces, que instruiu os medos a darem menos atenção às demais cidades, estabelecendo um monopólio

econômico e político que auxiliou no desenvolvimento local. Entretanto, um dos aspectos negativos na constituição do espaço urbano foi o isolamento submetido pelo rei, instituindo “a segregação de classes, a falta de sentimentos afetivos e a insensibilidade, a dissimulação, o controle autoritário e a violência extrema” (MUMFORD, 1965, p. 69).

Sobre esse isolamento, no enfoque histórico da urbe, é importante salientar que a arquitetura das cidades no princípio de sua fundação já estava destinada a atemorizar aqueles que olhassem para as construções, para os palácios e para as suas pesadas paredes feitas com argila cozida ou com pedras. Tudo isso era feito para consolidar ainda mais a impressão de poder alcançada pelo Estado e por suas funcionalidades (MUMFORD, 1965).

A muralha serviu para proteger as antigas cidades, principalmente, no momento em que as guerras por conquista de outras cidades começaram a acontecer e quando houve a invenção de armas exterminadoras. Logo, além de símbolo da soberania do território, essa construção era um artefato de defesa e de separação da cidade e do campo, por isso, sua abertura era realizada com rigorosa cautela (MUMFORD, 1965).

Segundo Rolnik (2012), a arquitetura contém as experiências daqueles que engendraram a cidade, revelando o seu mundo e as possibilidades de uma leitura histórica do meio urbano. História essa que é envolta por diferentes símbolos e significados. É o caso de construções que ora eram luxuosas e importantes, ora não têm o valor simbólico, econômico ou político que antes representavam socialmente.

Biblicamente, a preocupação com a proteção da cidade manifestou-se na experiência da Torre de Babel, o empreendimento dos sobreviventes do dilúvio que desejaram construir uma edificação cujo topo chegaria aos céus. Contudo, a tentativa de erguer essa cidade foi fracassada como forma de castigo divino em resposta à audácia daqueles homens (ROLNIK, 2012).

A cidade, sendo uma forma de registro social, transmite atualmente à humanidade uma ideia de que sua preservação é fundamental para que a memória coletiva desse espaço seja, de certa maneira, guardada. Por isso, a preocupação com a conservação da arquitetura, por exemplo, nas cidades históricas, já que guardam consigo elementos de um passado a ser contemplado por mais tempo (ROLNIK, 2012).

Na atualidade, “a imagem da cidade como centro de produção e consumo domina totalmente a cena urbana” (ROLNIK, 2012, p. 30-31). Isso porque praticamente todos os espaços da cena urbana são investidos pelo mercado, evidenciado pelo consumo que domina a cidade. Essa é uma característica do capitalismo e que teve sua consolidação no fim da Idade

Média na Europa Ocidental. Hoje, nas cidades, são vistas mercadorias espalhadas por todos os ambientes, expostas nas vitrines, nas propagandas e inseridas nos lares.

Também, em relação à cidade e às mídias, Buoro *et al.* (2010, p. 36) afirmam que as informações transmitidas pelos meios de comunicação fornecem à população uma sensação de totalidade em notícias fragmentadas e na rápida veiculação dos acontecimentos que envolvem, de uma só vez, os espetáculos, a vida íntima de governantes e de celebridades, as tragédias, os filmes, as novelas. Isso faz com que o mundo se transforme em um “espaço ilusório, em que a nossa imaginação pode antecipar tanto as experiências que desejamos quanto as que tememos, mas são inevitáveis, como medo, amor, violência, sucesso, liberdade”.

O domínio do mercado já se fazia notar na cidade pré-capitalista e é, justamente, um dos fatores mais específicos que atraíam as pessoas para esse ambiente:

[...] é a partir de certo momento da história que as cidades passam a se organizar em função do mercado, gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma reorganização do seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações. (ROLNIK, 2012, p. 33).

Rolnik (2012) assegura que as cidades europeias, após o século XVI, cresceram rapidamente em razão, principalmente, da presença da corte real. À medida que o poder das capitais crescia, os tributos devidos ao Estado também se expandiam, gerando uma reorganização na forma do espaço urbano. Os primeiros sinais dessa nova ordem foram a transformação da terra em mercadoria e a divisão da sociedade em classes: os donos dos meios de produção, os trabalhadores subordinados e os artesãos – classe que tinha certa autonomia em relação ao próprio trabalho.

Em decorrência da divisão da sociedade, a segregação espacial também se tornou um aspecto essencial das cidades modernas. Rolnik (2012) afirma que o espaço urbano é feito de peças diferenciadas: há os bairros mais valorizados e os bairros proletários, onde cada um reconhece o seu lugar e se sente alheio ao lugar de outrem.

As diferenças entre os bairros podem ter sua justificativa na própria lógica capitalista que não consegue ou não pretende atender, de forma semelhante, a todas as classes sociais. Apesar do crescimento das cidades, as autoridades não conseguiram acabar com os conflitos ou eliminar os aspectos negativos presentes no espaço citadino que denigrem, principalmente, as camadas populares.

Sobre essa característica, Rolnik (2012) expõe:

A intervenção do Estado na cidade é, portanto, contraditória: sua ação pode favorecer mais ou menos certos segmentos da sociedade urbana – mas nunca definitivamente. O que há de permanente na cidade do capital é a luta pela apropriação do espaço urbano e a ação do Estado nada mais é do que expressão das forças engajadas, voluntária ou involuntariamente, nessa luta. (ROLNIK, 2012, p. 77-78).

Quanto às cidades modernas, Cristovão Fernandes Duarte (2006) afirma:

A cidade é vista e representada, então, como um organismo caótico e fora de controle. A escala e a magnitude dos problemas parecem desacreditar qualquer iniciativa destinada à transformação desta situação. Um certo (e talvez prudente) senso de realidade induz à crença de que quanto maior a capacidade de adaptação ao meio, maiores as chances de sobrevivência. E sobreviver, apesar de tudo e de todos, passa a ser o objetivo primeiro dos indivíduos na cidade. (DUARTE, 2006, p. 10).

A cidade, que antes era concebida como uma obra de arte coletiva, está subordinada à circulação de mercadorias na atualidade. Nesse sentido, “o homem continua obrigado a se sujeitar a um meio que, não raro, se apresenta hostil e ameaçador, desafiando os limites e a fragilidade do seu próprio corpo” (DUARTE, 2006, p. 10-11).

Segundo Duarte (2006, p. 13), esse meio hostil, em que se encontra o espaço urbano, consiste na banalização da violência e das desigualdades sociais geradas por uma sociedade que não se preocupa com as causas dos males que vêm inquietando a humanidade moderna. O urbanista apresenta, em sua análise da forma e do movimento das cidades, uma perspectiva marxista que visa à transformação da realidade, expectando por um futuro mais humano no espaço citadino.

Sobre os modos pelos quais acontecem a produção e a reprodução da circulação urbana, o arquiteto sustenta o fato de que a cidade é uma obra aberta a mudanças em suas estruturas e pontua:

As práticas sócio-espaciais cotidianas se encarregam de fazer funcionar o sistema como um todo. Cada elemento, se tomado separadamente, constitui uma abstração vazia. Seus significados decorrem dos nexos relacionais estabelecidos entre si por uma prática social concreta, através dos modos de produção/reprodução da circulação urbana. O movimento das pessoas, do qual decorre também a circulação das coisas e das idéias, confere às cidades uma dinâmica própria, intrínseca ao fenômeno urbano [...]. Essa obra perpétua envolve a tudo e a todos num movimento (contínuo-descontínuo) incessante que resulta das ações individuais e coletivas empreendidas sobre o território, e a partir do território, através das redes de circulação disponíveis. (DUARTE, 2006, p. 35).

A cidade moderna, com sua progressiva aceleração do trânsito urbano, precisou eliminar as barreiras que, porventura, atrapalhavam o livre fluxo dos meios de circulação.

Uma das primeiras barreiras eliminadas foi o pedestre das ruas, nas quais ele circulava livremente. A segunda barreira é ainda a própria cidade que resiste com vigor à intensa urbanização, sofrendo as constantes interferências públicas e privadas que visam ao desenvolvimento urbano (DUARTE, 2006, p. 39). Em suas reflexões acerca da estruturação do espaço urbano moderno, o estudioso afirma:

A distinção entre a cidade tradicional e a cidade moderna fundamenta-se, basicamente, na ruptura ocasionada pela introdução da racionalidade industrial na produção do espaço. O divisor de águas encontra-se nas grandes transformações ocorridas na cidade do século XIX, quando se consolidam as bases materiais para o surgimento de uma nova cultura urbana, associada a uma nova escala de cidade. O desenvolvimento científico e as inovações tecnológicas serviram como a alavanca que permitiu às cidades ingressarem em um novo estágio de desenvolvimento. (DUARTE, 2006, p. 45).

Entre uma cidade moderna e seu passado, há a incorporação de resquícios da cidade anterior na nova. Duarte (2006, p. 46) reflete sobre esse fenômeno, afirmando que somente com a decomposição analítica da realidade do espaço urbano, por meio da análise do passado e do presente, é que se pode compreender, de fato, as transformações da cidade e as relações dialéticas entre a cidade anterior e a atual.

Outra característica da cidade consiste na separação simbólica e espacial da vida pública e da vida privada. A particularidade que mais demarca esse fato é a arquitetura, representando, por meio dos seus ambientes fechados, a vida privada e fundando os espaços abertos ou semiabertos destinados à vida pública. Por meio da circulação urbana, os dois espaços se entrelaçam, possibilitando a interação social entre os indivíduos (DUARTE, 2006, p. 48).

As ruas de uma cidade estabelecem o fluxo de pessoas, mercadorias e ideias, tal é a constituição da malha viária urbana. Quanto às cidades, elas são denominadas “regulares” caso tenham sido resultado de um planejamento. Quanto às “irregulares”, significam o oposto:

O estudo da cartografia urbana permite distinguir, basicamente, dois tipos de processos constitutivos de cidades. O primeiro compreende aquelas cidades construídas em conformidade com um plano previamente elaborado. O segundo trata de cidades construídas coletivamente ao longo do tempo, sem traçados preconcebidos. (DUARTE, 2006, p. 49).

Duarte (2006, p. 126-127) discute sobre o rompimento da cidade moderna com a cidade tradicional, principalmente, devido à progressiva industrialização e ao crescimento descomedido do ambiente urbano. Para mais, o urbanista afirma que um dos principais

impactos na prática urbana é o uso dos automóveis particulares que potencializam o individualismo e a competição pelo espaço, segregando os corpos e se apoderando, cada vez mais, da cidade. Desse modo, os lugares são transformados, gradualmente, em espaços de passagem.

Utilizando a expressão do “direito à cidade”, Duarte (2006, p. 133) encerra a sua análise, dando crédito a uma possível transformação do espaço urbano, no sentido de implantar a desaceleração dos movimentos e estender a todos maior igualdade, participação, interação social e liberdade na área urbana.

1.2 A cidade na Literatura brasileira

Pensando sobre as cidades modernas abordadas ficcionalmente, Gomes (1994) destaca a metáfora da literatura como experiência urbana e parte da perspectiva de Ítalo Calvino de que, nas cidades escritas, existem “a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas” (CALVINO, 1990 apud GOMES, 1994, p. 12).

Adotando esse ponto de vista, o autor esclarece:

O texto é o relato sensível das formas de ver a cidade; não enquanto mera descrição física, mas como cidade simbólica, que cruza lugar e metáfora, produzindo uma cartografia dinâmica, tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas. Essa cidade torna-se um labirinto de ruas feitas de textos, essa rede de significados móveis, que dificulta a sua legibilidade. O livro de registro da cidade é um labirinto: um texto que remete a outro, que por sua vez conduz a um terceiro, e assim sucessivamente (GOMES, 1994, p. 24).

Nesse sentido, Gomes (1994) se refere às cidades escritas e simbolizadas por diferentes textos, sendo possível a legibilidade por meio de uma travessia no que concerne à leitura, entre metáforas e labirintos, que pode resultar em diferentes tipos de entendimento da urbe pelo leitor, gerando, por exemplo, uma leitura desacreditada das promessas de progresso, por vezes, atribuídas às metrópoles.

Para compreender, de modo mais amplo, a representatividade da cidade na literatura universal, Ignácio (2010) afirma que:

[...] desde as sátiras de Juvenal ao modo de vida citadino, os idílios de Teócrito ou as *Bucólicas* de Virgílio, dois séculos depois, passando pelo bucolismo convencional dos árcades e pelo apelo à natureza dos românticos – entendido, aqui, também como

nostalgia de uma sociedade pré-capitalista (LÖWY & SAYRE²) –, ainda que resguardadas as diferenças entre tais modos de se entrever a configuração do campo, na relação entre bucólico e anti-bucólico (WILLIAMS³) ainda se verificam qualificativos como local de paz, de sossego e de descanso aplicados ao campo, e lugar de perversidade, de ganância, de violência e de ostentação como expressões qualificativas da urbe. [...] tanto à cidade quanto ao campo já foram atribuídos, ao longo dos tempos, predicados positivos e negativos. (IGNÁCIO, 2010, p. 30-31).

Com isso, entende-se que a cidade é representada conforme as vivências de indivíduos em um determinado tempo na história. Segundo Gomes (1994), de modo simbólico, os textos descrevem as maneiras de compreender as cidades e os tipos de relações sociais que nelas ocorrem. Assim, neste trabalho, é abordada a perspectiva da cidade moderna, cujas relações humanas e memória do espaço citadino são gradualmente substituídas e, portanto, não são fixas, sendo esse o possível motivo de se deparar, constantemente, com predicados negativos no que concerne à urbe. Sobre a relação da literatura e das demais manifestações artísticas com o citadino, Gomes (1994) explica:

A metrópole capitalista com a vida angustiante, os intermináveis atentados aos seus habitantes, converte-se em constante estímulo para a modernidade e as vanguardas que encontram aí o lugar ideal para produzir e confrontar suas propostas. A grande cidade se converte em depositária de todas as paixões. As diversas linguagens e aspirações artísticas e ideológicas medem-se por sua relação com o metropolitano. A cidade aparece como o lugar por excelência onde se sentem, de forma mais agudizada, as consequências do desenvolvimento do sistema capitalista e da Revolução Industrial. (GOMES, 1994, p. 35).

Na literatura brasileira, a experiência urbana já era aludida pelos poetas do Arcadismo que valorizavam a vida no campo em detrimento do modo de vida na cidade, defendendo temas como o *fugere urbem* – que significava, para esses escritores, que o ambiente campestre proporcionaria um *modus vivendi* menos agitado e mais puro que o urbano. Em seguida, no Brasil do século XIX, o Romantismo surge e se destaca junto à preocupação de valorizar a terra, retratando ora a zona rural ora a urbana, e o homem nela presente.

Mais adiante, escritores pré-modernistas tais como Lima Barreto e Monteiro Lobato se preocuparam em retratar os problemas sociais do país. O primeiro, com a sua produção que denunciava as mazelas sociais latentes na cidade do Rio de Janeiro, e o

² LÖWY, M. & SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

³ WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. P. H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

segundo, que retratou os problemas do cenário rural e as “cidades mortas” do Vale do Paraíba. Nesse contexto, Ignácio afirma:

Tem-se, dessa maneira, por um lado, a configuração de romances que formalizam, no universo literário, questões socioeconômicas concernentes à realidade brasileira, de modo a refletir, ficcionalmente, os moldes e os valores de toda uma organização econômico-social de bases agrárias e, por outro lado, romances que têm como tema o retrato do homem urbano, prisioneiro da cidade, que se lhe afigura como local em que não se encontram os meios para a plena realização dos seus anseios. (IGNÁCIO, 2010, p. 32).

Na tematização da cidade, assume relevância a figura do escritor modernista Mário de Andrade. A seu respeito, Ignácio explica que, em *Pauliceia desvairada* (1922), o intelectual celebrava o contexto urbano, mas refletia igualmente sobre o que significava a nova metrópole e os efeitos do progresso. Problematizando acerca dos paradoxos relativos à urbe, Mário de Andrade afirma que “a mesma São Paulo é a ‘comoção de minha vida’ e a ‘grande boca de mil dentes...’ apta a devorar seus antigos moradores” (IGNÁCIO, 2010, p. 35).

Ademais, Ignácio (2010) analisa as obras *Angústia*, *A cidade sitiada* e *Noite*, a fim de revelar a representação do processo de modernização/urbanização no Brasil. Para o estudioso, a vivência de frustração, por parte de diversas personagens perante a cidade moderna, constitui uma **experiência coletiva** cujos interlocutores conseguem compreender. Sobre isso, é elucidado que:

Nesse sentido, o registro da vivência individual de Luírcia Neves, de Luís da Silva e do Desconhecido, em meio às malhas urbanas da cidade grande e em meio a seus espaços correlatos – subúrbio e cenário de referências rurais/naturais –, dialoga com o contexto vivenciado por muitos daqueles que já se iludiram com as promessas da cidade, ou que chegaram a vislumbrar, num viver campesino, um tipo de panaceia para seus dilemas, ou, ainda, com o viver daqueles que, aprisionados em si mesmos, se encontram igualmente prisioneiros de um espaço citadino frio, impessoal, marcado, por um lado, pelo desenvolvimento tecnológico e, por outro, pela exclusão social a que submete a imensa maioria de seus habitantes. (IGNÁCIO, 2010, p. 37-38).

Em *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos, o protagonista Luís da Silva descreve a cidade grande, em toda a sua tirania, como aquela que lhe rouba a paz e a inocência, propagando a ideia de que os sentimentos de angústia do narrador são oriundos das próprias características da urbe que, nesse caso, é humana para aqueles que têm o domínio do capital.

Ao constatar duas perspectivas a respeito da mesma Maceió – opressora para Luís da Silva e florescente para o rival Julião Tavares – Ignácio afirma:

[...] por que um mesmo espaço é assimilado de diferentes maneiras? Acreditamos que tal diferença, no que respeita à existência textual de Luís da Silva e de Julião Tavares, efetua-se pelo fato de este ser rico e, desse modo, ter para si abertas as portas de todos os círculos sociais em que porventura queira adentrar, ao passo que o outro, por ser de baixa condição financeira, se depara com as mesmas portas, mas, sempre, para ele, fechadas. [...] a questão do capital perpassa as páginas de *Angústia*, e é a consciência da exata medida de sua miséria, bem como dos desagradáveis fatos dela decorrentes, que tornam o narrador-personagem tão taciturno perante a vida. (IGNÁCIO, 2010, p. 50-51).

Segundo Ignácio (2010), para Lucrécia Neves, protagonista do romance *A cidade sitiada*, publicado em 1949, de Clarice Lispector (1998), a cidade é um espaço de opressão que a impulsiona a se mudar daquele ambiente ao fim da narrativa. Conforme se observa a seguir:

Os espaços citadinos em que se movem as personagens apresentam correlações com as sensações e percepções da protagonista: são cenários que, de algum modo, constituem projeções suas, o que faz com que se instaure um processo de identificação e posterior fuga da heroína em relação a eles. Assim é que ela perfaz um trajeto um tanto errante na narrativa, tanto ao se mudar de uma cidade para outra quanto ao fugir de São Geraldo em direção ao sítio. (IGNÁCIO, 2010, p. 84).

Outro fator importante presente na obra de Clarice Lispector (1998) é a relação entre as personagens e o que elas representam no que concerne aos diferentes tipos de *modus vivendi* na urbe. Lucrécia Neves era uma mulher sedutora que flertava com homens que tinham diferentes tipos de vida. Como exemplo, o Tenente Felipe representava a negação ao passado e ao subúrbio, era um homem que menosprezava o modo de vida provinciano de São Geraldo.

Além disso, Lucrécia almejava ser vista como uma representação da cidade. Sobre esse aspecto, o estudioso descreve o momento em que a protagonista esteve sobre o “Morro do Pasto”, desejando ser vista como uma figura que simbolizava a transformação da cidade, e assevera:

Pode-se afirmar que, ao explicitar o desejo que a protagonista tem de ser vista “como o postal de uma cidade”, a instância narrativa confere a Lucrécia, por meio desse detalhe, traços marcantes de sua urbanidade: sendo uma sedutora, ela anseia por ver e ser vista, mas, nesse caso, quer algo mais: ser comparada, por quem vê, a uma representação da cidade. Ainda nesse aspecto, ressalte-se o gosto dela por estar em evidência: atitude de alguém que, de certo modo, representa, para si e para os outros, o ideal de uma vida sonhada. A despeito de possuir pouca imaginação, nesse vislumbre de possibilidade idealizada ela entrega-se a devaneios que, de certo modo, desvelam sua fantasia: ter uma vida intensa de atividades, de ações e de emoções que a cidade (grande) parece lhe prometer. (IGNÁCIO, 2010, p. 89-90).

De acordo com Ignácio (2010), Lucrecia havia se casado com Mateus Correia, desejando ter uma vida menos monótona. Sobre isso, é dito que, enquanto a protagonista representava a São Geraldo, Mateus era o forasteiro que representava a cidade grande. Em *A cidade sitiada*, também é mencionada a observação por parte da protagonista, dentro de um museu, de máquinas que representam os elementos desenvolvimentistas da urbe quando comparadas ao subúrbio de São Geraldo. Isso pode ser percebido quando o estudioso expõe:

Também digno de nota é o fato de o narrador fazer referência à maciça presença das “máquinas” no contexto da grande cidade, bem como ao modo como a heroína se relaciona com o aparato técnico e mecânico que tais máquinas formam. Tem-se, inclusive, a menção às transformações evolutivas pelas quais, no decurso da história, as máquinas passaram, pois quando estavam “No Museu, de braços dados – viram máquinas antigas na sua evolução vagarosa até se tornarem esta coisa essencial: modernas”. (IGNÁCIO, 2010, p. 103).

Apesar de ter alcançado o desejo de viver na cidade grande e de crer nas promessas de progresso que teria seu casamento com Mateus Correia, Lucrecia decepciona-se com a realidade. Assim que a protagonista entra em contato com locais como o zoológico, o teatro, o Aquário, a sorveteria e o museu, ela se desilude e percebe que gostava de viver no ambiente da antiga São Geraldo, onde era notada pelos outros indivíduos, mesmo que fosse malvista.

Contudo, Lucrecia não mais consegue se identificar com a cidade de São Geraldo, pois esta passara por transformações que apagaram a memória dos aspectos rurais que compunham o ambiente que atraía a protagonista. Do mesmo modo que a protagonista não se satisfaz na metrópole, ela não consegue mais encontrar a satisfação na cidade de São Geraldo e, de modo implícito, pode-se perceber que a trajetória de erros em sua busca pela plenitude é feita em relação ao deslocamento da personagem para o sítio, onde existia uma nova promessa de vida e de casamento.

No romance *Noite* (1954), de Érico Veríssimo, o protagonista perambula por uma cidade grande sem nome, acompanhando um homem muito bem vestido – chamado de “mestre” pelo anão – e um anão corcunda. Trata-se de uma personagem denominada de “Desconhecido” ou “homem de gris” que vive, cerca de dez horas, uma noite no anonimato, pois perdeu a memória após o abandono da mulher. O retrato que se tem da urbe na obra, segundo Ignácio é: “[...] a cidade do anonimato, da escuridão, e em suas calçadas ouvem-se os passos de um protagonista amnésico, perdido por ruas sombrias e pelos meandros de suas lembranças fugidias” (IGNÁCIO, 2010, p. 129).

Ao caminhar pelas ruas e por locais obscuros da cidade desconhecida, o homem sem identidade vai, aos poucos, recordando-se do rompimento com a mulher. Para Ignácio (2010), a cidade, a noite e o próprio protagonista se fundem manifestando a mesma tensão e angústia. O estudioso explica que o Desconhecido vagava, sem ter rumo certo, e “Apenas sente: pismo, calor, estupefação, medo. Temor provocado pela cidade, por perseguidores imaginários, por receio de se descobrir assassino ou assaltante” (IGNÁCIO, 2010, p. 134).

O único momento em que o homem de gris se locomove sem os efeitos da amnésia é quando ele volta para casa, retomando a memória a respeito de sua própria identidade, concomitantemente, vai (re)descobrimdo o espaço que o envolve. Ao sair do quarto da prostituta denominada Ruiva, o Desconhecido recorda-se qual era o caminho para casa, mas caminha preocupado, pois não sabia se encontraria a esposa ao chegar lá. Isso porque o protagonista se lembra de que havia ofendido a esposa devido a um trauma de infância, que o impossibilitava de aceitar que a mulher manifestasse desejos sexuais e tomasse iniciativas em relação a isso. Enquanto o protagonista perambula pela cidade escura, ele desconhece a própria identidade e não reconhece os lugares pelos quais passa. Dessa forma, o ambiente retratado é um dos causadores da aflição da personagem.

Sobre o descontentamento dos três protagonistas – Luís da Silva, Lucrecia Neves e Desconhecido (de *Angústia*, *A cidade sitiada* e *Noite*, respectivamente) – perante a cidade e o campo, o estudioso esclarece:

Desse modo, tanto em *Angústia* quanto em *A cidade sitiada* e em *Noite*, tem-se personagens protagonistas que vivenciam, com modulações diferenciadas, o inferno da vivência, seja em espaços urbanos ou em espaços rurais/naturais: como se constatou, Luís da Silva se sente hostilizado pela cidade, em cujo interior ele não é nada além de um “verme” (p.9). Lucrecia Neves, ao final da narrativa, sente-se compelida a se mudar, às pressas, da enorme cidade em que seu subúrbio se transformou, para o sítio, uma vez que não se adapta ao novo contexto citadino à sua volta. O Desconhecido é outro personagem que se sente prisioneiro, tanto de si mesmo, quanto do inominado universo urbano dentro de cujos muros virtuais ele passeia seu infortúnio. [...] *Angústia*, *A cidade sitiada*, *Noite*: obras que, essencialmente, dialogam com o leitor, afetando-o com o retrato de uma realidade ficcional menos ficcional do que aparentam e exigindo-lhe uma ativa participação que, no decorrer do processo de leitura, complete significados subjacentes ao explicitado. Constituem, ainda, obras que plasmam diferentes leituras das relações entre a ideia de campo e a cidade, bem como do fenômeno urbano centrado sobre si mesmo: tem-se o campo como local de ilusório sossego, o campo como local de violência, a cidade como concretização de um anseio (também ilusório), a cidade como concretização de um pesadelo, a cidade em cujos limites não há espaço para idealizações. Retratando, por fim, o campo e a cidade em suas múltiplas facetas, tais obras parecem espelhar, fundamentalmente, os muros virtuais que cerceiam a existência do homem, existência que, se também não é plena num contexto rural/natural, parece ser radicalmente mais aprisionante quando processada em meio a um contexto urbano densamente modernizado. Paradoxalmente, as avenidas e as ruas da urbe imensa, construídas *a priori* para o livre fluxo humano, terminam por

pré-direcionar e circunscrever os errantes passos de seus perplexos habitantes. (IGNÁCIO, 2010, p. 180-184).

Nesse sentido, a promessa de livre fluxo humano nas cidades modernas não se concretiza para nenhuma das personagens supracitadas e, além disso, acaba por se consolidar como ilusória a possibilidade de realização de sonhos e desejos de qualquer uma dessas personagens meio ao campo ou à cidade. Ignácio (2010) afirma que tais obras apresentam ao leitor uma realidade menos ficcional do que se imagina, já que, na realidade, tanto o campo como a cidade, constituintes de um contexto moderno, apresentam-se como locais opressores, violentos e desiguais à maioria da sociedade.

Nas obras *O Cortiço* e *Cidade de Deus*, ocorre a intensa transformação do Rio de Janeiro. Primeiro, no romance *O Cortiço*, para a maior parte das personagens que se deslocaram para a cidade do Rio de Janeiro – capital federal até o momento – em busca de realização de seus anseios, o espaço urbano acabou por liquidá-las no sentido de se apresentar como um local em que a exploração e a condição de pobreza eram dominantes, já que a ascensão almejada pela burguesia só aconteceu por meio do abuso a classes desfavorecidas.

Em *Cidade de Deus*, por sua vez, personagens como Busca-Pé se encantam com o “conjunto habitacional” homônimo em virtude das promessas de melhoria de vida. No entanto, as personagens acompanharam as mudanças instauradas naquele ambiente e constataram que, à medida que se tornava mais urbanizado e habitado, a realidade se tornava ainda mais opressora para os moradores da região, ocasionando a frustração da maior parte das personagens devido à ilusão de progresso da urbe moderna.

2 LITERATURA E VIOLÊNCIA

2.1 A violência na Literatura brasileira

Em relação à violência, desde a condição colonial do Brasil, a literatura, na concepção de Bosi (2006), discorre sobre “a terra a ser ocupada, o pau-brasil a ser explorado, a cana-de-açúcar a ser cultivada, o ouro a ser extraído; numa palavra, a matéria-prima a ser carregada para o mercado externo”. Logo, o processo de independência do país, inclusive de sua literatura, acompanhou a ação continuada de aculturação dos povos indígenas e africanos em relação à cultura europeia em terras brasileiras. Tal processo se desenvolveu – como a literatura retrata – em meio a crises, a desequilíbrios e à violência.

De acordo com Bosi (2006), apesar de não serem considerados literários, os textos informativos, que descreveram a experiência de viajantes e missionários europeus na terra descoberta, serviram, posteriormente, como fontes de referência, de reflexão e de contestação para escritores como Mário de Andrade e Oswald de Andrade. O crítico pontua que, até a chegada do período romântico, a literatura no Brasil tinha o caráter híbrido oriundo da influência portuguesa que decaiu, entre 1580 e 1640, com a perda da autonomia política do país e, logo em seguida, nos séculos XVII e XVIII, passando para a condição de país periférico da Europa. No período do Romantismo, pode-se afirmar que escritores como José de Alencar e Gonçalves Dias tentam fundar “em um passado mítico a nobreza recente do país”; Álvares de Azevedo, Junqueira Freire e Fagundes Varela representaram o *spleen* de Byron, evidenciando uma das características do período que é a de revelar na evasão a incapacidade de resolver os conflitos com a sociedade; Antônio Castro Alves, já na última fase do movimento romântico, aborda os ideais das classes médias em torno do mito do progresso (BOSI, 2006, p. 92).

Nesse contexto, a poesia de Álvares de Azevedo, por exemplo, retrata um tipo de violência de caráter sentimental oriunda da insatisfação do **eu** romântico relativo a uma geração que não consegue resgatar o passado e que não pode mudar o futuro, que lamenta o sofrimento e os aspectos depressivos da existência, prefere a noite, pois dela vem a revelação, o sonho e a imaginação. Sobre isso, exemplificando pelo contexto europeu, Bosi (2006) expõe:

A música de Beethoven – dizia Hoffmann – põe em movimento a alavanca do medo, do terror, do arrepio, do sofrimento, e desperta precisamente esse infinito anelo que é a essência do Romantismo. *Infinito anelo*. Nostalgia do que se crê para sempre perdido. Desejo do que se sabe irrealizável: a liberdade absoluta na sociedade advinda com a Revolução de 89. (BOSI, 2006, p. 95, grifo do autor).

Considerado por Bosi (2006) o maior poeta do Romantismo brasileiro, Castro Alves estreou no período do crescimento da cultura urbana, de crise da cultura puramente rural no país, cuja sociedade almejava aos ideais democráticos. Nesse sentido, o escritor, além de exprimir seus desejos e encantos pela mulher amada, denunciou a realidade de uma nação – a que ele chamou de infame e covarde no poema *Navio Negreiro*, concluído em 1868 na cidade de São Paulo – local que se desenvolveu com a exploração do escravo.

Conforme Bosi (2006), o Realismo começa a se desenvolver, no país, ainda no fim do Romantismo. O Brasil estava em crise, pois a extinção do tráfico contribuiu para a decadência da economia açucareira e ascendiam as ideias liberais, abolicionistas e republicanas. Dos anos de 1860 em diante, as classes médias foram movidas pelo ideal democrático que já havia se manifestado na Europa e nos Estados Unidos. O pensamento europeu, no que concerne à filosofia positivista e evolucionista, influenciou também os escritores brasileiros, que prezavam pela objetividade e pela impessoalidade ao descrever a realidade. O estudioso diz que “o Realismo se tingirá de *naturalismo*, no romance e no conto, sempre que fizer personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das “leis naturais” que a ciência da época julgava ter codificado”, como é o que ocorre em *O Cortiço*, um dos objetos desta análise. Sobre isso, Bosi (2006) escreve:

Tentando abraçar de um só golpe a literatura realista-naturalista-parnasiana, é uma grande mancha pardacenta que se alonga aos nossos olhos: cinza como o cotidiano do homem burguês, cinza como a eterna repetição dos mecanismos de seu comportamento; cinza como a vida das cidades que já então se unificava em todo o Ocidente. E é a moral cinzenta do fatalismo que se destila na prosa de Aluísio Azevedo, de Raul Pompéia, de Adolfo Caminha, ou na poesia de Raimundo Correia. E, apesar das meias-tintas com que a soube temperar o gênio de Machado, ela não será nos seus romances maduros menos opressora e inapelável. (BOSI, 2006, p. 168).

Apesar da inspiração pelas ideias liberais, o movimento realista revela o incômodo do intelectual diante de uma sociedade marcada por desigualdades sociais que se configuraram após a Revolução Industrial. Além disso, o posicionamento profundamente pessimista, assim como era o do filósofo alemão Arthur Schopenhauer, consistiu em uma das características de escritores realistas, como Machado de Assis. Por sua vez, Aluísio Azevedo, em *O Mulato*, aborda o problema do profundo preconceito da burguesia em ascensão no que

concerne aos descendentes de escravos, para mais, denuncia os desmandos dos comerciantes ricos da capital maranhense, a raiva das senhoras beatas e, com isso, tenta lutar contra o conservantismo e contra os abusos da Igreja que aconteciam na província.

O Simbolismo teve como principais representantes, no país, Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaraens. Conforme Bosi (2006), “visto à luz da cultura europeia, o Simbolismo reage às correntes analíticas dos meados do século”, isso quer dizer que o movimento exprimiu o desgosto pelas soluções racionalistas da burguesia industrial que ascendia. O empirismo, o materialismo e o positivismo são exemplos de esquemas filosóficos que diminuía a vivência religiosa dos símbolos. O Simbolismo surge nesse contexto com o objetivo de apreender diretamente valores transcendentais como o Bem, o Belo, o Verdadeiro e o Sagrado. O poeta Cruz e Sousa participou da oposição ao Império escravocrata, constituindo uma das temáticas abordada por ele. Além disso, a angústia sexual é expressa nas poesias do escritor como um meio de sublimação, que é um dos processos psicológicos mais recorrentes na obra de Cruz e Sousa (BOSI, 2006, p. 263). Nas palavras do crítico literário:

A sublimação (que o poeta diria “transfiguração”) começa por assumir a *libido*, isto é, tudo o que significara a ênfase sensual dos parnasianos, e acaba atingindo o *sufrimento*, constante dos *Últimos Sonetos*: nesse livro maduro e complexo a palavra seria portadora de todo um universo de humilhação que teve por nomes a cor negra, a pobreza, o isolamento, a doença, a loucura da mulher, a morte prematura dos filhos. (BOSI, 2006, p. 272, grifo do autor).

Por sua vez, Alphonsus de Guimaraens, de acordo com Bosi (2006, p.278) escreveu somente sobre um tema, que foi o da morte da amada. O estudioso afirma que “o fantasma da amada (sublimação de seu afeto pela prima Constança, morta adolescente?) coloca-o em face da morte enquanto dado insuperável, que a sua religião estática não logra transcender.”. Além disso, diz que o apelo ao subconsciente, tanto para Alphonsus de Guimaraens quanto para outros simbolistas, faz emergir “os monstros da infância e os desejos reprimidos da adolescência”. Com isso, pode-se afirmar que existe um tipo de violência igualmente reprimida no contexto desse movimento literário no Brasil, seja o problema da escravidão, do preconceito, sejam os problemas da existência exprimidos pelos dois autores mencionados.

Mais adiante, o movimento denominado Pré-Modernismo esteve condicionado “ao estado geral de uma nação que se desenvolvia a custa de graves desequilíbrios”. Contradições como a desigualdade social, a crise da hegemonia dos proprietários rurais que sustentavam a República Velha e a fase de industrialização pela qual passava a cidade de São

Paulo foram abordadas nas obras de escritores pré-modernistas. Pode-se notar que, em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, o autor denuncia as contradições entre as regiões litorâneas e o interior e a carnificina que a Guerra de Canudos representou, revelando, em tom trágico, o aniquilamento de Antônio Conselheiro e de seus jagunços pelas raças do litoral. Além disso, o escritor aborda o problema das secas e as desiguais condições sociais do sertão brasileiro (BOSI, 2006, p. 309).

Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, o escritor denuncia as mazelas sociais do Brasil e a desilusão com a pátria que desampara o protagonista em todas as tentativas frustradas de provar a superioridade do país, seja na cidade seja no campo, ocasionando a loucura e, posteriormente, a morte do Major Policarpo Quaresma. Sobre isso, Bosi afirma que:

O ressentimento do mulato enfermiço e o suburbanismo não o impediram, porém, de ver e de configurar com bastante clareza o ridículo e o patético do nacionalismo tomado como bandeira isolada e fanatizante: no Major Policarpo Quaresma afloram tanto as revoltas do brasileiro marginalizado em uma sociedade onde o capital já não tem pátria, quanto a própria consciência do romancista de que o caminho meufanista é veleitário e impotente. (BOSI, 2006, p. 318).

Bosi (2006) afirma que Lima Barreto criticou, de modo contundente, o sentimento eufórico de uma sociedade que começava a ver os primeiros efeitos do progresso. Assim, o escritor carioca conseguiu retratar a sociedade pequeno-burguesa suburbana e se sobressaiu no campo ideológico e estilístico. Conforme o crítico, o aspecto da espontaneidade na narrativa do escritor era de fundo consciente e polêmico.

Graça Aranha foi também um dos escritores mais importantes do Pré-Modernismo, expressando-se contrário ao passadismo e antecipando a revolução literária dos anos de 1920 e 1930, à medida que mostra a consciência nacional e crítica perante os problemas do país. Em *Canaã*, o autor projeta um problema essencial do século XX que é o imperialismo revelado pelas teses da personagem Lentz, um colono alemão, a que Bosi (2006) denomina de **colonialismo agressivo**. No entanto, as teses da personagem Milkau, também alemão, combatem a violência e o desejo de autoridade e de poder presentes no discurso de Lentz.

Com o advento da Semana de Arte Moderna, de 1922, tendências que se consolidavam em São Paulo e no Rio de Janeiro, desde a Primeira Guerra Mundial, encontraram-se e se desdobraram em uma nova realidade cultural que rompia com toda a literatura passadista anterior a 22. Segundo Bosi (2006), as inovações atingiram “caracteres

materiais da pontuação e do traçado gráfico do texto até as estruturas fônicas, léxicas e sintáticas do discurso”. Inovações radicais foram identificadas, principalmente, nas obras de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira (BOSI, 2006, p. 345).

Em *Paulicéia Desvairada*, Mário de Andrade conseguiu manifestar, de modo irônico, suas dúvidas e perplexidades acerca da cidade de São Paulo que se transformara com a intensa urbanização e com a chegada de imigrantes. O escritor intencionou aproveitar o que as influências europeias puderam oferecer ao movimento modernista brasileiro. Com isso, pôde expressar o tempo efêmero e a configuração no novo espaço urbano que se consolidava em São Paulo. Além disso, expôs as mazelas sociais e a violência de modo grotesco, utilizando-se do Expressionismo. No “Prefácio Interessantíssimo”, Mário de Andrade é ainda irônico, ridicularizando a própria seriedade da obra, sendo essa influência oriunda da corrente dadaísta.

Segundo Bosi (2006), as chamadas **Tendências Contemporâneas**, posteriores ao Modernismo, mostram novas intencionalidades, projetos e angústias que os escritores de 30 a 50 buscaram expressar, configurando um novo sistema cultural que conseguiu aproveitar as heranças modernistas, tais como a valorização do uso da linguagem oral, dos brasileirismos e dos regionalismos. Se, por um lado, Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, expõe o drama da miséria de uma família de retirantes sertanejos que se deslocam, de tempos em tempos, em busca de regiões menos atingidas pela seca. Por outro lado, Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, discorre sobre as lembranças conturbadas do ex-jagunço Riobaldo, principalmente, acerca das lutas, das angústias e do caso amoroso que manteve com Diadorim – filha única do fazendeiro Joca Ramiro, que se travestiu de homem para conviver com os jagunços, representando o universo do sertão e a tensão entre o ser humano e o mundo.

Conforme Bosi (2006), a ficção intimista foi representada, nos anos 50, por escritores como Lygia Fagundes Telles, Aníbal Machado, Dalton Trevisan e Dionélio Machado que expressaram em suas obras “os conflitos do homem em sociedade, cobrindo com seus contos e romances-de-personagem a gama de sentimentos que a vida moderna suscita no âmago da pessoa”. Nesse contexto, *Os Ratos*, de Dyonélio Machado, retrata a angústia de, aproximadamente, vinte e quatro horas do dia de Naziazeno Barbosa, um funcionário público que perambula pelo centro de Porto Alegre, buscando por dinheiro para quitar uma dívida. A trama envolve as esperanças e as frustrações da personagem envolvida pela influência do dinheiro no mundo moderno. A obra também denuncia a contradição das instituições públicas brasileiras, que não prestam suas contas de modo pontual e correto.

Com isso, pode-se perceber que a violência sempre esteve presente na literatura do país, seja por meio da sublimação – como foi o caso do poeta simbolista Cruz e Sousa – seja de modo explícito como o é em *Grande Sertão: Veredas*, já que a violência dos jagunços era mesmo habitual e incorporada àquele tipo de cultura de modo rotineiro. Na literatura brasileira contemporânea, podemos citar a obra *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, que representa a expressão da violência no mundo atual em seus aspectos mais extremos.

Sobre a representação da violência urbana na literatura brasileira, Ginzburg (2012) realiza um trabalho de convergência entre o estímulo do debate acerca da violência, melancolia e literatura, abordando ideias de áreas distintas como a filosofia, a política, a história, as ciências sociais, a teoria da literatura e a psicanálise. Além disso, exhibe aspectos culturais que permitem a discussão sobre a presença da violência nas metrópoles contemporâneas.

Para Ginzburg (2012, p. 26), há um equívoco acadêmico, principalmente nas Faculdades de Letras, ao se afirmar que sempre existiu uma violência comum, generalizada, em todos os tempos da literatura (Antiguidade Clássica, Idade Média, Era Moderna e na Contemporaneidade). Nessa perspectiva, em uma mesma época, diferentes obras retratam tipos bem distintos de violência. O estudioso adota uma vertente diferente à do universalismo, não acreditando, portanto, que a agressividade é inerente ao homem. Ele afirma:

[...] Enunciar, por exemplo, uma afirmação como: “existem elementos referentes à vivência da guerra em *De gestis Mendi de Saa*, de José de Anchieta, e em *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa”, não é uma atitude produtiva ou segura em termos conceituais. As circunstâncias de configuração da violência são tão diferentes nos dois casos que a aproximação pode ser muito problemática. Esse tipo de afirmação corresponde a uma percepção universalista da violência. Percepção que foi e ainda é muito comum. Trata-se de supor que os seres humanos são caracterizados por essências, com características imutáveis, que independem das determinações históricas e das circunstâncias de tempo e espaço. (GINZBURG, 2012, p. 26).

Os sujeitos que procuram viver em uma situação pacífica, em que as pessoas sejam menos apáticas em relação à violência cotidiana, não devem anuir ao domínio neurótico das instâncias midiáticas que dominam as constantes informações que chegam à maioria da população. Um recurso que auxilie, paulatinamente, as pessoas a se desvencilharem do domínio das mídias seria a literatura devido à sua capacidade de “romper com percepções automatizadas da realidade”, dando condições aos indivíduos de se sensibilizar no que concerne a temas éticos, motivando-se empaticamente sobre assuntos como a violência urbana por meio das artes (GINZBURG, 2012, p. 24).

O autor faz menção à obra literária *Lavoura Arcaica* (2009), de Raduan Nassar, que narra as vivências urbanas conturbadas do jovem André — apaixonado pela própria irmã, Ana, e que vive uma relação conflituosa com o pai — este último representa, no romance, a ordem, a autoridade e a tradição, bem como, no ápice do enredo, mata a filha por condenar e combater, dentre outras atitudes que se desviam da tradição, o incesto.

Sobre isso, Ginzburg expõe:

Fica uma pergunta lançada ao leitor com relação à atitude do pai: que ponto de vista é esse, para o qual matar uma filha é legítimo e o incesto é mais grave do que o assassinato? Como configuração estética, como obra de arte, o livro leva-nos a um problema de ética. Por que um pai poderia matar uma filha, em nome de uma suposta honra, ou ordem familiar? Princípios abstratos, valores, verdades absolutas? Por que, para esse pai, esses elementos colocam-se em um campo superior à vida da própria filha? (GINZBURG, 2012, p. 6).

O autor discute que crimes na literatura, como o homicídio cometido pelo pai do protagonista André em *Lavoura Arcaica* (2009), instigam os leitores a refletirem sobre questões necessárias como: os motivos que ocasionam os atos violentos, os sentimentos vividos pelas personagens após serem violentadas ou depois de presenciarem uma cena de violência, e sobre os motivos que levam um indivíduo a ser violento, dentre outros questionamentos. Mais precisamente, estimulam as pessoas a se perguntarem: “Por que um ser humano agride outro?” (GINZBURG, 2012, p. 7).

Não obstante, o estudioso revela que existem os casos de violência na literatura que não são manifestados com uma motivação aparente, como a defesa da honra e da tradição, mas que acontecem de modo intransitivo, por exemplo, em *Grande sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, cujo protagonista narra a raiva que sentia, aleatoriamente, de pessoas que nunca lhe haviam feito mal, mas diz e tem ciência de que “aquela raiva estava em mim, produzida, era minha sem outro dono, como coisa solta e cega” (ROSA, 1978, p.181).

De acordo com os estudos de Ginzburg (2012, p.8), perguntas como as supracitadas não conseguem ser respondidas de forma harmoniosa no âmbito das ciências humanas. Isso porque “o pacifismo está em descrédito na atualidade” e, “paradoxalmente, [...] seria o horizonte de expectativa de solução de uma série de problemas referentes à violência”. Além de crer nessa possibilidade, ele defende que repensar a história e a violência, de forma crítica, pode ser uma maneira de superar os genocídios e exclusões imperialistas realizados até então na história da humanidade.

Conforme Ginzburg (2012, p. 9), há, no entanto, “uma perspectiva fundamental para discutir a regularidade do comportamento violento: a histórica”. Ou seja, fazendo uma

reflexão retrospectiva acerca da história, é possível rememorar uma série de atrocidades cometidas pelo ser humano. Exemplos disso são: a Segunda Guerra Mundial e a própria história de colonização, escravidão, ditadura, além da atualidade brasileira em que a população continua a sofrer diversos tipos de violência. O estudioso assevera que:

Um olhar atento para as práticas de extermínio exige interrogar a respeito do papel da violência a serviço das ações políticas, institucionais, econômicas e sociais. Trata-se de um percurso que remonta à expansão do Império Romano, às Cruzadas, à Inquisição, aos diversos movimentos coloniais modernos. Matar com argumentos como estabelecer fronteiras, ocupar terras, converter, determinar o que é certo, obter as condições para salvar a humanidade, conseguir escravos, erguer monumentos ou reunir riquezas; não é simples explicar isso. (GINZBURG, 2012, p. 9).

No caso dos extermínios produzidos durante a Segunda Guerra Mundial, o autor relata que diversas opiniões tentam justificar os crimes cometidos naquela época, por exemplo, dizendo que Hitler, dentre outros líderes políticos, era louco. Porém, trata-se de acontecimentos que precisaram de profundo conhecimento intelectual e estratégico para que os planos políticos fossem executados. Por isso: “Não há nenhuma contradição entre ter a mais ampla erudição acadêmica e dispor-se ao extermínio de sociedades inteiras” (GINZBURG, 2012, p. 10).

Na literatura brasileira, diversas são as menções aos atos de violência, sejam eles inspirados na realidade, sejam apenas sublimações dos desejos sórdidos da natureza de alguns homens. O autor cita o conto “O monstro”, de Sérgio Sant’Anna⁴, cuja figura principal é a de um professor, intelectual e persuasivo, que mata uma jovem e, em entrevista concedida a uma jornalista, demonstra frieza e busca o auxílio da razão para justificar o crime cometido.

No contexto das sublimações dos desejos sádicos humanos, *O Cobrador*, coletânea de contos de Rubem Fonseca⁵, representa a manifestação do ódio do homem moderno que, habituado às exasperações cotidianas da vida urbana, não consegue conter a agressividade encerrada em si. Na condição de anônimo e clandestino, o protagonista do primeiro conto da obra sai às ruas para assassinar aqueles que outrora eram tidos como “cobradores”, combatendo, assim, quem se destacava pela condição socioeconômica e praticando a violência como uma forma de vingança contra a sociedade capitalista.

Segundo Ginzburg (2012), na literatura, são encontrados diferentes textos que relacionam a violência e o prazer sádico. A mesma violência, contida em atos de crueldade,

⁴ SANT’ANNA, Sergio. “O monstro”. In: _____. *Contos e novelas reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵ FONSECA, Rubem. *O Cobrador*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

também estaria inserida nas situações de erotismo. Hilda Hilst⁶ é citada por meio do “Conto de Crasso em depressão”, no qual os amantes vivem uma cena erótica que envolve a violência, especificamente, o homem chicoteava a mulher, ameaçava matá-la ao passo que ela sentia prazer justamente pela agressividade do parceiro.

Na sequência da análise, Ginzburg (2012) faz a associação da violência à melancolia — sentimento de mal-estar diante da realidade devido ao sofrimento de alguma perda afetiva —, observando que a presença deste sentimento quase sempre está interligada às decorrências de um episódio violento e traumatizante. Essa conexão pode esclarecer o motivo por que tantas obras literárias e obras de arte em geral são pautadas na dor e na tristeza.

Para o autor, as manifestações melancólicas nas artes poderiam partir da conjectura de que, somente por meio da agressividade, as pessoas conseguem resolver os seus conflitos. Ele afirma: “Isso teria como pressuposto que os estadistas, políticos e militares gostariam de ter a paz e não conseguem obtê-la. A avaliação histórica rigorosa não leva a essa conclusão, mas a uma hipótese mais pessimista” (GINZBURG, 2012, p. 13).

Sobre isso, Ginzburg (2012) ainda explica que:

O reconhecimento do problema social da violência pode surgir de modo muito nítido em momentos posteriores a episódios de genocídios. Quando vemos, em um cinema ou pela televisão, ou pessoalmente, as ruínas e os cadáveres de um ato de extermínio assombroso, a violência pode dar lugar a uma forma de melancolia coletiva. A não aceitação da perda pode levar a uma rejeição da realidade imediata, e a uma relação tensa da sociedade consigo mesma. Em alguns escritores, encontramos construções que permitem observar os dois elementos. A configuração da violência como irrupção de agressividade, tensão, que constitui uma situação na qual o sentido é incerto, problemático, indeterminado. É a configuração da melancolia como fragilização, perda de referências. (GINZBURG, 2012, p. 14).

Outro aspecto relevante dos estudos de Ginzburg é a possibilidade de que a literatura brasileira seja constituída do seguinte ritual: há uma coincidência entre obras literárias, elaboradas no Brasil, cujos narradores protagonistas masculinos iniciam o processo de relatar suas histórias após a morte de uma personagem feminina, ou seja, vivem uma situação similar em que é preciso que uma personagem feminina morra para que eles engendrem as narrativas. Como exemplos, há os romances: *Grande sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa; *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, e *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar. No que se refere a essa constatação, o estudioso reflete:

⁶ HILST, Hilda. *Contos d'escárnio. Textos grotescos*. São Paulo: Globo, 2002.

Seríamos um país em que é necessário que, de tempos em tempos, morra uma mulher para que um homem conte sua história? O que significaria, alegoricamente, essa imagem? A literatura brasileira seria, ela mesma, espaço de realização de uma cena sacrificial, de um ritual fúnebre. Os escritores, sem combinarem entre si, professam um compromisso comum, dar visibilidade a um movimento melancólico. De tempos em tempos, em nossa ficção, uma figura feminina entrega-se para que a narração se constitua. [...]. Para uma das linhas de interpretação possíveis, essa imagem pode ser lida como uma metonímia. E o que está em pauta nessa fantasmagoria é uma série histórica. As mortes da formação deste país, silenciadas, sem voz, sem narração. Por massacres, por genocídios, por ocupações, perseguições políticas, machismo, racismo, interesses econômicos. (GINZBURG, 2012, p. 62).

Para o pesquisador, “Uma das principais linhas de configuração da violência na literatura consiste em articular a vivência de episódios de destruição a uma condição precária do sujeito”. Isso quer dizer que as personagens relatam as suas experiências de forma traumática, problemática e fragmentada. Como exemplo, cita a cena em que Riobaldo presencia a luta e a morte da amada, Diadorim, vivenciando uma tensão que o leva a “subir os abismos”, causando-lhe grande impacto (GINZBURG, 2012, p. 72).

Nos anos de 1930, o romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos⁷, proporciona um debate acerca das duas formas de se pensar a violência: de um lado, existe a violência naturalizada no protagonista Paulo Honório que, ao narrar a história, conta como reagiu contrariada a esposa Madalena, antes de suicidar-se, ao presenciar o marido batendo em Marciano; de outro lado, ao mesmo tempo em que considera o empregado um “molambo” e não o via como “gente”, Paulo Honório mal consegue contar a história após o suicídio de Madalena, fato que o abala violentamente. Há no romance, portanto, a dicotomia entre as concepções e as sensações de uma única personagem, o protagonista, que vivencia a relação conflituosa consigo mesmo ao longo da narrativa. Além disso, a dicotomia se faz presente no que se refere às diferentes perspectivas do que seja violência para o protagonista e para a esposa que o recrimina por ter agredido o empregado.

Também, Ginzburg (2012) defende o fato de que a literatura pode e deve agir contra todos os tipos de violência: tanto a considerada legal pelas autoridades e por parte da população civil quanto a ilegal. Sobre o caráter de transformação social da literatura, de forma geral, é dito:

Pode a literatura fazer alguma coisa contra a violência? Este livro defende que sim. Enfaticamente, na verdade. A convivência com a literatura permite criar um repertório de elementos – imagens, ideias, posições, relatos, exemplos – que interessa para a constituição de orientações éticas individuais e coletivas. Esse repertório, em sua variedade, contribui para um aberto e diversificado debate. A qualidade desse debate é única, porque sua matéria são textos polissêmicos, abertos,

⁷ RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

cujas possibilidades de interpretação são renovadas constantemente. Um ensino de literatura associado a uma política contrária à violência, pautada no texto de Theodor Adorno (1986) “Educação após Auschwitz”, poderia trabalhar em favor de uma memória coletiva capaz de exteriorizar o que foi recalcado e deve ser resgatado na história de destruição que constituiu nossa sociedade, para que a barbárie não se repita. (GINZBURG, 2012, p. 106-107).

Por esse viés, além de se constituir como manifestação artística, a literatura é capaz de fornecer meios para que as pessoas reflitam e promovam debates sobre temas que merecem a atenção da sociedade, tais como a violência urbana em uma perspectiva histórica.

2.2 Violência urbana

Ao refletir sobre a violência urbana e a realidade brasileira, Morais⁸ (1981, p. 9) questiona o leitor: “De quem ter maior pavor: da fúria dos bandidos ou da ferocidade policial?”. Após o questionamento, o estudioso afirma que não há lugares mais perigosos, na atualidade, que as metrópoles. Ele compara a vida na cidade a um jogo, porque o azar, tanto no jogo quanto na cidade está presente e traz consigo as possibilidades de tudo vir a acontecer, inclusive o absurdo e, por isso, o medo.

Para o filósofo, as pessoas que vivem nos grandes centros urbanos têm dois tipos de expressões: “os que têm medo e o demonstram, como que se mantendo numa constante atitude defensiva, e os que têm medo e o ocultam sob um estardalhaço de agressividade, posicionando-se na ofensiva” (MORAIS, 1981, p. 12). Logo, o medo acompanha diariamente a vida na cidade:

As casas não mais expõem suas fachadas românticas, pois cercam-nas muros muito altos para dentro dos quais ainda triangulam cães de guarda. As pessoas trafegam em seus automóveis com os vidros bem fechados para evitar abordagens perigosas em cruzamentos e semáforos e, dependendo de por onde andem a pé, sentem-se como se estivessem em plena prática da “roleta russa”. O espaço amigo sonhado por Péricles na Grécia Antiga para as suas cidades foi subvertido por uma urbanização ferozmente capitalista que vem excedendo o que o homem pode suportar. Teme-se igualmente tanto as ações criminosas dos assaltantes quanto as ações policiais, marcadas por igual ferocidade. (MORAIS, 1981, p. 12).

⁸ A edição referida, apesar de ter sido publicada no ano de 1981, pode ser considerada atual devido à relevância das discussões sobre a violência urbana, a qual se intensificou na realidade brasileira no decorrer do tempo, mas ainda continua apresentando muitas características já apontadas pelo autor.

Das consequências biológicas do medo, Morais (1981) aponta que a sociedade paga um alto preço por esse estado emocional que desacelera as expressões vitais do ser humano, baixando-lhe a pressão arterial e contribuindo para uma reação descoordenada e disfuncional em momentos de crise. O autor descreve um momento de medo e suas consequências para o homem:

Veja-se o que, neste momento em que escrevo, ocorre na cidade de Atlanta nos Estados Unidos. Há lá um homem ou uma organização, agora ainda não se sabe bem, matando negros. De início eram crianças negras. Agora os assassinatos já não discriminam as idades. E a população negra daquela cidade norte-americana está ficando literalmente doente. Uma mãe dizia a certo repórter: “Nossas crianças estão profundamente doentes. Dormem de bruços ou encolhidas, gemendo. Têm náuseas e calafrios e não podem soltar-se das nossas mãos, quando nós temos que trabalhar e usar as mãos”. Aquela mãe falava também de um desânimo visível e crescente nas pessoas negras, principalmente nas crianças. Pois a inibição cortical produzida pelo medo faz hipotensos os medrosos (ou, melhor dizendo-se, os amedrontados). Isto é o mesmo que dizer-se: há a instalação de grande sentimento de fraqueza física (astenia), o surgimento de náuseas, de dores de cabeça, de frio nas extremidades por deficiência de irrigação do sangue (“gelado de medo!”); começam a surgir problemas digestivos e outros. O medo faz definhar, fisicamente pelos fatores acima mencionados, psiquicamente por uma funda *apatia* que vai produzindo nos amedrontados. (MORAIS, 1981, p. 15).

Em uma sociedade capitalista, Morais (1981) assegura que todos devem se especializar na prática competitiva e que isso envolve igualmente a previsibilidade e a imprevisibilidade. Sendo assim, tudo é possível acontecer nessa sociedade em que tudo é comércio e para o comércio, criando necessidades de consumo, excitando a ambição e instalando a frustração. Sobre isso, o autor afirma:

Há os que não podem seguir o ritmo terrível do consumo, mas, ao longo de sua história devida, desenvolveram alguma possibilidade de assumir suas impossibilidades. Mas há também aqueles que, não podendo acompanhar a maratona do *possuir*, transformam a fragilidade que suas frustrações impõem num feroz potencial de agressividade. Na realidade, é um único quadro fundamental com diferentes modos de se responder a ele. Muitos tentarão proteger sua carteira, sua casa, sua vida — e esta será também uma maneira de se afirmar, de traçar a própria identidade. Mas em outros, em grande número, agredirão — para roubar ou subjugar — por estarem transidos de medo, temerosos da sua própria fragilidade (MORAIS, 1981, p. 16, grifo do autor).

Dessa maneira, Morais (1981) continua a reflexão, destacando que surge a violência a partir dessas situações-limite em que há o medo e a ameaça. Para o autor, é difícil a definição desse tema, pois existem as violências **vermelhas** e as violências **brancas**: “[...] a sua realidade percorre desde as violências vermelhas (sangrentas) até as violências brancas

(como o empregado de linha-de-montagem que, nas grandes indústrias, é na verdade o prisioneiro de um campo de concentração habilmente disfarçado)” (MORAIS, 1981, p. 18).

Um tipo de violência branca, generalizada no Brasil, é a incerteza do amanhã em relação ao mercado de trabalho. Segundo Moraes (1981), as pessoas sofrem antecipadamente por não saber qual será o seu futuro. Para o autor, isso consiste em uma síndrome de medo que resulta na desvalorização do viver. O indivíduo, ao tentar compreender a situação em que vive, pode consegui-lo e se adaptar. Outras pessoas, que não conseguem, tornam-se depressivas, apáticas, resultando, por vezes, nas séries de suicídios dos quais se tem notícias.

Citando alguns exemplos de medo, pelos quais as pessoas passam no ambiente urbano, o filósofo destaca os casos em que inocentes são tomados como culpados pela polícia. Geralmente, uma pessoa mais humilde é levada à polícia e, sem ter proteção de outra pessoa, acaba sendo presa, tornando-se culpada por algum crime que não cometeu.

Para o autor, violentar um indivíduo é tirar-lhe sua dignidade, seja ela física ou mental. Também enfatiza que a violência não é algo que deva ser conceituado somente pelo que consta nas leis, pois existe outro tipo de violência que é institucionalizada e aceita pela sociedade:

[...] há um tipo de violência especificamente criminosa, juridicamente passível de punição; mas há também outro tipo — e de ampla existência — que só é crime em “linguagem figurada”. Isto é: uma violência que já faz parte da nossa forma diária de vida e que não é visada pelos códigos penais. Usam-se expressões como: “violência vermelha e violência branca”, “manipulação brutal e manipulação sutil” ou simplesmente “brutalidade e opressão”, todas estas oposições significando a convivência entre nós de *violências criminosas* (puníveis) e *violências institucionalizadas* (aceitas até pela lei). [...] no fim das contas, o “crime propriamente dito” e o “crime em sentido figurado” são ambos crimes contra os direitos do homem, os primeiros implacavelmente perseguidos pelas forças do Estado, os segundos às vezes até legitimados por este mesmo Estado. Porém, ambos são existencializados como crimes. (MORAIS, 1981, p. 79, grifo do autor).

Quando Moraes (1981) define o que é **político** e ao caracterizar o espaço como tal, o filósofo salienta que a política envolve o jogo de poder e de forças que servem para conduzir este. Além disso, afirma que a força só precisa ser utilizada por esse poder dominante, porque existem interesses que se opõem na sociedade. Na maioria das vezes, quem dita as regras desse jogo político é quem tem mais poder econômico.

Definindo a realidade política em termos econômicos, Moraes (1981) esclarece que as diferenças socioeconômicas acentuam os conflitos entre diferentes classes sociais na metrópole. Assim, a partir do momento em que a união entre os homens — que nos primórdios era um meio de viver com mais proteção — passou a significar **produção** em

detrimento da **solidariedade**, o indivíduo transformou-se apenas em uma ferramenta da produção capitalista. O filósofo acredita que um ser humano se torna violento pela ausência de combinação entre dois fatores: o **desejo** e o **poder**. Segundo o autor:

[...] havendo uma queda, um colapso do desejo, está instalada a depressão psicótica; isto significa que o indivíduo se vê submergir na abulia (falta total de desejos, ausência de vontade, início da auto-anulação). De outra parte, mantendo-se o *desejo* e havendo um colapso do *poder*, a pessoa se vê tomada pela ansiedade e pelo medo. Como se percebe, a ansiedade e o medo resultam do sentimento de impotência, de fragilidade. Ora, o ser humano cheio de aspirações e sem nenhum poder de realizá-las, torna-se, de uma ou de outra forma, violento. Torna-se hostil. E, quanto mais impotente, maior será a brutalidade da sua violência. (MORAIS, 1981, p. 32-33, grifo do autor).

Sobre o fato de se ter mais notícias da violência provinda das classes sociais populares, o filósofo elucidada:

As autoridades policiais e os jornalistas costumam afirmar que nos bairros pobres da periferia é onde a violência é mais crua e deflagrada. Isto não quer dizer que os pobres são, naturalmente, mais violentos. Quer isto significar que o grau de impotência que lhes foi imposto acua-os de tal forma que, em certos momentos, só os atos de violência se apresentam para eles como alternativa de liberação e sobrevivência. (MORAIS, 1981, p. 33).

Conforme Morais (1981, p.33), a “violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma; suas técnicas de opressão são discretas, refinadas e, enfim, terrivelmente eficazes”. Com isso, o escritor evidencia a violência presente tanto nas classes populares quanto nas classes mais abastadas, mas ainda chama a atenção para o fato de aquela ser estigmatizada, enquanto esta ser punida de forma mais branda ou, até mesmo, não ser. Quanto a isso, as classes dominantes têm maior credibilidade e influência sobre o modo de vida na cidade:

Há toda uma divisão social do trabalho, discriminatória e injusta, que marca profundamente as formas de distribuição dos habitantes nos espaços das grandes cidades. Quem manda no espaço da metrópole? Certamente que não é o morador, ansioso na sua impotência. O morador daquele lugar está mais ou menos na situação de alguém que, por uma tortuosidade da vida, foi internado em um hospício embora estivesse lúcido. Seu sofrimento fundamental está em que tudo funciona, onde está internado, segundo leis que escapam inteiramente à sua vontade e ao seu controle; ele sabe que perdeu, ali, todo o poder sobre a sua vida. Que já não manda na paz do seu corpo e nem é dono da distribuição do seu tempo. Sabe também que todo o seu desejo para modificar as coisas na instituição não têm qualquer influência. O morador vai, então, percebendo que a cidade grande se constitui em um ambiente “enfermo”, porque ela realmente não é *produzida* por aqueles que nela habitam. (MORAIS, 1981, p. 36).

Para Moraes (1981), no que diz respeito à violência, a vicissitude da maioria dos seres humanos é por viver em um ambiente em que não podem se realizar plenamente, no qual são dominados pelo medo, pela ansiedade e pelo trabalho que serve tão somente para favorecer lucros a outros. O autor defende a ideia de que a constante repressão, em que vive o homem, é um indicador de civilidade, mas também de potencial de violência porque o indivíduo vive descontente.

Esse descontentamento apontado pelo autor é, muitas vezes, a causa de reações violentas por parte da população, que se sentindo violada em seus direitos, depreda os bens públicos para demonstrar a sua insatisfação. Apesar de informar que existe a violência em outros locais, como na exploração agrária, o autor enfatiza que a cidade grande concentra as contradições e as injustiças que desencadeiam a revolta generalizada na população.

Outro aspecto destacado por Moraes (1981) é o da necessidade que tem o ser humano em se identificar. Não obstante, o complexo desenvolvimento das cidades e das relações humanas exerceu uma alteração nesse sentido. O homem, sobrevivendo a imposições e a manipulações, passa a sofrer uma crise de identidade. Constantemente, depara-se com discursos que, erroneamente, supõem que existem pessoas que nascem violentas e/ou criminosas:

Não faz muito ouvíamos o depoimento de um ex-detento, a quem foi repetida a milenar pergunta: por que escolheu o caminho do crime? Este homem, que passou 15 anos preso, lá em suas palavras disse mais ou menos o seguinte: “Não sei o que é que se pode esperar de um rapazinho faminto de todo jeito, do estômago e da cabeça. Eu morava numa favela à beira de uma rodovia quase. Do outro lado da pista tinha tanto cartaz convidativo... eram moças bonitas, nomes de comida em lata, fotografias de automóveis. A gente que não tem nada já se sente uma porcaria em cima da terra... quanto mais vendo aquilo tudo que existia pra quem tinha dinheiro. Uma coisa eu te juro, moço, *eu não nasci um monstro* como tanta gente quer dar a entender! Compreende? Era fome na barriga e na cabeça, era fome de todo jeito, e *não tinha saída!*” (MORAIS, 1981, p. 51, grifo do autor).

Conforme Moraes (1981), na condição de objetos, os seres humanos perdem a consciência de que são pessoas. Além disso, diante das ameaças, o medo faz com que os sujeitos interiorizem uma condição de anonimato a fim de se proteger. Alguns, porém, ingressando no crime, saem dessa condição protetiva, podendo eleger para si, como ídolos ou modelos, ícones que representam a violência. Em outras situações, punidos severamente, esses sujeitos podem internalizar a violência que sofreram, vingando-se do restante da sociedade.

Outro fator que gera a violência, segundo Moraes (1981), é o desemprego. Isso porque o indivíduo, significando produção na sociedade capitalista, sem ter uma utilidade,

perde a sua identificação com a ordem social vigente e, assim, perde o seu valor perante os outros.

Para mais, a persuasão dos meios de comunicação também influencia a revolta e a violência daqueles que, tendo **desejo** e não tendo **poder** para realizá-lo, manifestam-se contra os pais, que não podem lhes dar o objeto de desejo, ou contra a sociedade, no caso de indivíduos que dependem de si mesmos e que têm o crime como referencial de vida.

Há outro tipo de violência gerado nos grandes centros urbanos cujos alvos são os jovens e os idosos. Na metrópole, há inúmeras crianças carentes, menores e idosos abandonados e uma grande quantidade de menores infratores, segundo Moraes (1981). O autor apresenta dados em que oitenta e cinco por cento dos menores infratores, recolhidos pela polícia ou pelas Fundações para o Bem Estar do Menor (FEBEM) – hoje denominada Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (FUNDAÇÃO CASA), provinham de famílias que migraram para a metrópole em busca de melhor qualidade de vida, mas que tiveram suas esperanças aniquiladas, segundo dados da Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, realizada em 1975.

Essas famílias, com suas dificuldades na grande cidade, acabam passando por alguns dramas como a exposição à prostituição, aos vícios e às doenças. Logo ao nascerem, muitas crianças são abandonadas e encontradas pela Fundação com a saúde comprometida:

São, tais crianças, produtos de uma injustiça social básica, de uma distribuição de riquezas que delas nunca se lembrou, azafamada em aumentar os privilégios dos já bem postos financeiramente. Levam consigo apenas as suas doenças, suas fundas carências afetivas e um secreto rancor da sociedade cínica que as produz e ainda, futuramente, as punirá. (MORAIS, 1981, p. 67).

Moraes (1981, p. 69, grifo do autor) utiliza a expressão “excrementos da sociedade” a fim de descrever quem são os jovens infratores para as instituições que tentam recuperá-los e acabam por marginalizá-los ainda mais, fazendo com que muitos deles ingressem na vida criminosa. O filósofo evidencia que, no Brasil, há uma tradição de menosprezo e repressão ao menor abandonado.

Uma lista feita pelo jornalista Carlos Alberto Luppi é citada por Moraes (1981, p. 71-72), contendo os diversos tipos de tortura encontrados na Fundação, à época, entre os quais: “1) o pau de arara, em que o menor é amarrado e espancado com as mãos presas”; “5) os castigos em cubículos individuais, onde a ventilação é péssima e o desespero do menor fatalmente o leva a tentar o suicídio”; “12) a tática dos ‘telefones’, que consiste em dar tapas com as duas mãos sobre os ouvidos e que leva invariavelmente a problemas de surdez para o

resto da vida”; “18) os estupros, com aquiescência dos funcionários”; “22) o uso de menores para tráfico de entorpecentes, para assaltos e com resultados repartidos”; “23) ‘bananinha’ para dar choques elétricos, de 110 a 220 volts, no interior da pessoa [...]”.

Relacionado a isso, Moraes (1981) acredita que o futuro do Brasil — isto é, os dias de hoje se considerarmos que mais de três décadas se passaram após a publicação do livro — seja um período de emergência da vingança, contra toda a sociedade conivente, constituída desses jovens que sofreram vários tipos de violência quando estavam presos em instituições que servem, teoricamente, para a ressocialização. O autor escreve: “Segundo especialistas no assunto do menor, as instituições reformatórias estatais se constituem na mais poderosa fábrica de criminosos que a violência urbana tem, e que terá em escala cada vez maior” (MORAIS, 1981, p. 74). Conforme Moraes (1981), crianças da classe média e alta também sofrem com alguns problemas como o do abandono e de alguns desequilíbrios:

Os menores da chamada “classe média” vão sendo absorvidos pelo delírio consumista, o que os degenera. Nestes (em termos psicanalíticos) estabelece-se constante desequilíbrio entre o *desejo* e o *poder*. O sistema os obriga a *desejar* intensamente, mas eles não poderão satisfazer a glotonaria do consumo. Não é preciso mais para sua infelicidade (MORAIS, 1981, p. 76, grifo do autor).

De todo modo, para Moraes (1981), a violência é algo que sempre ocorreu na história da humanidade devido à existência de conflitos provindos do encontro de necessidades e interesses divergentes. Além disso, o estudioso aponta para outras causas como os distúrbios e as doenças mentais:

Entretanto, as estatísticas mundiais mostram que a maior parte dos crimes (e até mesmo das doenças mentais) resulta da opressão das injustiças sociais, da miséria financeira ou afetiva. De modo que somos levados a pensar que, descontados os distúrbios orgânicos e as doenças mentais com suas conseqüências, *todos os demais crimes são políticos*. (MORAIS, 1981, p. 80, grifo do autor).

Moraes (1981) denomina **crime comum** àquele que faz **política miúda**, isto é, menos elaborado; enquanto o **crime político** é o que faz **política graúda**, ou seja, atua de forma mais incisiva e contesta o sistema de poder. O autor também reflete sobre os excessivos maus-tratos que sofrem os infratores dentro de presídios, questionando a maneira de punir o crime no país. O infrator, por vezes, acaba sendo punido além daquilo que o levou a ser preso, porque, de acordo com o costume vigente, há que se destruir o criminoso e este, por sua vez, poderá punir a sociedade por seus sofrimentos. Segundo Moraes (1981), viver nas grandes cidades se tornou motivo de pavor:

Viver na metrópole já se transformou, em larga medida, em uma verdadeira prática de *roleta russa*, um jogo de azar muito perigoso. Há um caráter gratuito no assalto, no latrocínio, no homicídio, expondo cada morador a uma irracionalidade social chocante. E os meios de comunicação alardeiam em suas seções policiais a falta de motivações imediatas para atos tão brutais, alimentando cotidianamente um pavor crescente que neurotiza a população e faz com que os cidadãos tomem duas providências básicas: a) apontarem sempre a ineficiência da polícia, e b) comprarem armas para a autodefesa. Isto traz como consequência que a polícia, *também* por causa das críticas constantes, se torne mais e mais violenta e os populares que lhe ataçaram o ânimo venham a ser vítima da própria violência policial. Por outro lado, uma população armada passa a apresentar reações demasiado tensas e ousadas, ocasionando crimes inteiramente despropositados. (MORAIS, 1981, p. 84-85, grifo do autor).

No contexto histórico de elaboração de sua pesquisa, Morais (1981) afirma que a Baixada Fluminense era tida como o lugar mais violento do mundo. Além de assaltos, latrocínios, perseguições, assassinatos, estupros e conflitos entre quadrilhas, os comerciantes trabalhavam atrás de grades, enquanto criminosos andavam soltos, dominando o espaço urbano. Em São Paulo, na região central, o Edifício Itália — até então, o maior prédio comercial da América do Sul — compartilhava da mesma situação, registrando cerca de seis assaltos por dia. Também, o autor denuncia a degradação da vida humana no país:

Este aviltamento da pessoa, em nosso país, degenerou rapidamente grande parte da estrutura policial; ou a degenerou tornando-a excessivamente violenta e desumana em seus métodos de ação ou, o que ainda é pior, corrompeu-a a um ponto em que hoje é difícil distinguirmos a ação do bandido da ação do policial. Sabe-se que inúmeras são as quadrilhas e inúmeros os menores infratores que matam e roubam agenciados por policiais. (MORAIS, 1981, p. 91).

Outro problema que surge ao homem moderno consiste na perda da noção do que é a violência. Segundo Morais (1981), o ser humano que vive na metrópole se acostumou com alguns tipos de opressão como é o caso das **formas de habitação**: os ricos, por vezes, possuem casas que mais se parecem com um clube de diversões; alguns integrantes da classe média possuem apartamentos em que as crianças crescem enclausuradas; e as classes populares vivem, geralmente, em ambientes insalubres, com focos de epidemias, com limitações de alimentação, dentre outras carências como a própria desumanização dos indivíduos que lá habitam.

Além disso, o autor levanta a questão da especulação imobiliária, uma forma de oprimir os habitantes da metrópole que, precisando esconder-se em um lar, são subjugados às negociações especulativas. Outro tipo de opressão é a burocratização das relações humanas, que dificulta ainda mais a execução de determinadas atividades como: o nascimento, a

escolarização, a profissionalização e a morte. Conforme as reflexões do filósofo, o pior é o resfriamento das relações que deixou o ser humano insensível às situações degradantes da falta de qualidade de vida:

Há as Universidades com seus computadores mal trabalhados, os hospitais com suas “fichas de internação” intermináveis como um interrogatório policial, as companhias telefônicas com seu tratamento mecânico às angústias dos clientes, etc. Não há quem não se sinta violentado com tudo isto, com um meio no qual as manifestações de amizade e simpatia passaram a causar desconfiança. É o “desaquecimento” do humano, para não dizer que seja a sua deterioração. O pior é que não há desburocratização, por mais mágica, que seja capaz de romper esta cadeia de violências. (MORAIS, 1981, p. 94-95).

O desespero incitado na população urbana parte do fato de que “todos precisam viver, todos precisam defender o próximo prato de comida, a fêria do dia ou o rendimento mensal”. Sendo assim, as pessoas saem às ruas com medo do imprevisível, do que podem vir a roubar-lhes e da violência a que estão sujeitas. Por isso, o estudioso destaca que é difícil ter algum tipo de otimismo em relação ao futuro nas cidades, fazendo com que alguns pesquisadores criem que a metrópole vive em um estado de barbárie (MORAIS, 1981, p. 100-101).

Apesar disso, Moraes (1981, p. 102-103, grifo do autor) sustenta a esperança de que o futuro depende de ações da humanidade e afirma que o improvável é possível de acontecer. O autor acredita na força da “*participação* dos cidadãos na produção do seu espaço, uma primeira esperança será a de reconquistar a participação do povo”. Ele menciona, inclusive, a cristalização dos movimentos populares que podem colaborar para a “recuperação do humano nas grandes cidades”.

Em complementação ao enfoque, para Duarte (2006, p.10), existe outro tipo de violência urbana que é a gerada pelo trânsito motorizado que se mistura com as demais agressões expressas no espaço citadino: “Competindo pelo espaço público em condições desiguais, o automóvel afugenta e expulsa das ruas o pedestre”. Esse processo, ocasionado a partir da Revolução Industrial, alterou a configuração espacial das cidades e, conseqüentemente, as práticas socioespaciais como um todo. O espaço urbano, adaptado à velocidade dos automóveis, contribui para um espaço da violência e da coerção motivado pelo processo da circulação urbana. Sobre isso, o urbanista afirma:

De fato, só a natureza da ordem estabelecida e, por consequência, a banalização da violência dela decorrente, pode explicar o fatalismo complacente com que as estatísticas produzidas pelo tráfego motorizado são encaradas. A banalização dos impactos da circulação motorizada sobre a cidade, corresponde, na verdade, à

banalização da própria desigualdade social que alimenta o círculo vicioso da produção de mais desigualdade sobre o território, perpetuando, desse modo, a realidade que se pretende ou se deseja mudar. (DUARTE, 2006, p. 13).

O autor discute acerca das consequências do tráfego caótico nas metrópoles e também sobre a condescendência da sociedade em relação aos problemas causados pelas aspirações progressistas do capitalismo. Os benefícios do uso dos automóveis particulares são de uma minoria da sociedade. Ainda, segundo Duarte (2006, p. 23): “A maioria dos deslocamentos em carros de passeio é feita apenas pelo motorista (viajando sozinho)”. Isso quer dizer que as pessoas que andam de ônibus, no país, não o fazem porque estão satisfeitas com o transporte coletivo, mas porque, em geral, é a alternativa que está ao seu alcance.

Para além da violência no trânsito, Puty, Barcellos e Daniel (1982), em estudo sobre o fenômeno da violência nas perspectivas do trabalho, das disparidades sociais e da renda dos cidadãos brasileiros, assim como Morais (1981), apontam para o desemprego como uma das causas da violência no país:

A incapacidade do sistema econômico empregar de forma crescente e formalmente a força de trabalho e a situação da não-regularidade do emprego, bem como a descontinuidade no trabalho autônomo no setor serviço, provocam, a nosso ver, as erupções de violência de forma crescente e generalizada. Com efeito, a violência vem a ser o termômetro social do grau de distorções acumuladas na base econômica da nação, a partir do processo de desenvolvimento altamente desequilibrado. (PUTY; BARCELLOS; DANIEL, 1982, p. 15-16).

Em relação às disparidades sociais e de renda, à época da pesquisa, os autores acreditam que fatores tecnológicos e fundiários contribuíram para que surgissem “tarefas” pouco produtivas em detrimento dos antigos serviços que existiam nos setores primários e secundários, ocasionando a instabilidade salarial e a insatisfação, pois o indivíduo tem uma baixa qualidade de vida e condições precárias de saúde, habitação e outras necessidades básicas.

A migração para os grandes centros urbanos pode ser justificada pelo fato de o desenvolvimento tecnológico no setor primário desencadear um processo de dispensa da mão de obra dos empregados desse tipo de trabalho:

De ser assim, podemos concluir que a pobreza, a marginalização, a “inchação” dos centros urbanos etc. resultam do regime institucional do latifúndio no Brasil. Ora, isto é um problema estrutural, cuja solução envolve medidas que tenham ação de longo alcance. Por outro lado, levantando-se a hipótese de que esses contingentes de mão-de-obra não venham a ser absorvidos por outros setores econômicos, a conclusão a que se chega é inevitavelmente esta: a miséria traduz-se em revolta e

esta alcança seu ápice com a violência direta. (PUTY; BARCELLOS; DANIEL, 1982, p. 25).

Para Puty, Barcellos e Daniel (1982, p. 39), os problemas econômicos têm causas complexas e “fornecem as variáveis essenciais e predominantes para a compreensão dos desníveis sociais, de renda, da violência [...]”. Na tentativa de apontar possíveis causas da violência e do crime, Schwartzman⁹ (1980, p. 367 apud PUTY; BARCELLOS; DANIEL, 1982, p. 40) afirma que “enquanto um pequeno roubo render mais que um mês de trabalho, há motivo para continuar roubando”. Apesar disso, os autores enfatizam que seria uma generalização dizer que toda a classe popular é violenta por ter os mais baixos níveis de remuneração. Ao definir o que é violência, os autores escrevem:

Verificar-se-á violência urbana em qualquer momento em que a sociedade ou integrante dela estiver privada do direito à paz, saúde, lazer, propriedade ou outro elementos que impossibilite ou dificulte a equalização desses direitos como, por exemplo, a educação. (PUTY; BARCELLOS; DANIEL 1982, p. 61).

Diante disso, os autores apontam que providências deveriam ser tomadas pelo Governo e pela sociedade em relação aos problemas urbanos, principalmente, no que diz respeito às necessidades das camadas populares. Uma das medidas propostas por Puty, Barcellos e Daniel (1982) é a propagação de cursos profissionalizantes como os cursos técnicos de nível médio para diminuir o longo prazo que os cursos universitários demandam, impossibilitando que os jovens consigam emprego antes de alcançar o nível superior.

Para os autores, a marginalização provém de barreiras sociais que impedem os indivíduos de todas as classes de se integrar socialmente. Para eles, a principal barreira é a econômica. Segundo Puty, Barcellos e Daniel (1982), as camadas privilegiadas têm a oportunidade de acumular capital, enquanto as demais classes ficam marginalizadas, principalmente, dessa prática. Conforme os autores, há dois conceitos de marginalidade:

[...] ético moral e estrutural sócio-econômico; e seja qual for a forma em que se apresente o fenômeno, típico que é dos países não-desenvolvidos, não deixa de apresentar, com relação aos desenvolvidos, similares, à medida que se constitui produto do próprio sistema (rigidez estrutural do sistema), e que desempenha um papel dentro do processo de acumulação. Os princípios básicos que regem o desenvolvimento do capitalismo são os mesmos em todas as partes apresentando, no entanto, particularidades em virtude das características das diferentes economias, das diferentes histórias (migrações e imigrações), das diferentes formas de culturas etc. (PUTY; BARCELLOS; DANIEL 1982, p. 65).

⁹ SCHWARTZMAN, Simon. Da violência dos nossos dias. In: *Dados*, Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário do Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 1980, p. 367.

Isso quer dizer que existem, segundo os estudiosos, os indivíduos impedidos de participar do aparelho institucional da metrópole, sendo excluídos dos benefícios da sociedade, e existem aqueles que se marginalizam devido à ausência de padrões morais. Outra das soluções apontadas para o problema da marginalização das camadas populares é a criação de empregos nas regiões da agricultura e da pecuária, para que seja evitado o êxodo rural, já que a indústria não consegue fornecer empregos para toda a população.

Conforme Puty, Barcellos e Daniel (1982), nos grandes centros urbanos, a oferta de mão de obra é sempre maior que a de empregos. Os patrões, por sua vez, oferecem subempregos às pessoas que, precisando trabalhar, disputam entre si. Mesmo assim, o mercado não consegue absorver toda a mão de obra aspirante. Surge, então, o fenômeno da **miséria** que faz com que determinados indivíduos tenham atitudes extremas para conseguir saciar, ao menos, as suas necessidades vitais.

Junto a esse processo, ocorre a **favelização**, já que os sujeitos, por falta de recursos, tendem a procurar as periferias da metrópole e lá se isolam socialmente da vida urbana. Puty, Barcellos e Daniel (1982, p. 70) mencionam que as favelas se encontram “socialmente desorganizadas e seus habitantes isolados da vida urbana circundante. Predomina nessa região [...] uma subcultura formada por ideias rurais inadaptadas ao meio urbano e pelo cinismo e passividade”.

Acomodando-se nas favelas, alguns dos indivíduos conseguem ainda sentir uma melhoria de vida, visto que estão participando, mesmo que não efetivamente, da vida nas cidades grandes. Porém, a pobreza generalizada agrava a situação de algumas famílias que vivem em tal condição e abalam também toda a sociedade, pois, colocados à margem do desenvolvimento, é comum que os sujeitos fiquem intolerantes, levando-os a desrespeitar e a transgredir as normas sociais. Desse modo, os autores acrescentam:

Quando uma sociedade passar por um período de transição abrupta, é comum que certas condições sociais e psíquicas fiquem intoleráveis para os indivíduos e que estes se desorientem no seu comportamento. Essa intolerabilidade constitui um ingrediente de custo para a conduta individual. É sempre mais custoso para os indivíduos ajustarem-se a regras incertas, principalmente quando em relação a elas não se expressaram quanto à aplicabilidade ou não (não-participação no aparelho institucional). Mas, é óbvio, nem todos os indivíduos respondem a tal intolerabilidade com o crime. Adaptar-se àquelas condições ou partir para o delito, vai depender muito das condições subjetivas e objetivas de desigualdade social, do custo do crime, e de vários outros fatores precipitantes, assim como dos mecanismos de controle social. (PUTY; BARCELLOS; DANIEL 1982, p. 70-71).

Relacionado a isso, também Marrey¹⁰ (1973, p. 4 apud BARCELLOS, 1982, p. 76) aponta que, em regiões onde não existem exemplos de cooperação e esperança, muitos jovens compartilham com seus pais os sentimentos que surgem oriundos do desemprego e da situação desfavorável de moradia, de alimentação, dentre outros fatores negativos, tornando-se agressivos devido aos **entrechoques mentais violentos** que ocorrem pela convivência das classes desprivilegiadas com as privilegiadas. Nesse sentido, o indivíduo ainda jovem pode nutrir sentimentos de ódio e de rancor em relação aos patrões. O autor menciona que “é o caso de alguns pedreiros ensinando a seus filhos, serventes, como colocar um tijolo e odiar a parede da futura sala luxuosa.”.

Os referidos estudiosos acreditam que, quanto maior o rigor em se cumprir a justiça, menores são as probabilidades de os criminosos continuarem a transgredir as normas sociais. Para isso, Puty, Barcellos e Daniel (1982) enfatizam que o sistema penitenciário e a justiça, em geral, devem estar aptos para controlar, corrigir e prevenir o transgressor. Além disso, os autores comentam que há menos violência em países em que há certa homogeneidade social e não exatamente em regiões onde há empregos para quase todos.

Para mais, existem os atos de violência que são gerados não pela marginalização social, mas devido à marginalização subjetiva que se dá quando: “[...] o agente demonstra estar despido de respeito por padrões morais de comportamento, seja em função de desconhecimento de usos e costumes, seja em função de resultado de ausência de bens sentimentais ou incorpóreos” (PUTY; BARCELLOS; DANIEL, 1982, p. 83).

Esse tipo de violência pode partir do desejo de o criminoso se destacar na sociedade, pois, já tendo alcançado uma posição social privilegiada, sente-se indiferente em relação aos demais. Para os autores:

[...] o agente acredita que sua luta diária, seja para o desenvolvimento sócio-econômico, seja para o cultural, não lhe preenche os anseios de realização, por já se encontrar socialmente destacado. Este fenômeno tem sido apontado como um dos fatores incomuns, mas já evidentes, causadores de atos violentos. Com este sentimento de realização, que surgiu precocemente, o agente passa a buscar novas maneiras de fazer-se presente na sociedade. Para ele, no entanto, o furto não se presta, pois normalmente este é praticado de forma mais rústica e não ganha notoriedade ou atenção como deseja o agente. Passa então a praticar roubo, que se distingue do furto pela utilização de meio violento. Alguns sociólogos acreditam que esse tipo de criminoso seja o mais perigoso pois, normalmente, tem plena consciência daquilo que deseja. Seu plano é feito de forma a que seu ato seja tido como ousado ou, na pior das hipóteses, diferente, pois o objetivo é fazer com que represente manchetes nos jornais do dia seguinte. [...] Este é o tipo de comportamento que julgamos ser o mais imoral. O agente não tem motivos relevantes. Usa de sua inteligência para dar publicidade aos seus atos e, certamente,

¹⁰ MARREY, Adriano. *O meio e a criminalidade de menores*. São Paulo, 1973, p.4.

usará de sua influência para abafá-los caso seja preso. (PUTY; BARCELLOS; DANIEL, 1982, p. 92).

Assim sendo, apesar de ser mais recorrente a violência devido a fatores de desníveis sociais, o fenômeno também abarca questões subjetivas. Logo, os crimes não se devem somente a aspectos sociais. De qualquer forma, seja em uma favela ou nas regiões mais privilegiadas da metrópole, existem crimes sem motivos aparentes e realizados com a mesma frieza. A esse respeito, Puty, Barcellos e Daniel (1982) afirmam que a fraqueza emocional permeia todas as esferas sociais e, em relação à procedência de crimes nas classes dominantes, os autores esclarecem:

A estes aspectos criminógenos, somam-se outros que explicam a ocorrência de crimes também nos segmentos privilegiados da sociedade. Os problemas psicológicos e espirituais são também tidos como fatores que levam o homem a agredir. A falta de religiosidade ou a precoce realização do homem, pode levá-lo a um grande desinteresse pelos padrões morais normalmente aceitos pela sociedade. Passa então a procurar fazer-se presente, roubando, matando, seqüestrando e agredindo de uma forma geral. (PUTY; BARCELLOS; DANIEL 1982, p. 109).

Conforme Puty, Barcellos e Daniel (1982, 76), as desigualdades sociais são mais acentuadas nas regiões metropolitanas, onde, por exemplo, a pessoa é alvo de programas e propagandas dos meios de comunicação em massa que exibem uma realidade inacessível à maioria dos telespectadores. Assim, “não podendo usufruir desses bens, não podendo participar das decisões, [...] o homem, cansado de lutar, de tentar alcançar um degrau apenas acima do que está, parte para atitudes rebeldes”. A influência negativa das propagandas dos meios de comunicação em massa é perceptível no sentido de evidenciar as diferenças sociais da população.

Ao mesmo tempo em que os cidadãos devem seguir o que consta nas leis, a sociedade capitalista e, principalmente, os meios de comunicação incentivam as pessoas a consumir e a buscar o dinheiro, o sucesso e o poder. Conforme Buoro *et al.* (2010), algumas das formas de perseguir as conquistas supracitadas é por meio dos estudos, de herança, do trabalho, da loteria, mas também pelo caminho da criminalidade, da corrupção e da violência. Nessa prática social de apregoar mensagens de riqueza e de *status*, é natural que os indivíduos oriundos das classes desfavorecidas se sintam punidos e excluídos da sociedade do consumo. Sendo assim, algumas dessas pessoas acabam buscando o tipo de vida marcado pelo crime, pela violência e pela corrupção.

Nesse sentido, Buoro *et al.* (2010) tecem a crítica às mídias que, constantemente, tornam poderosa a imagem do indivíduo violento, que consegue ser reconhecido e temido,

que se torna bem-sucedido e esperto aos olhos dos cidadãos comuns que vivem resignados. Isso tem o poder de influenciar, sobretudo, os jovens que vivem o processo de construção de suas identidades sociais.

Para Puty, Barcellos e Daniel (1982), a violência parte do homem e seu alvo é o próprio homem, que, por sua vez, é privado de sua liberdade devido à ação violenta. Conforme os autores, o discurso sobre a violência é revelador da extensão, da profundidade, da qualidade do crime e da capacidade destruidora a que chegou a humanidade. Além disso, mostra a violência para além da economia política, das forças policiais, jurídicas, sociais e estruturais do capitalismo. Apesar de o discurso sobre a violência revelar também as ambiguidades do sistema capitalista — no sentido de hostilizar o crime oriundo das classes desprivilegiadas e de abrandar o crime oriundo das classes dominantes — para os estudiosos, a violência sempre será um fator anormal por violar os direitos humanos como: toda tentativa de privar-lhe de sua consciência, de retirar-lhe o direito de participação na sociedade, a liberdade, a personalidade, a autenticidade e/ou o autodomínio, tudo aquilo que tenta manipulá-lo, reprimi-lo, intimidá-lo, gerando o medo. Ademais, o discurso sobre a violência também vela os problemas que a geram na sociedade, restringindo a sua verdadeira dimensão:

Há o discurso sobre a violência que *vela* a verdadeira face da violência. É aquele que, tratando da violência, a restringe simples e ingenuamente à necessidade da reforma penitenciária, da prisão albergue, da fusão da polícia militar com a civil, da integração polícia-povo. Isto é, trata da violência apenas como “simples caso de polícia”. É aquela que *esconde* a história das classes dominantes com seus dramas geradores da violência, e que se utiliza do tema da violência para consolidar, ainda mais, a sua situação privilegiada, usando de mecanismo como: campanha de dramatização da criminalidade, campanha pela “segurança dos cidadãos”, escondendo a crise econômica [...]. Assim fazendo, a violência com seu discurso, estabelece uma cortina de fumaça que desvia a atenção dos problemas objetivos; transfere a responsabilidade da situação calamitosa a quem está longe do Governo e das classes mais altas; desvia a atenção da opinião pública das outras formas de violência dos grandes (violência em colarinho branco, violência dos que usam *black-tie*); estimula o clima de medo, de tensão, de violência que justifica o controle do Estado sobre os cidadãos e reforça o aparelho repressivo, voltado sobretudo contra as classes trabalhadoras (a classe perigosa). (PUTY; BARCELLOS; DANIEL; 1982, p. 129-130, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Cunha¹¹ (1981, p. 6, 13 apud PUTY; BARCELLOS; DANIEL; 1982) afirma que a ideologia da classe dominante esconde, em seu discurso, a violência que é estrutural. Assim, ao dominar o outro, um grupo cria uma justificativa para isso, naturalizando a violência deste sobre aquele, culpando-o e fazendo-o crer que está naquela situação porque é inferior e merece – esse discurso é difundido e corporificado na sociedade ao longo do tempo.

¹¹ CUNHA, Maria Carneiro da. A mulher, alvo preferencial da violência. Folhetim, n. 256, dez. 1981, p. 6, 13.

Em relação às vítimas diretas e/ou indiretas da violência, a pesquisa de Soares, Miranda e Borges (2006) destaca o descaso público e privado, no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, no que diz respeito ao tratamento social e psicológico dessas vítimas. No prefácio da obra, escrito pelo professor Ignacio Cano¹², afirma-se que a violência é praticamente esquecida pela política pública e pela atenção social no país, e os homicídios têm alvo preferido: os jovens negros, do sexo masculino, de pouca escolaridade, de baixa renda e moradores das periferias urbanas.

De acordo com Soares, Miranda e Borges (2006), em um período de cerca de duas décadas, o Rio de Janeiro vive um número de mortes equivalente ao período de duzentos anos (1775-1975) de guerras nos Estados Unidos. Os autores mostram, com isso, que a violência deve ser tratada com maior seriedade pelas autoridades brasileiras para combater a catástrofe da segurança no Brasil. Sobre homicídios, é dito que:

As vítimas ocultas de mortes violentas no município do Rio de Janeiro são o objeto deste estudo; “ocultas” porque são invisíveis para a sociedade civil e para o poder público. É pouco o que se conhece sobre parentes e amigos que perderam seus familiares por mortes violentas; não sabemos quem são e, muito menos, como reagem e sentem a perda das pessoas amadas. Sem essas informações, nada podemos sugerir e, por isso, pouco pode ser feito ou cobrado aos executivos federais, estaduais e municipais. (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 25).

Dentre as relevâncias da pesquisa, constata-se que, além das vítimas diretas da violência, principalmente em relação aos homicídios, inúmeras pessoas são afetadas pelo trauma de perder uma pessoa pela qual tinham uma relação de estima. Os autores citam que, no Rio de Janeiro, de 1979 a 2001, 103. 203 pessoas foram mortas violentamente e que “elas deixaram marcas profundas em 300 mil a 600 mil familiares e amigos, e marcas significativas numa quantidade equivalente de outras pessoas”, e a maior parte dos homicídios está associada às atividades ilegais do tráfico de drogas e do comércio de armas (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 26).

Um dos problemas, descritos pelos estudiosos, no que concerne ao comportamento das vítimas diretas e/ou indiretas da exposição a eventos violentos, é o desenvolvimento de um transtorno mental denominado Desordem de Estresse Pós-Trauma – DEPT. Alguns dos critérios de diagnóstico do transtorno são: o medo de se expor novamente a situações que geraram o trauma, a hipervigilância, a irritabilidade e a incapacidade de ter e expressar diversos sentimentos.

¹² Professor da UERJ, pesquisador do Laboratório de Análise da Violência (LAV).

Em relação às crianças e aos adolescentes, uma pesquisa, citada na obra, referente ao Canadá, mostra que a maioria dos indivíduos que presenciava a violência no lar manifestava mais comportamentos negativos como: a agressividade física e a agressividade indireta – falar mal de outros e tentar influenciar a opinião das pessoas contra outros são alguns exemplos – e maiores chances de desenvolver desordens emocionais, hiperatividade e maior probabilidade de se tornar delinquente (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 36).

Murphy & Johnson¹³ (2003, p.381-404 apud SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006), em entrevista com 138 pais e mães após 4, 12, 24 e 60 meses da morte violenta de seus filhos, destacam que o investimento social em grupos de apoio e o acompanhamento religioso refletem em significativa melhora dos pais por encontrar um motivo e/ou consolação para a morte das crianças e jovens adultos.

Segundo Soares, Miranda e Borges (2006), no Brasil, a DEPT afeta também alguns indivíduos que não foram atingidos, direta ou indiretamente, por algum evento violento, mas devido à tensão em que a sociedade vive. Logo, algumas pessoas sofrem da desordem assim como os indivíduos que vivem em atividades de risco, como os bombeiros. A continuidade da violência no país gerou um **medo crônico** nos brasileiros. Sobre isso, os autores mencionam os dados da Pesquisa de Vitimização 2003, patrocinada pelo Instituto Brasil Futuro (PV-2003-IBF):

Os brasileiros vivem com medo, talvez tanto quanto as populações que estão localizadas em áreas assoladas *com frequência* por terremotos e erupções, furacões, tornados e tsunamis. Porém, trata-se de uma forma mais generalizada e diluída. Nosso comportamento é dirigido, em parte, pelo medo de assalto, de atropelamento, da polícia, e vários outros medos específicos. No Brasil, o número de pessoas com medo é muito maior do que o de pessoas vitimadas ou o de vítimas ocultas. [...] três em cada quatro paulistanos sentem medo quando pensam na violência de modo geral. É um quadro que encolhe a vida e reduz a produtividade das pessoas. [...] Os brasileiros tiveram seu comportamento modificado pelo crime e pela brutalidade, vivendo não à procura da felicidade, mas fugindo da violência, buscando apenas a segurança. Não é vida, é fuga. (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 53-56, grifo dos autores).

Além disso, os estudiosos esclarecem que:

O medo e os problemas psicológicos causados pela violência se transformaram em problemas de saúde pública e o poder público, em todos os níveis — federal, estadual e municipal — deve se posicionar face aos determinantes desse estresse e trauma: o crime e a violência. Há um preço muito elevado que está sendo pago pela população brasileira pelo alto nível de violência do País. (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 57).

¹³ MURPHY, S.A.; JOHNSON, L.C. *Finding meaning in a child's violent death: a five year prospective analysis of parents' personal narratives and empirical data*. *Death Study*, junho de 2003, 27(5), p. 381-404.

Diferentemente das mortes naturais ou causadas por acidentes, o homicídio, geralmente, provoca sintomas mais traumáticos entre os parentes e amigos da vítima, como: dificuldades para dormir, pesadelos e outros sintomas de desconforto, de estresse e de traumas que os acompanham por muito tempo ou durante toda a vida. Para mais, a DEPT, geralmente, ocasiona problemas financeiros e interpessoais no que concerne à estrutura familiar.

No país, as vítimas secundárias da violência sofrem o medo e o trauma das experiências de exclusão, sendo tratadas com descaso pelas autoridades responsáveis por ampará-las. Em muitas situações, por falta de recursos financeiros, essas pessoas continuam morando na mesma região, mesmo tendo presenciado o assassinato da pessoa estimada, e chegam a conviver com a presença do assassino (SANTOS et. al., 2006).

A vítima indireta da violência ainda sofre no contato com o Estado para resolver a parte burocrática de reconhecimento do corpo da vítima, além do transporte e da liberação pelo Instituto Médico Legal (IML). Muitos parentes e amigos da vítima direta alegam ter sido maltratados no momento em que tentavam concluir a parte legal. Além do procedimento burocrático para reconhecer o corpo da vítima e a convivência indesejada com o assassino – outro fator que prejudica as vítimas secundárias é o lento processo, policial e judicial, de culpabilização dos responsáveis pelos homicídios e/ou acidentes, tais como os de trânsito. Dentre algumas das conclusões dos estudiosos acerca dos questionários que aplicaram, estão que:

[...] 10. A avassaladora maioria dos entrevistados não confia em instituições nem em pessoas direta ou indiretamente ligadas à segurança pública: polícia, justiça, sistema penitenciário e deputados. Esse cenário de baixíssimo grau de confiança institucional da parte dos entrevistados reflete a profunda sensação de insegurança, medo e de desamparo em que se encontram as vítimas ocultas residentes na cidade maravilhosa. Um primeiro passo para reverter urgentemente esse estado de calamidade pública é dar visibilidade às vítimas ocultas dessa cidade. A maior conclusão desse estudo é a de que a vítima oculta sofre muito e sofre sozinha.

11. O poder público pode e deve prevenir as consequências negativas das mortes violentas sobre as vítimas indiretas. Dentre os diversos exemplos para tal, estão a melhoria e a prevenção do contato das vítimas com o corpo, restringindo-o ao mínimo de pessoas, particularmente nos casos em que o cadáver estiver desfigurado. O uso de circuitos internos, fechados, de TV, para a identificação é recomendado.

12. O poder público pode investir na qualificação e treinamento de profissionais da área de segurança e da saúde pública para identificar aos sintomas da DEPT e implementar políticas públicas de prevenção e tratamento de trauma, construindo *centros de trauma* voltados para as necessidades das vítimas ocultas, apoiando-as e promovendo atendimento gratuito — social, jurídico e psicológico. O trauma é uma área com alto grau de especificidade, seja na medicina, na atividade policial, no serviço social e no acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico. Profissionais comuns, ainda que competentes, *não* estão capacitados para lidar com o trauma e suas consequências. O que aprenderam em outras áreas não se aplica

automaticamente ao trauma. Precisam de treinamento adicional (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 200).

Para Buoro *et al.* (2010), a ideia de violência varia conforme o tipo de sociedade e se observam, ao longo da história, mudanças profundas em relação ao que significa a violência e às diferenças entre os fatores que geram o medo na população. Para definir o fenômeno no contexto da sociedade atual, é citada a definição do filósofo Yves Michaud:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD¹⁴ 1989 apud BUORO *et al.*, 2010, p. 8).

Ao resgatar a história do país, os autores põem em destaque o fato de que, desde o período colonial, há a criminalização de certas partes da sociedade em detrimento de outras, seja isso observado por meio da segregação racial, social, religiosa, econômica, cultural, entre outros tipos. No período do Império, a violência foi constituída por insurreições e pela Guerra do Paraguai, sendo que, à época, torturar um escravo era prática normal que hoje é injustificável, constituindo-se crime.

De fato, novos tipos de violência como, por exemplo, “discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião, orientação sexual, situações de constrangimento, exclusão ou humilhação” não são tolerados. Para os estudiosos, trata-se de um novo processo histórico, que varia em cada cultura, visando à pacificação e, por isso, surgem novas regras que devem ser obedecidas pelos indivíduos (BUORO *et al.*, 2010, p. 9).

Uma contradição é destacada pelos autores no que concerne à violência generalizada nos dias de hoje:

A pacificação parece ter atingido muito mais as relações entre os indivíduos — que perderam o direito de fazer justiça com as próprias mãos — do que entre os Estados, que, no século XX, continuaram travando guerras cada vez mais violentas. Eis aí a grande contradição que vivemos: nunca houve tantas leis e garantias quanto nos dias atuais, e o mundo parece nunca ter sido tão violento como hoje. (BUORO *et al.*, 2010, p. 9).

Após períodos de conflitos políticos, como o de ditadura militar, grupos representativos da sociedade defendem os direitos humanos da população, sendo que a Constituição brasileira de 1988 reconhece, de modo amplo, os direitos dos cidadãos. Para

¹⁴ MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

mais, os autores acrescentam um questionamento no que se refere à tolerância e à sensibilidade da sociedade em relação aos tipos de crimes e de criminosos:

Será que prestamos mais atenção a determinados tipos de crimes, em detrimento de outros, de acordo com o momento social que vivemos, com nossa posição na sociedade, e que a importância que atribuímos a um crime depende de quem é a vítima e quem é o agressor? [...] Atualmente, nossa atenção está muito voltada para os roubos seguidos de assassinato e para os dados estatísticos que indicam o aumento do número de homicídios em determinados bairros. Esses últimos têm sido os crimes “por excelência”, os que mais ocupam o espaço do debate público. Aparecem muito nos noticiários, associados ao crime organizado, ao tráfico de drogas. É como se esse tipo de crime, ao atingir setores até então protegidos da sociedade, descobrisse seu lado mais sombrio. (BUORO *et al.*, 2010, p. 25-26).

Martins¹⁵ (2008, p.63 apud BUORO *et al.*, 2010), afirma que, ao se referir à violência no período posterior à Proclamação da República, “antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que traz para o confronto direto camponeses e fazendeiros”.

Feita essa retrospectiva, os estudiosos associam a pobreza, a violência e a criminalidade às cidades modernas:

A associação entre pobreza, violência e criminalidade existe historicamente, pois decorre de uma das primeiras consequências do desenvolvimento do capitalismo nas sociedades ocidentais modernas: expulsão do campo de milhares de pessoas sem trabalho, que migraram para as cidades. Rapidamente, o modo de vida urbano passou a ser associado ao perigo, às epidemias, à promiscuidade, à agressão e à criminalidade. [...] As classes baixas passaram a ser consideradas perigosas, não só porque eram potencialmente transmissoras de doenças, devido às más condições de suas moradias e à falta de higiene em que viviam, mas também porque muitos não tinham trabalho, eram “desocupados” que tiravam seu sustento das ruas ou de outras atividades ilícitas. (BUORO *et al.*, 2010, p. 21-22).

A relação supracitada diz respeito também aos parâmetros de julgamento da sociedade moderna. Sendo a modernidade caracterizada pelo dinheiro e pela propriedade, a falta de emprego faz surgir o desempregado, o “trabalhador que não deu certo” e, por vezes, a figura do criminoso em potencial, ou seja, o delinquente, aquele que infringe as leis.

Acerca do medo da violência, autores como Buoro *et al.* (2010, p.36) tornam saliente que o medo é sempre maior que o contexto real da violência urbana, isso quer dizer que “aprendemos a temer e a identificar situações violentas muito antes de vivê-las”. Isto é, as pessoas sobrevivem, atualmente, em estado de preparação para o que pode vir a acometê-las, segundo aquilo que veem, particularmente, nas sensações exageradas que são transmitidas pelos veículos midiáticos.

¹⁵ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 63.

A redução das desigualdades sociais no país é, hoje, um desafio e, conforme Buoro *et al.* (2010), uma das justificativas dos atos ilícitos cometidos principalmente pelos jovens, que tentam alcançar o padrão de vida imposto pela sociedade e pelas mídias. Quanto à falta de oportunidades de emprego, no Brasil, a Constituição garante a todos os indivíduos o emprego como um direito, mas há uma enorme lacuna entre o que deveria acontecer e o que acontece na realidade. Sobre isso, os escritores afirmam:

É exatamente por causa dessa dificuldade em fazer valer os direitos garantidos pela Constituição que muitas vezes somos levados a acreditar que somente atitudes radicais poderiam acabar com problemas como a violência. E aí, em vez de pensar em maneiras de fazer o país avançar, ou seja, tornar-se mais justo, garantindo à população seus direitos fundamentais, acabamos apostando em soluções que fazem não só o país, mas cada um de nós regredir. Responder à violência com violência, ser favorável à pena de morte, apoiar execuções sumárias de supostos bandidos ou marginais, tudo isso, na verdade, nos empurra para um jogo ainda mais duro e definitivamente sem saída. (BUORO *et al.*, 2010, p. 39).

Dessa maneira, a exclusão de grande parte da sociedade em relação à apropriação de seus direitos é um problema de todos. A desunião da população frente aos desafios do país dificulta ainda mais a reivindicação dos direitos humanos. O que deveria ser direito no Brasil — como os direitos à vida, à educação, à saúde, à segurança, à moradia e ao emprego — tornaram-se privilégios de uma minoria.

Na difícil tentativa de responsabilizar os culpados pela situação violenta no país, Buoro *et al.* (2010, p. 41) explicam que “não se sabe se a Justiça é justa”, já que muitos governantes são acusados de se preocupar mais com os benefícios próprios que com os cuidados para com os bens públicos; policiais são acusados de matar inocentes e de abusar da força; há o descaso em resolver os problemas da população de baixa renda; os traficantes parecem dominar certas áreas urbanas e há sérios problemas na aplicação das leis.

Segundo Buoro *et al.* (2010), o aumento das taxas de criminalidade urbana contribui para o enriquecimento dos negócios do setor de segurança. Muito rentáveis, consistem na fabricação e no comércio de armas, aparelhos de segurança, alarmes, serviços de proteção, entre outros. O alto investimento em segurança individual não contribui para a mobilização da sociedade, que seria uma das alternativas mais válidas para tentar solucionar os problemas da segurança pública no país, já que existe a falta de cobrança e de participação social em relação aos planos e às decisões governamentais na área.

Estatisticamente, a taxa de homicídios no Brasil vem caindo desde o início dos anos 2000. Conforme Buoro *et al.* (2010), essa mudança ocorre devido ao combate ao crime organizado, a campanhas pelo desarmamento, à formação policial aprimorada, à articulação

de diferentes polícias e guardas das cidades, à reforma da legislação, à articulação dos setores públicos e privados para o debate sobre o enfrentamento à violência, à implantação de sistemas informacionais, dentre outras estratégias como a iniciativa cultural, como o surgimento do Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) que visa à pacificação das favelas no Rio de Janeiro por meio da música, da dança e de vivências entre jovens e policiais.

Para Bauman (2009, p.13), o fim do século XX inaugura uma nova fase histórica das “cidades globais”. Tendo como foco as cidades europeias, o autor diz que o medo e a “obsessão maníaca” nunca foram tão presentes como nos dias atuais. Segundo Freud¹⁶ (2002, p. 274 apud BAUMAN, 2009, p. 14), os sofrimentos humanos, tais como o medo, derivam do “poder superior da natureza, da fragilidade de nossos próprios corpos e da inadequação das normas que regem os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade”.

Sendo assim, as falhas no cumprimento da justiça das regras sociais faz com que surja o medo excessivo no homem que, descrente em relação aos regulamentos da sociedade que não lhe beneficiam, passa a vivenciar uma sensação de que há “maquinações hostis, complôs, conspirações de um inimigo que se encontra em nossa porta ou embaixo de nossa cama” (BAUMAN, 2009, p. 15).

Conforme Castel¹⁷ (2003, p. 5 apud BAUMAN, 2009), a culpa desse fenômeno consiste no individualismo moderno. Em outros termos, o ser humano suspeita de todos, não consegue confiar em outrem, não crê mais na solidariedade humana, como acontecia em tempos passados em que comunidades e corporações serviam para cuidar daquilo que era considerado um problema coletivo. Ao contrário, nos dias de hoje, os indivíduos tendem a querer resolver tudo por si mesmos, sentindo-se inseguros na maior parte do tempo.

Para o sociólogo polonês, a Era Moderna trouxe dois fenômenos consigo: o da supervalorização do indivíduo e, simultaneamente, a fragilidade e vulnerabilidade desse mesmo indivíduo. Logo, a expectativa de que se pode ser e ter aquilo tudo que é almejado não é possível de ser realizada por toda a população. Nas palavras do autor: “O resultado da ação combinada dessas duas novas tendências foi como aplicar o sal do sentimento de culpa sobre a ferida da impotência, infeccionando-a.”. Isso causaria outro tipo de medo que não o da violência, mas o medo de ser inadequado no mundo moderno (BAUMAN, 2009, p. 17).

No que concerne à fragilidade do indivíduo, Bauman (2009) discute sobre as classes perigosas para a sociedade, que são constituídas por aqueles indivíduos que foram

¹⁶ FREUD, Sigmund. *Civilization and its Discontents*. Londres: Peguin Books, 2002, p. 274.

¹⁷ CASTEL, Robert. *L'Insécurité sociale: que'est-ce qu'être protégé?* Paris: Seuil, 2003, p. 5.

excluídos do processo econômico mundial como, por exemplo, o caso dos desempregados. A situação da exclusão do trabalho é tida como uma “superfluidade” e é um processo de difícil reversão, já que, depois de tanto tempo excluídos, os desempregados talvez sejam considerados inúteis ou de difícil reabilitação para o mercado de trabalho.

Na perspectiva do autor, “apenas uma linha sutil separa os desempregados, especialmente os crônicos, do precipício, do buraco negro da *underclass* (subclasse): [...] gente que não contribui para a vida social.”. Além disso, “não menos sutil é a linha que separa os ‘supérfluos’ dos criminosos”, não quer dizer que essas duas classes sejam semelhantes nas atitudes e comportamentos, mas deixaram de exercer as atividades consideradas produtivas no âmbito socioeconômico (BAUMAN, 2009, p. 24).

O sociólogo também destaca o fenômeno da polarização nas cidades, no qual há: de um lado, os indivíduos que ainda interagem com o ambiente de forma similar a que, outrora, os comerciantes e industriais interagiam com o espaço citadino; de outro, há os sujeitos da “primeira fila”, isto é, aqueles que têm posição privilegiada e o ciberespaço como morada legítima, fazendo uso superficial do espaço urbano, “embora se encontrem, exatamente como os outros, ‘no local’ – não são ‘*daquele local*’”. Isso ocorre porque os interesses desses homens estão além do lugar em que habitam, fazendo com que não se identifiquem com o ambiente onde residem (CASTELLS¹⁸ 1989, p. 228 apud BAUMAN, 2009, p. 27).

Esse aspecto é posto em destaque pelo estudioso como uma das marcas mais importantes da modernidade líquida:

A segregação das novas elites globais; seu afastamento dos compromissos que tinham com o *populus* do local no passado; a distância crescente entre os espaços onde vivem os separatistas e o espaço onde habitam os que foram deixados para trás; estas são provavelmente as mais significativas das tendências sociais, culturais e políticas associadas à passagem da fase sólida para a fase líquida da modernidade. (BAUMAN, 2009, p. 28).

Para além da segregação das elites na cidade, o autor afirma que “as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização”. As autoridades locais têm a impossível tarefa de procurar e aplicar medidas que solucionem os problemas globais. Há, portanto, uma sobrecarga na política local, que a faz incapaz de operar. Conforme o autor, se algo ameaça uma região da cidade, os indivíduos mais privilegiados se deslocam e aqueles que não têm condições nada podem fazer. Conforme o autor, as cercas das grandes cidades

¹⁸ CASTELLS, Manuel. *The informational City*. Oxford: Blackwell, 1989, p. 228.

separam as classes privilegiadas dos “condenados a nada ter”. A política local age nessas situações com a indiferença e com a participação cada vez mais insuficiente (BAUMAN, 2009, p. 32-40).

Na visão cultural de Bauman, as cidades apresentam outro problema que é o medo do desconhecido, sobretudo o medo ao que é ou a quem é estrangeiro em nosso espaço. O autor assevera que a presença de imigrantes faz surgir uma espécie de inquietação na população de determinado local e pode ocasionar outro tipo de violência — a xenofobia:

Componente fixo da vida urbana, a onipresença de estrangeiros, tão visíveis e tão próximos, acrescenta uma notável dose de inquietação às aspirações e ocupações dos habitantes da cidade. Essa presença, que só se consegue evitar por um período bastante curto de tempo, é uma fonte inexaurível de ansiedade e agressividade latente — e muitas vezes manifesta. O medo do desconhecido — no qual, mesmo que subliminarmente, estamos envolvidos — busca desesperadamente algum tipo de alívio. As ânsias acumuladas tendem a se descarregar sobre aquela categoria de “forasteiros” escolhidos para encarnar a “estrangeiridade”, a não-familiaridade, a opacidade do ambiente em que se vive e a indeterminação dos perigos e das ameaças. [...] Assim, mesmo quando os estrangeiros não são abertamente agredidos e ofendidos, sua presença em nosso campo de ação sempre causa desconforto e transforma em árdua empresa a previsão dos efeitos de uma ação, suas probabilidades de sucesso ou insucesso. Compartilhar espaços com os estrangeiros, viver com eles por perto, desagradáveis e invasivos como são, é uma condição da qual os cidadãos consideram difícil, se não impossível, escapar. (BAUMAN, 2009, p. 36-38).

Além dos estrangeiros, outros habitantes das camadas populares também podem representar perigos constantes à elite da metrópole, que busca se isolar em condomínios fechados e em outras áreas protegidas pela iniciativa privada. A busca, por parte das classes mais abastadas, por locais protegidos, isolados e de maior prestígio, faz com que surjam guerras urbanas, visto que os excluídos do padrão socioeconômico privilegiado, muitas vezes, revoltam-se por não sair da área de perigo e da situação precária em que são obrigados a viver.

A tendência segregacionista cresce cada vez mais com a globalização, agindo em um processo de desintegração da vida comunitária e da reunião entre os moradores da cidade. Onipresente, na sociedade moderna, é a **mixofobia**, ou seja, o medo de misturar-se. As construções atuais convergem, propositadamente, para o processo de separação e de exclusão entre as classes que competem por um lugar na cidade. Para o autor, o respeito pelas diferenças de espaço e de cada forma de vida é válido no sentido de evitar conflitos urbanos mais intensos. Não obstante, o incentivo à mixofobia — ocasionado principalmente pela arquitetura — torna-se mais uma patogenia que uma solução (BAUMAN, 2009).

Nas palavras de Sennett¹⁹ (1996 apud BAUMAN, 2009, p. 45-46), as pessoas não querem vivenciar realmente o que é a comunidade “porque têm medo de participar, têm medo dos perigos e dos desafios que a participação implica, e têm medo de sofrer”. Por isso, os indivíduos tendem a se unir em uma **comunidade de semelhantes** nos grandes centros urbanos. Isso faz com que alguns conflitos não aconteçam, mas “é provável que se ‘desaprenda’ a arte de negociar significados e um *modus convivendi*.”

Segundo o sociólogo, a vida urbana é ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que atrai, afasta, acarretando a **mixofilia** e a **mixofobia** simultaneamente. “Ter de enfrentar o interminável e sempre ofuscante espetáculo da cidade não é, portanto, percebido somente como maldição e infelicidade”, assim como a proteção nem sempre é vista como uma forma de se alcançar a felicidade e a vida plena nas cidades (BAUMAN, 2009, p. 47).

Sobre a coexistência de duas sensações opostas vivenciadas pelos sujeitos das cidades, é sugerido que:

Mixofobia e mixofilia coexistem não apenas em cada cidade, mas também em cada cidadão. Trata-se claramente de uma coexistência incômoda, cheia de som e fúria, mas, mesmo assim, muito significativa para as pessoas que sofrem a ambivalência da modernidade líquida. Como os estrangeiros são obrigados a levar a própria vida em covizinhança, seja qual for o rumo que a história urbana tomar, a arte de viver pacífica e alegremente com as diferenças e de extrair benefícios dessa variedade de estímulos e oportunidades está se transformando na mais importante das aptidões que um cidadão precisa aprender e exercitar. (BAUMAN, 2009, p. 48).

No que concerne às promessas do progresso, o homem tenta se proteger de possíveis infortúnios que este progresso proporcionou e/ou não conseguiu extinguir. Em muitos casos, já ciente de que o otimismo exacerbado e a promessa de felicidade plena são inviáveis, Bauman (2009) expõe que os indivíduos acabam, pelo menos, contentando-se em viver com uma sensação de proteção, já que não conseguem realizar os objetivos almejados, tais como uma moradia em lugar provido de segurança e um emprego que lhes dê a estabilidade financeira.

Já que esses sujeitos não podem mudar a realidade, concentram-se em atividades substitutas como: prevenir certas doenças como o câncer, lutar contra determinados problemas de saúde — como os relacionados com a pressão arterial — dentre outras situações que creem controlar. A questão é que, segundo o autor, os medos já têm vida própria, conseguindo reprimir e guiar as pessoas, mesmo aquelas que podem usufruir de maior conforto e de maior segurança.

¹⁹ SENNETT, Richard. *The Uses of Disorder: Personal Identity and City Life*. Londres: Faber & Faber, 1996.

Sendo esse medo uma patologia, a publicidade explora exaustivamente e aumenta o problema, unindo-se às estratégias políticas e mercadológicas que se beneficiam da situação. Bauman (2009) diz que, nos Estados Unidos, os veículos chamados SUV (*Sport Utility Vehicle*) constituem 45% dos automóveis totais. Esse tipo de automóvel é vendido como uma forma de se obter maior segurança no trânsito devido a algumas de suas características, por exemplo, pelo fato desse carro ser mais reforçado, versátil, rígido e espaçoso.

As cidades que, em seu princípio, eram cercadas por muros que sugeriam segurança, não conseguem mais oferecer a tranquilidade de outrora. O estudioso acrescenta que:

[...] “depois de ter sido relativamente segura”, nos últimos 100 anos a cidade se transformou em um lugar que faz pensar “mais no perigo que na segurança”. Hoje, com uma singular reviravolta em seu papel histórico — e a despeito das intenções ou expectativas originais —, nossas cidades, em vez de constituírem defesas contra o perigo, estão se transformando em perigo. (ELLIN²⁰ 2003, p. 43-61 apud BAUMAN, 2009, p. 61).

Bauman (2009) destaca a importância dos espaços públicos nas metrópoles devido ao seu papel de fazer com que as pessoas interajam entre si, expondo-se às diferenças. Para ele, “os locais públicos são os pontos cruciais nos quais o futuro da vida urbana é decidido”. Esse futuro pode ser o palco de convivências felizes entre os estranhos de uma cidade. Assim, há um diálogo positivo no encontro de diferentes sujeitos no cenário público, reconhecido pelo valor da diversidade no espaço citadino e isso pode atenuar o medo que subjuga as pessoas (BAUMAN, 2009, p. 71).

O autor destaca a necessidade de se construir cidades que estimulem a comunicação e a interação humana. Essa tarefa essencial, porém, de difícil realização, deve ser enfrentada pela humanidade a fim de solucionar alguns dos problemas de convivência das metrópoles mundiais: a violência e o medo. O sociólogo aponta para essa possibilidade de que as comunidades urbanas possam se tornar mais humanas, por meio da convivência com as diferenças e do respeito entre os seres humanos empenhados em viver juntos.

Para o psicanalista Endo (2005, p.15-17), que investiga a violência na cidade de São Paulo, “a violência é maior que nós” e o fato de presenciar uma situação muito violenta faz com que surjam o horror, o trauma e as más lembranças de impotência diante do ocorrido. Além disso, ao explicar sobre a metodologia da pesquisa que se articula em torno do corpo,

²⁰ ELLIN, Nan. *Fear and City Building*. The Hedgehog Review, vol. 5, n. 3, 2003, p. 43-61.

da violência e da capital paulista, o autor enfatiza que “não se pode compreender [...] as violências em nossa cidade sem esclarecer [...] as concepções e desejos (latentes ou manifestos) sobre o próprio corpo e o corpo dos outros”.

Para o psicanalista, as injustiças e a desigualdade social se superpõem à problemática da violência, por serem causadoras desta. O autor destaca que é preciso encontrar e por em prática soluções eficazes contra o problema que degrada a cidade. Sobre isso, o autor afirma:

A distribuição desigual de recursos, bens e serviços e a ratificação da desigualdade como fato corriqueiro e natural, banalizado e não violento, propõem que velhas versões da violência se tornem, paulatinamente, invisíveis, não só para os que as cometem, mas também para aqueles que sentem seus efeitos. A desigualdade cotidianamente ratificada tem como consequência imediata a construção de uma malha que articula e desdobra novas formas de violência que, por sua vez, se colocam a serviço da manutenção das desigualdades e cuja lógica repousa em contradições e paradoxos que inibem a criação de formas para enfrentá-las. É quando a violência encontra apoio e suporte em todos os setores da sociedade, que a alimentam e a mantêm como dispositivo aceitável e mesmo desejável (ENDO, 2005, p. 26).

Em relação às heranças da desigualdade, da violência e da exploração, o estudioso assegura que as características do período da escravidão ainda estão presentes no Brasil, principalmente nas áreas da cidade em que o Estado se ausenta, onde predominam a ilegalidade e a maior parte dos problemas socioeconômicos, “nas quais a desigualdade e a violência determinam sua condição de não-cidade, de *não-lugar*.” (ENDO, 2005, p. 27).

Para mais, a violência é aquiescida por grande parte da sociedade, uma vez que a maioria da população deseja que o aparelho policial reprima e demarque fronteiras entre ela e os criminosos, permitindo às autoridades e à segurança privada que violentem aqueles que infringem determinadas regras sociais, tais como no caso dos ladrões. O autor pontua, no caso da violência policial, que “entre o corpo que bate e o corpo que apanha há uma diferença intransponível em favor do primeiro, que o ato violento reiteradamente confirma” (ENDO, 2005, p. 29).

A vida urbana, diante do perigo de exposição do corpo — que está sujeito a um sequestro ou, até mesmo, à sua eliminação, torna-se ameaçada ou, pelo menos, marcada por essa sensação de ameaça. Nesse sentido, as cidades vivem formas de isolamento e de prevenção, que as tornam desumanas e protegidas contra os desiguais, sendo privatizadas pelos indivíduos, grupos e instituições cada vez mais.

No que concerne ao medo de ser violentado, à descrença nas leis brasileiras e à justiça pelas próprias mãos, Endo (2005) cita uma entrevista realizada com uma motorista,

moradora da periferia paulistana (Jardim das Camélias), que aprova o extermínio de criminosos:

— Esquadrão da Morte foi jóia, foi a melhor polícia que teve. Depois que entrou o Esquadrão da Morte e matou o Sponga, matou ele no Tremembé, acabou. São Paulo ficou até 72 sem ter crime igual tinha antes. Foi uma beleza. Depois começou a condenar os caras do Esquadrão da Morte. Era bom, e é, o Esquadrão da Morte, mas matar o cara certo entendeu? Matar o cara certo. Que o cara que não presta tem que morrer mesmo – fica aí comendo comida, atrapalhando a vida dos outros, então some logo com ele, dá lugar pra outro. — Mas quem é que decide quem é o cara certo e quem é o cara errado? — É no flagrante, pegar o cara roubando na hora. Se o cara sabe que o cara é perigoso, então vai procurar o cara. Pegou matou. Nada de prender. Prender já era! (CALDEIRA²¹ apud ENDO, 2005, p.32-33).

Isso mostra que parte da população anseia pela morte daqueles que não se adequam e infringem as leis que regem as práticas sociais no espaço urbano. Para o autor, isso demonstra uma concepção imediatista e arbitrária tanto de uma parcela das autoridades brasileiras, quanto de uma parte da população, as quais não propõem alternativas mais eficazes e complexas para resolver o problema da violência no país.

Quanto à ilegalidade da violência, o autor afirma: “A violência torna-se, então, uma mercadoria comercializada facilmente, em situações bem específicas e por ‘comerciantes’ também específicos”. Dessa forma, devido à prática ilegal da autoridade no Brasil, problemas como o da “violação do direito de não ser violentado” são institucionalizados e se tornam um tipo de comércio. A violência gera lucros e poder para aqueles que a pratica: criminosos ou agentes do poder (ENDO, 2005, p. 37).

Além de ilegal, o abuso da autoridade ameaça toda a sociedade, principalmente aqueles que não têm condições de pagar para que, talvez, sejam protegidos e não violentados. Agindo contra o coletivo, contra a justiça e contra o direito do cidadão, o policial que utiliza da corrupção para o benefício próprio promove outras violências que deveriam ser combatidas e contribuem para a privatização da segurança. Sobre a violência por parte da polícia, o autor afirma:

[...] a polícia brasileira torna-se, cada vez mais, vexaminosa. Tendo acumulado tantos privilégios e regalias nos anos de brutalidade arbitrária, cometida pelo Estado – anos da ditadura – parece-nos, muitas vezes, impossível a retomada dos princípios que regem os direitos civis e que deveriam nortear a ação policial. Nada do que foi conquistado pelas polícias, quando eram os executores diretos do arbítrio do Estado, foi posto de lado. Sua capacidade de executar civis, de modo sumário, articular teias imensas de corrupção e torturar à vontade, nas centenas de delegacias espalhadas pelo país, constitui uma polícia que dificulta e impede, cotidiana e deliberadamente,

²¹ CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 32/Edusp, 2000, p. 190.

o crescimento de uma subjetividade construída numa nação em que prevalece o respeito aos direitos humanos, como patrimônio intrínseco da democracia. [...] no 3º trimestre de 2000, a porcentagem de pessoas assassinadas pela polícia, sem antecedentes criminais, foi quase 60% (58,86%), e no ano de 1999 este percentual foi de 55,5%. A polícia paulista continua matando em ritmo alucinado e crescente, e sua justificativa paradoxal é o combate à violência. (ENDO, 2005, p. 40-41).

O autor também critica o sistema penitenciário brasileiro que não proporciona condições adequadas de reabilitação dos presos e que adota inúmeras práticas ilegais como, por exemplo, a humilhação, a desumanização e a liquidação dos criminosos que ali estão. Desse modo, os presídios brasileiros se apresentam “como um depósito de carne que perpetua a violência” e viola as normas internacionais (ENDO, 2005, p. 44).

Sobre o estado calamitoso das penitenciárias do país, descreve Wacquant (1999):

É o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com campos de concentração para pobres, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias, servindo para alguma função penalógica – dissuasão, neutralização ou reinserção. O sistema penitenciário brasileiro acumula, com efeito, as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público: entupimento estorrecedor dos estabelecimentos, o que se traduz por condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação (nos distritos policiais, os detentos, frequentemente inocentes, são empilhados, meses e até anos a fio, em completa ilegalidade, até oito em celas concebidas para uma única pessoa, como na Casa de Detenção de São Paulo, onde são reconhecidos pelo aspecto raquítico e tez amarelada, o que lhes vale o apelido de “amarelos”); negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde, cujo resultado é a aceleração dramática da tuberculose e do vírus HIV entre as classes populares; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros, assassinatos, em razão da superlotação superacentuada, da ausência de separação entre diversas categorias de criminosos, da inatividade forçada (embora a lei estipule que todos os prisioneiros devam participar de programas de educação ou de formação) e das carências de supervisão. (WACQUANT²² apud ENDO, 2005, p. 46).

Conforme o psicanalista, o homicídio, na atualidade, é um risco iminente que pode acometer qualquer indivíduo a qualquer momento (ENDO, 2005, p. 48). Ocorre principalmente nas regiões mais pobres das cidades e, a cada dia mais, o processo gradual de privatização dos bens e dos serviços públicos contribui para que a população aceite a violência promovida pelo Estado e vice-versa. A população sofre com os desmandos da polícia e das autoridades locais, dos chefes do crime organizado, e também com a falta de recursos que possibilitem o bem-estar da população, tais como a ausência de saneamento, da educação e da saúde.

²² WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.11.

Em específico, sobre São Paulo, o autor discute que a espoliação do espaço e sua usurpação são resultado da dominação do Estado por pequenos grupos privilegiados, em sua maioria, compostos por imigrantes da Europa que vieram no início da República com medo da falência econômica em seus países de origem devido à Primeira Guerra Mundial, e que, envolvidos com a especulação imobiliária, receberam incentivo para, praticamente, monopolizar novos territórios. De fato, esses grupos tinham o aval do Estado para construir verdadeiros bairros operários e lucrar com os empreendimentos, alugando as residências para os trabalhadores. Nesse contexto, os empreendedores não precisavam arcar com os impostos desde que o governo não precisasse investir nas regiões das casas construídas, que ficaram abandonadas desde a sua fundação, originando as áreas desprivilegiadas.

Conforme Endo (2005), os indivíduos que têm os seus corpos violentados na cidade devem utilizar a linguagem como lugar de superação, seja por meio de trabalhos institucionais com a vítima, seja pelo auxílio privado que ajude a pessoa a partilhar a situação pela qual passou, a fim de atenuar a violência sofrida. O estudioso diz que, mesmo que a pessoa suporte calada, é importante partilhar as vivências violentas para que elas não se tornem banais na sociedade e nem se tornem um segredo ou uma obrigação pela qual deve passar somente o sujeito isolado, sem ter apoio da população e de instituições especializadas.

De acordo com Endo (2005), o sujeito denominado bandido é, também, morador da cidade e, geralmente, sofre da violência das autoridades, habita a **não-cidade**, tendo seus direitos humanos violados pelo Estado em conjunto com a população civil. O autor chama de espaços potencialmente traumatizantes aqueles lugares em que os abusos e os desmandos se fazem presentes, violentando não somente a população civil, mas, sobretudo, os mais pobres que ora sofrem a desapropriação de suas casas, ora lutam por condições melhores em seus bairros.

Partindo da perspectiva dos autores supracitados, verifica-se o agravamento da situação da violência urbana nas cidades devido à perpetuação dos causadores do problema que são a desigualdade social e as injustiças sociais. Um exemplo mencionado por Endo (2005) foi o das penitenciárias brasileiras que, em condições precárias, não oferecem meios para que o transgressor aprenda outro tipo de comportamento que não o do crime. Pelo contrário, percebe-se que o criminoso cumpre a pena e se torna ainda mais violento devido às atividades ilegais que acontecem nos presídios brasileiros, tais como o tráfico de drogas.

Acerca do sistema penitenciário brasileiro, Endo (2005) afirma que a desumanização, a humilhação, o assassinato de alguns criminosos que se encontram reclusos e outras práticas ilegais são comuns nos presídios brasileiros, não proporcionando condições

de reabilitação aos condenados. O autor utiliza o termo **empilhados** para definir a situação dos presos que são abrigados em verdadeiros **depósitos de carne**, onde falta luz, alimentação, ar e higiene (ENDO, 2005, p. 44-46).

É preciso que, conforme Puty, Barcellos e Daniel (1982), o discurso sobre a violência seja mudado, ao invés de velar as origens da violência institucionalizada e a responsabilidade das autoridades e das classes altas no combate ao problema. Além disso, existe a necessidade da participação das comunidades para que reivindiquem soluções viáveis para a violência urbana. De acordo com Moraes (1981), a participação do povo é tida, também, como uma provável solução para a recuperação do humano nas metrópoles. Porém, para Bauman (2009), o individualismo moderno faz com que os indivíduos se isolem cada vez mais, sentindo-se inseguros em relação aos perigos que outrem pode lhe causar.

Sobre a violência, Moraes (1981) afirma que, enquanto existir desejo e não houver poder de saciar o mínimo desses desejos, consolida-se então um potencial violento, pois muitos indivíduos acabam ingressando no crime, principalmente quando a atividade criminosa compensa mais que a vida digna oferecida nas grandes cidades. É possível perceber que esse potencial violento se manifesta na literatura como nas obras analisadas neste estudo, *O Cortiço* e *Cidade de Deus*. Sabendo disso, no capítulo seguinte, será discutido o modo como as mazelas sociais são representadas nos romances em foco e que tipos de violência são desencadeados na cidade de Rio de Janeiro nos diferentes contextos retratados.

3 O CORTIÇO E CIDADE DE DEUS: LITERATURA E VIOLÊNCIA.

Retomando a perspectiva de Ginzburg (2012), a violência é representada de diferentes modos, de acordo com as tendências literárias e, especificamente, com as peculiaridades do estilo de cada autor em determinada obra. Entretanto, não se deve generalizar e difundir a ideia de que a violência é comumente abordada em todos os momentos e obras que constituem a literatura brasileira.

Para mais, o referido autor não acredita que a agressividade seja inerente ao homem e afirma que a literatura tem o papel de provocar a reflexão acerca da realidade e de proporcionar o rompimento de percepções generalizadas tal como a de que a violência é algo natural. Isso porque o texto literário é capaz de promover debates sobre os problemas sociais como a violência, fazendo com que os indivíduos possam se questionar sobre os motivos que levam um homem a liquidar a vida de outro ou a agredi-lo de diversos modos em diferentes circunstâncias. Nesse sentido, declara que “a convivência com a literatura permite criar um repertório de elementos [...] que interessa para a constituição de orientações éticas individuais e coletivas” (GINZBURG, 2012, p. 55).

No contexto das obras analisadas nesta pesquisa, *O Cortiço* e *Cidade de Deus*, pode-se afirmar que – apesar de cerca de um século que as distancia – existem muitas semelhanças em relação às mazelas sociais abordadas pelas duas ficções, as quais evidenciam que muitos problemas presentes na sociedade brasileira ainda se baseiam nas mesmas causas, porém representados de modo mais intenso no romance de Paulo Lins. Observa-se que a falta de soluções para o problema da desigualdade e das injustiças sociais continua sendo o que desencadeia a violência urbana. O que se nota pela perspectiva histórica da sociedade brasileira, retratada pelos romances em foco, é que as próprias autoridades que condenam e tentam combater a violência fazem também o uso dela a fim de manter a ordem e o poder desejados.

Embora revelem as mesmas causas da violência urbana, as duas ficções abordam o problema de modos distintos. Em *O Cortiço*, há, quase em sua totalidade, a violência implícita nas descrições das relações sociais que constituem a história, percebida, por exemplo, pela falta de condições favoráveis para que a maioria das personagens habitasse a cidade e trabalhasse de um modo em que fosse possível saciar suas necessidades individuais e

coletivas, tais como possuir educação de qualidade, direito à moradia salubre, emprego, segurança e participação social.

Já em *Cidade de Deus*, a violência é explícita na descrição das relações sociais e nas atitudes da maior parte das personagens que compõe a obra, já que muitas são integrantes do crime e vivenciam a violência desde a infância, seja nas relações familiares seja na participação em assaltos, no tráfico e em crimes como o homicídio. Percebe-se, na linguagem e no estilo utilizado por Paulo Lins, elementos realistas-naturalistas característicos da linguagem utilizada por Aluísio Azevedo tal como a ironia, retratando a realidade de modo verossímil, mas também o uso do paroxismo a fim de evidenciar que, após o período que separa as duas obras, tornou-se ainda mais difícil a satisfação do indivíduo nas cidades contemporâneas, intensificando a marca da violência urbana.

3.1 *O Cortiço*: considerações sobre a obra

O Cortiço, publicado por Aluísio Azevedo em 1890, é a obra mais representativa do Realismo-Naturalismo brasileiro. Segundo Straccia *et al.* (1992), o romance é fruto do espírito polêmico e ativo de seu autor, personalidade herdada da mãe que, em 1835, dedicava-se à música, à pintura e às letras, prática mal vista pela sociedade da época. O autor maranhense tinha o sonho de se tornar um artista plástico, porém as adversidades da vida acabaram por direcioná-lo ao trabalho de escrever.

Nesse processo, o escritor que já havia inquietado a sociedade de São Luís lança o romance *O Mulato* (1881), considerado marco inicial do Naturalismo brasileiro. Aluísio Azevedo vai para o Rio de Janeiro e, influenciado pelos escritores Émile Zola e Eça de Queirós, publica três romances que definem a sua produção literária: *Casa de pensão* (1884), *O Coruja* (1887) e *O Cortiço* (1890).

Sobre a aproximação literária entre Aluísio Azevedo, Émile Zola e Eça de Queirós, Straccia *et al.* (1992) afirma que “só quando o realismo se exagerou no naturalismo e ganhou aquela rigidez agressiva que facilitou o êxito retumbante de Zola [...] e Eça de Queirós [...] é que se instalou definitivamente aqui, com Aluísio Azevedo”. Assim como os escritores mencionados, Aluísio Azevedo buscou a agudeza de observador, satirizando e caricaturando os tipos da época descrita em *O Cortiço*, representando a realidade de um modo que julgava imparcial e tratando das fraquezas humanas, tal como o vício de acumular

dinheiro de João Romão, como fenômenos patológicos que assolavam a sociedade carioca (STRACCIA *et al.*, 1992, p. 237).

Considerado o romance mais significativo do autor, por Bosi (2006), *O Cortiço* tematiza “o processo de abasileiramento do imigrante português, paralelo e complementar ao nosso processo de capilaridade racial”, conforme Martins²³ (1979 apud STRACCIA *et al.*, 1992, p. 202). Dentre as características mais consagradas da obra, destaca-se a descrição bem sucedida das personagens como grupo e do próprio cortiço:

Só em *O Cortiço*, Aluísio atinou de fato com a fórmula que se ajustava ao seu talento: desistindo de montar um enredo em função de pessoas, ateve-se à sequência de descrições muito precisas onde cenas coletivas e tipos psicologicamente primários fazem, no conjunto, do cortiço a personagem mais convincente do nosso romance naturalista. (BOSI²⁴ 1972 apud STRACCIA *et al.*, 1992, p. 207).

A gradativa construção do cortiço São Romão, a ganância, a exploração das camadas populares e a ascensão social do imigrante português João Romão são temas abordados no romance. Como já foi dito, para Bosi (2006), o Realismo se tingia de Naturalismo quando as personagens e enredos se submetem às leis naturais como se verifica em *O Cortiço*. Segundo Straccia (1992, p. 208), o Naturalismo seguia as teorias científicas do século XIX: “o darwinismo, o positivismo de Augusto Comte, o biologismo de Claude Bernard e o determinismo de Taine”. Tudo isso afetava os comportamentos das personagens do cortiço que eram influenciadas pelo ambiente em que viviam.

Os contrastes sociais estão, igualmente, presentes na temática da obra. A acumulação de capital ocasiona a exploração dos trabalhadores e moradores da estalagem. Como própria peculiaridade da corrente naturalista, os que viviam no cortiço eram descritos de uma maneira que os colocava em condição animalesca, tal era a condição subumana dessas personagens retratadas por Aluísio Azevedo:

Daí a pouco, em volta das bicas era um zum-zum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não molhar: via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pelo, ao contrário metiam as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. (AZEVEDO, 2012, p. 39).

²³ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1979.

²⁴ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1972.

Para Straccia (1992, p. 209-210), a zoomorfização da ficção naturalista trata-se de um modo de ver o ser humano e explicar as influências biológicas, genéticas e do meio sobre a condição e os comportamentos do indivíduo. Atento aos detalhes, o narrador onisciente descreve em terceira pessoa aquilo que acredita ser a verdade observada tanto no modo de ser dos moradores do cortiço, quanto nos costumes e características dos moradores alheios à estalagem, e também em relação ao próprio ambiente.

A imparcialidade consiste em outro aspecto importante da corrente naturalista, já que tenta, por meio da objetividade, da observação e da descrição minuciosa das personagens e do meio, convencer o leitor de que o narrador está apenas relatando a realidade. Por isso, aproxima-se da ciência ao investigar, analisar e interpretar os fatos de uma situação verdadeira com o teor da credibilidade, da sátira e da proposta de transformação social (STRACCIA *et al.*, 1992, p. 211-214).

Conforme Bosi (2006), Aluísio Azevedo teve uma perceptível influência dos escritores Émile Zola e Eça de Queirós, por exemplo, isso é notado quando o autor descreve os tipos do cortiço, com suas obsessões e com semelhanças a animais, reforçando a tendência naturalista, anteriormente expressa nas obras de Zola em França e de Queirós em Portugal, conforme Straccia *et al.* (1992):

Cabe perguntar de que forma a consciência do escritor percebia os grupos humanos. Assumindo uma perspectiva *do alto*, de narrador onisciente, ele fazia distinção entre a vida dos que já venceram, como João Romão, o senhor da pedreira e do cortiço, e a labuta dos humildes que se exaurem na faina da própria sobrevivência. Para os primeiros, o trabalho é uma pena sem remissão, pois a fome de ganho não se sacia e o frenesi do lucro – “uma moléstia nervosa, uma loucura”, como a que empolga Romão – arrasta às mais sórdidas privações, a uma espécie de ascese às avessas, sem que um limite “natural” e “humano” venha dar ao cabo a desejada paz. Já nos pobres, na “gentalha”, como os chama, o trabalho é o exercício de uma atividade cega, instintiva, não sendo raras as comparações com vermes ou com insetos, sempre que importa fixar o vaivém dos operários na pedreira ou das mulheres no cortiço. (BOSI, 2006, p. 190).

A realidade observada por Aluísio Azevedo tem por objeto as mudanças pelas quais o Brasil passava no fim do século XIX, como é o caso, dentre outros aspectos, de que a abolição da escravatura desencadeou uma crise na economia cafeeira. Consequência desse processo foi o incentivo dos grandes agricultores em relação à vinda de imigrantes para trabalhar na lavoura, além da procura por trabalhadores assalariados brasileiros (STRACCIA *et al.*, 1992, p. 225). A representação desse período histórico é exposta no romance:

As cidades, por sua vez, cresciam aceleradamente: havia um indício de industrialização que também atraía mão-de-obra de brasileiros e imigrantes,

principalmente italianos e portugueses, como registrará *O Cortiço*. Proletariado e classes médias urbanas cresciam, criando um quadro social muito novo no país. E os altos negócios ficavam muitas vezes nas mãos de portugueses. Esse é o caso de Miranda, atacadista de tecidos, e de João Romão, que inicia sua ascensão econômica como taberneiro e se transforma em proprietário com aspirações aristocratizantes. (STRACCIA *et al.*, 1992, p. 225).

O compasso ritmado das ações cotidianas das personagens é outra circunstância presente na obra. Os habitantes do cortiço têm suas práticas retratadas de uma forma bruta: “passarão suas horas a quebrar pedras ou esfregar roupas para depois dançar, beber e dormir” (STRACCIA *et al.*, 1992, p. 228). Para Gilberto Freyre²⁵ (2003 apud STRACCIA *et al.*, 1992, p. 228), em *O Cortiço*, Aluísio Azevedo deixou um “retrato disfarçado em romance que é menos ficção literária que documentação sociológica de uma fase e de um aspecto característico da formação brasileira”.

Além disso, é relevante destacar a evidência do trabalho e da presença feminina em *O Cortiço*. As mulheres têm participação direta na ascensão social dos portugueses Miranda e João Romão: o primeiro casou-se por interesse na condição socioeconômica de D. Estela; o segundo tomou posse de todas as economias e esperanças da escrava Bertoleza. Além disso, o dono da estalagem consegue ascender socialmente devido à exploração, principalmente, das moradoras do cortiço que, além de alugar as tinas para lavar roupa, compravam o que precisavam na venda do português.

3.1.1 Violência em *O Cortiço*

No romance de Aluísio Azevedo, a violência é, de maneira proeminente, relacionada às injustiças sociais. Como já foi mencionado, João Romão é um português que consegue ascender socialmente por meio da exploração da escrava Bertoleza. Além disso, os moradores da estalagem também eram explorados e enganados. A personagem fraudava nas medidas e nas propriedades dos produtos da quitanda, como era o caso do vinho de baixa qualidade misturado à água para ser vendido. Tal é a descrição do modo com que o proprietário enriquece:

²⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2003.

Sempre em mangas de camisa, sem domingo nem dia santo, não perdendo nunca a ocasião de assenhorear-se do alheio, deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e nas medidas, comprando por dez réis de mel coado o que os escravos furtavam da casa de seus senhores, apertando cada vez mais as próprias despesas, empilhando privações sobre privações, trabalhando e mais a amiga como uma junta de bois, João Romão veio afinal a comprar uma boa parte da bela pedreira, que ele, todos os dias, ao cair da tarde, assentado um instante à porta da venda, contemplava de longe com um resignado olhar de cobiça. (AZEVEDO, 2012, p. 20-21).

A própria linguagem utilizada pelo autor – peculiar do movimento realista-naturalista – contém ironia, sarcasmo e termos que denigrem, assujeitam e zoomorfizam o ser humano. É dito, no primeiro capítulo, sobre a procura dos novos moradores pelas casas do cortiço, que:

[...] naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 2012, p. 29).

O preconceito racial também é um dos aspectos que evidencia a violência no contexto da obra. Sobre Bertoleza e o preconceito com sua própria raça, o narrador conta: “Ele propôs-lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua” (AZEVEDO, 2012, p. 18).

A questão habitacional reflete as transformações intensas da cidade do Rio de Janeiro, a especulação imobiliária e a exclusão de grande parte da população no que se refere ao direito à moradia:

Entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas, e os trabalhadores passavam de manhã e às ave-marias [...]. (AZEVEDO, 2012, p. 27).

Devido ao intenso crescimento populacional do Rio de Janeiro e aos problemas habitacionais enfrentados pela população da capital federal, a procura pelas casas de aluguel em cortiços não cessava. Na obra, é mencionada a morte de dois italianos devido à insalubridade da habitação, porém o cortiço do português continuava se multiplicando. Surge também, na mesma rua do São Romão, o cortiço denominado **Cabeça de Gato**, cujos moradores eram inimigos do cortiço vizinho.

Após um incêndio no cortiço, João Romão pensou na maneira de não ser prejudicado com a perda de diversas casas. Para isso, aumentou os preços dos aluguéis dos cômodos e dos produtos da mercearia. À medida que alguns moradores se retiravam da estalagem, muitos outros queriam alugar os quartos mesmo com todo o desconforto e com a insalubridade do local:

À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeo foram varridos pela febre amarela e três outros italianos estiveram em risco de vida. O número de hóspedes crescia, os casulos subdividiam-se em cubículos do tamanho de sepulturas, e as mulheres iam despejando crianças com uma regularidade de gado procriador. (AZEVEDO, 2012, p. 142).

Sobre a insalubridade da estalagem, mesmo depois de sua ampliação e dos investimentos do português, é descrito que habitavam cinco a seis italianos em cada quarto, correspondendo à área mais imunda do cortiço. Tais moradores acumulavam sujeira na varanda do lado esquerdo da habitação, mesmo que João Romão reclamasse:

Por melhor que João Romão reclamasse, formava-se aí todos os dias uma esterqueira de cascas de melancia e laranja. Era uma comuna ruidosa e porca a acumulação de tabuleiros de louça e objetos de vidro, caixas de quinquilharia, molhos de vasilhame de folha de flandres, bonecos e castelos de gesso, realejos, macacos, o diabo! E tudo isso no meio de um fedor nauseabundo de coisas podres, que empestava todo o cortiço. (AZEVEDO, 2012, p. 197).

Quando o cortiço passou por mais transformações e João Romão já havia se tornado um rico negociante, havia a seleção de moradores. Para morar na estalagem, o inquilino precisava entregar ao português uma carta de fiança e uma recomendação. Os preços ficaram mais elevados, fazendo com que os antigos moradores se transferissem para o Cabeça-de-Gato:

Os preços dos cômodos subiam, e muitos dos antigos hóspedes, italianos principalmente, iam, por economia, desertando para o “Cabeça-de-Gato” e sendo substituídos por gente mais limpa. Decrescia também o número de lavadeiras, e a maior parte das casinhas eram ocupadas agora por pequenas famílias de operários, artistas e praticantes de secretaria. O cortiço aristocratizava-se. (AZEVEDO, 2012, p. 213).

No mesmo período, o cortiço Cabeça de Gato crescia assim como havia se expandido o cortiço São Romão: por meio da exploração daqueles que não tinham condições de morar em locais melhores. Quando a personagem Piedade, abandonada pelo marido

Jerônimo, não consegue mais se manter na estalagem de João Romão, muda-se com a filha para o outro cortiço. Assim, o narrador descreve acerca da situação do Cabeça de Gato:

E a mísera, sem chorar, foi refugiar-se, junto com a filha, no “Cabeça-de-Gato” que, à proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando acanalhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava, como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável, para sempre, o verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante, de onde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 2012, p. 217).

Sobre a violência física, no quarto capítulo, verifica-se que João Romão diz a Jerônimo que, apesar de morarem ali no cortiço tantas pessoas, bastava sua intervenção nos conflitos para que qualquer problema fosse resolvido entre aqueles indivíduos. A polícia não entrava naquele ambiente e, conforme o português, ela nunca entraria. Mais adiante, enquanto Firmo e Jerônimo brigavam por Rita Baiana, a polícia tenta entrar no local da briga e os moradores tentam impedir. Isso por que:

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício: à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho (AZEVEDO, 2012, p. 122).

Os quatro primeiros policiais que conseguiram entrar na estalagem foram atingidos por pedras, garras e até um saco de cal. Apesar disso, continuaram a reagir. Os que conseguiram invadir o local quebraram tudo o que viam por vingança à resistência e à violência daqueles moradores. Sendo obrigado a comparecer à presença do subdelegado da secretaria de polícia, João Romão foi acompanhado por muitos moradores curiosos que queriam defender o cortiço e reclamar do comportamento da polícia:

Ah! Estavam mais que fartos de ver o que pintavam os morcegos, quando lhes não saía alguém pela frente! Esbodegavam até a última, só pelo gostinho de fazer mal! Pois então uma criatura, porque estava a divertir-se um bocado com os amigos, havia de ser aperreada que nem boi ladrão?... Tinha lá jeito?... Os rolos eram sempre a polícia quem os levantava com as suas fúrias! Não se metesse ela na vida de quem vivia sossegado no seu canto, e não saíria tanto barulho!...” Como de costume, o espírito de coletividade, que unia aquela gente em círculo de ferro, impediu que transpirasse o menor vislumbre de denúncia. O subdelegado, depois de dirigir-se inutilmente a um por um, despachou o bando, que fez logo a sua retirada, no meio de uma alacridade mais quente ainda que a da ida. Lá no cortiço, de portas adentro, podiam esfaquear-se à vontade, que nenhum deles, e muito menos a vítima, seria capaz de apontar o criminoso; tanto que o médico, que, logo depois da invasão da

polícia, desceu da casa do Miranda à estalagem, para socorrer Jerônimo, não conseguiu arrancar deste o menor esclarecimento sobre o motivo da navalhada. “Não fora nada... Não fora de propósito!... Estavam a brincar e sucedera aquilo!... Ninguém tivera a menor intenção de fazer-lhe massa! (AZEVEDO, 2012, p. 125).

Outro tipo de violência mencionado na obra é relativo ao adultério. Bruno flagra a esposa Leocádia com um jovem estudante que morava na casa do português Miranda. Em seguida, trata a esposa com violência, atirando as coisas da mulher adúltera para fora do cômodo que alugavam no cortiço. Há outro tipo de denúncia social que é relativa à prostituição e aos abusos sexuais que sofrera a jovem Pombinha por Léonie, uma prostituta muito respeitada dentro do cortiço devido às suas constantes visitas à estalagem e à ajuda financeira que cedia a Augusta e Alexandre, além de criar a afilhada Juju, filha do casal.

Em tempo posterior, Pombinha também se torna uma prostituta e, assim como um dia o fez Léonie, a personagem “abria muito a bolsa, principalmente com a mulher de Jerônimo, a cuja filha, sua protegida predileta, votava agora, por sua vez, uma simpatia toda especial”. Na obra, é dito que “a cadeia continuava e continuaria interminavelmente; o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada”. (AZEVEDO, 2012, p. 216).

É relevante citar que os moradores do Cabeça de Gato e do São Romão eram considerados inimigos e, por vezes, alguns episódios violentos eram desencadeados por essa oposição:

Quem se desse com um carapicu não podia entreter a mais ligeira amizade com um cabeça-de-gato; mudar-se alguém de uma estalagem para a outra era renegar ideias e princípios e ficava apontado a dedo; denunciar a um contrário o que se passava, fosse o que fosse, dentro do círculo oposto, era cometer traição tamanha, que os companheiros a puniam a pau. Um vendedor de peixe, que caiu na asneira de falar a um cabeça-de-gato a respeito de uma briga entre a Machona e sua filha, a das Dores, foi encontrado quase morto perto do Cemitério de São João Batista. (AZEVEDO, 2012, p. 142-143).

Pode-se relacionar esse tipo de violência com o que Bauman (2009) diz a respeito das relações humanas e sociais características da era moderna, em que os indivíduos se sentem vulneráveis, desprotegidos, reagindo, por vezes, com agressividade no que concerne ao que lhe é desconhecido. Mesmo sem se conhecerem de fato, os moradores do Cabeça-de-Gato e os **carapicus** nutriam um sentimento de ódio entre si devido ao processo de esfriamento das relações humanas.

Firmo, no tempo em que ainda namorava Rita Baiana, era morador do cortiço Cabeça de Gato. Quando os moradores descobriram que Firmo havia sido assassinado, logo

atribuíram o crime aos moradores do São Romão e prometeram vingança. Em uma situação de ofensas e briga entre Piedade, Rita Baiana e os demais moradores do cortiço, os “cabeça-de-gato” apareceram para vingar-se:

Mal os carapicus sentiram a aproximação dos rivais, um grito de alarma ecoou por toda a estalagem e o rolo dissolveu-se de improviso, sem que a desordem cessasse. Cada qual correu a casa, rapidamente, em busca do ferro, do pau e de tudo que servisse para resistir e para matar. Um só impulso os impelia a todos; já não havia ali brasileiros e portugueses, havia um só partido que ia ser atacado pelo partido contrário; os que se batiam ainda há pouco emprestavam armas uns aos outros, limpando com as costas da mão o sangue das feridas. (AZEVEDO, 2012, p. 177).

No romance, a personagem que representa, de maneira mais irrefutável, o sofrimento gerado pelas desigualdades sociais e pela exploração é Bertoleza. Além de acreditar em João Romão que lhe tomou todo seu dinheiro, poupado para o pagamento de sua alforria, a mulher trabalhava sem cessar para que o português ascendesse socioeconomicamente. Apesar de todo o esforço, a escrava não conseguiu usufruir dos benefícios de seu trabalho, pois foi enganada, explorada e desprezada por ele, a ponto de este procurar o filho do antigo dono da escrava para prendê-la. Sobre o comportamento ganancioso de Romão, é dito:

Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria; as suas galinhas produziam muito e ele não comia um ovo, do que no entanto gostava imenso; vendia-os todos e contentava-se com os restos da comida dos trabalhadores. Aquilo já não era ambição, era uma moléstia nervosa, uma loucura, um desespero de acumular, de reduzir tudo a moeda. E seu tipo baixote, socado, de cabelos à escovinha, a barba sempre por fazer, ia e vinha da pedreira para a venda, da venda às hortas e ao capinzal, sempre em mangas de camisa, de tamancos, sem meias, olhando para todos os lados, com seu eterno ar de cobiça, apoderando-se, com os olhos, de tudo aquilo de que ele não podia apoderar-se logo com as unhas. [...] E toda a gentilha daquelas redondezas ia cair lá, ou então ali ao lado, na casa de pasto, onde os operários das fábricas e os trabalhadores da pedreira se reuniam depois do serviço, e ficavam bebendo e conversando até as dez horas da noite [...] Era João Romão quem lhes fornecia tudo, tudo, até dinheiro adiantado, quando alguém precisava. Por ali não se encontrava jornaleiro, cujo ordenado não fosse inteirinho parar às mãos do velhaco. E sobre este cobre, quase sempre emprestado aos tostões, cobrava juros de oito por cento ao mês, um pouco mais do que levava aos que garantiam a dívida com penhores de ouro ou prata. (AZEVEDO, 2012, p. 26-28).

No que se refere aos pensamentos depreciativos de João Romão acerca de Bertoleza, é narrado que o português passou a se enojar da presença e do corpo da “amiga”, apesar de ela ter sido fundamental para a sua ascensão social:

Mas a bolha do seu desvanecimento engelhou logo à vista de Bertoleza que, estendida na cama, roncava, de papo para o ar, com a boca aberta, a camisa soerguida sobre o ventre, deixando o negrume das pernas gordas e lustrosas. E tinha de estirar-se ali, ao lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe! Pois, tão cheiroso e radiante como se sentia, havia de pôr a cabeça naquele mesmo travesseiro sujo em que se enterrava a hedionda carapinha da crioula?... – Ai! ai! – gemeu o vendeiro, resignando-se. E despiu-se. Uma vez deitado, sem ânimo de afastar-se da beira da cama, para não se encostar com a amiga, surgiu-lhe nítida ao espírito a compreensão do estorvo que o diabo daquela negra seria para o seu casamento. [...] Mas afinal, de que modo se veria livre daquele trambolho? [...] Só no dia seguinte, ao contemplá-la de cócoras à porta da venda, abrindo e destripando peixe, foi que, por associação de ideias, lhe acudiu esta hipótese: – E se ela morresse?... (AZEVEDO, 2012, p. 148-149).

Mais adiante, quando se aproxima o momento da consolidação do relacionamento com Zulmira, João Romão pensa e compara a escrava à futura esposa, novamente demonstrando o desprezo e a ingratidão que tinha em relação à Bertoleza. Tais descrições indicam também um dos níveis mais elevados da violência implícita na obra no que concerne à agressividade do português direcionada à escrava:

Diabo! E não poder arredar logo da vida aquele ponto negro; apaga-lo rapidamente, como quem tira da pele uma nódoa de lama! Que raiva ter de reunir aos voos mais fulguerosos da sua ambição a ideia mesquinha e ridícula daquela inconfessável concubinação! E não podia deixar de pensar no demônio da negra, porque a maldita ali estava perto, a rondá-lo ameaçadora e sombria; ali estava como o documento vivo das suas misérias, já passadas, mas ainda palpitantes. Bertoleza devia ser esmagada, devia ser suprimida, porque era tudo que havia de mau na vida dele! Seria um crime conservá-la a seu lado! Ela era o torpe balcão da primitiva bodega; era o aladroadado vintenzinho de manteiga em papel pardo; era o peixe trazido da praia e vendido à noite ao lado do fogareiro à porta da taverna; era o fregue imundo e a lista cantada das comezainas à portuguesa; era o sono roncado num colchão fétido, cheio de bichos; ela era a sua cúmplice e era todo o seu mal – devia, pois, extinguir-se! Devia ceder o lugar à pálida mocinha de mãos delicadas e cabelos perfumados, que era o bem, porque era o que ria e alegrava, porque era a vida nova, o romance solfejado ao piano, as flores nas jarras, as sedas e as rendas [...]. (AZEVEDO, 2012, p. 203-204).

À medida que o português se enriquecia e se comprometia com a filha de Miranda, passava a desprezar a própria gente que o fizera enriquecer. Assim como é descrito que Bertoleza era um mal que deveria ser suprimido para o progresso de João Romão, é narrada a ingratidão do português que desejava negar a precariedade em que ele vivera outrora:

E lá em cima, numa das janelas do Miranda, João Romão, vestido de casimira clara, uma gravata à moda, já familiarizado com a roupa e com a gente fina, conversava com Zulmira que, ao lado dele, sorrindo de olhos baixos, atirava migalhas de pão para as galinhas do cortiço; ao passo que o vendeiro lançava para baixo olhares de desprezo sobre aquela gentalha sensual, que o enriquecera, e que continuava a

mourejar estupidamente, de sol a sol, sem outro ideal senão comer, dormir e procriar. (AZEVEDO, 2012, p. 156).

Desse modo, é importante ressaltar que, na obra *O Cortiço*, as personagens femininas são os alvos principais de violência. Isso porque a maior parte dos moradores da estalagem eram mulheres, e como já foi destacado, frequentemente enganadas e exploradas pelo protagonista João Romão seja por meio da adulteração e do preço dos produtos que lhes vendia, seja por meio dos aluguéis abusivos, sendo Bertoleza a personagem mais explorada pelo vendedor.

3.2 *Cidade de Deus*: considerações sobre a obra.

Cidade de Deus é um romance, publicado em 1997, resultado de um estudo antropológico realizado por Paulo Lins, no período de 1986 a 1993, sobre a favela que dá nome à obra. Na condição de ex-morador da localidade, o autor retrata o cotidiano, a violência, a história da transformação do conjunto habitacional em favela e recria ficcionalmente fatos que já vivenciou e/ou observou como habitante da região. Em **Notas e Agradecimentos**, Paulo Lins (2002) informa:

Este romance se baseia em fatos reais. Parte do material utilizado foi extraído das entrevistas feitas para o projeto “Crime e criminalidade nas classes populares”, da antropóloga Alba Zaluar, e de artigos nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Mais especificamente, a primeira parte do livro foi escrita enquanto se desenvolviam os projetos de pesquisa “Crime e criminalidade no Rio de Janeiro” (que contou com o apoio da Finep) e “Justiça e classes populares” (apoio CNPq, Faperj e Funcamp), ambos coordenados por Zaluar. (LINS, 2002, p. 403).

O romance é dividido em três capítulos denominados **A História de Inferninho**, **A História de Pardalzinho** e **A História de Zé Miúdo**. O narrador apresenta-se em terceira pessoa, sendo utilizado predominantemente o discurso indireto livre. A narrativa é linear, apesar das constantes interrupções na história em que são descritas personagens, ações ou ambientes. Paulo Lins transfere, para a ficção, as descrições que fazem da obra um registro documental das neofavelas cariocas, onde estão presentes resquícios das antigas favelas como a paixão pelo samba e a participação de grande parte das personagens no carnaval.

À imparcialidade do narrador, principalmente no que concerne à questão da violência, a linguagem utilizada se assemelha às narrativas real-naturalistas. São

pormenorizadas as descrições do sujeito violento, dominado pelo ambiente que o zoomorfiza. Dessa maneira, em *Cidade de Deus*, a realidade descrita impõe um destino fatalista àqueles que nela habitam.

Além da homenagem ao carnaval, as personagens são bastante influenciadas pelos cultos afro-brasileiros como a Umbanda e o Candomblé. Quando sentem medo ou precisam de forças, elas invocam entidades oriundas do sincretismo dessas religiões com o Catolicismo, como é o caso de São Jorge. Em diversas passagens do romance, personagens como Inferninho vão ao encontro da Pombagira e de Exu, a fim de vencer os seus inimigos. Sobre o romance, em entrevista concedida à Folha de São Paulo na época de lançamento do livro, o autor esclarece:

[...] O COMEÇO – “Fui militante do movimento de poesia independente. Era o boom da poesia no Brasil. Fazíamos poemas em camisetas, pôsteres. Até ser contratado para a pesquisa sobre criminalidade. Era fácil entrevistar os bandidos, morei 20 anos no mesmo lugar deles. Sou carioca do Estácio. Mas uma enchente me levou a morar na Cidade de Deus.”. O BANDIDO – “Numa favela tem pedreiros, empregadas domésticas, cobradores. Nem todos são envolvidos com o crime. Eu mesmo nunca me envolvi. Era uma espécie de mauricinho, um espectador. Éramos pobres, esperando uma ajuda de Deus. Já o bandido se afasta da comunidade quando é mesmo bandido.”. A FAVELA – “O pensamento, na Cidade de Deus, que é um condomínio, é urbanizado. Mas a linguagem é o favelesco. Daí se define o que é uma favela. O tipo de vida é o mesmo das favelas. É onde moram os negros, os nordestinos, a miséria. É onde têm bocas de fumo, onde se improvisa sempre. É onde está o que não presta na sociedade.”. O ROMANCE – “Escrevi o romance baseado nas entrevistas que fiz. No meu livro, o personagem central é a comunidade. É um entrelaçamento de todos os tipos. Os fatos mais horríveis do livro são verdadeiros. Mas tem a fantasia.”. A EVOLUÇÃO – “Existem três épocas da favela, que traduzi em três capítulos, no livro. Cada época tem sua fala, sua linguagem. Anos 60, 70 e 80. Na primeira época, usei orações subordinadas. Dá um ritmo mais lento. Falava-se em matar. Na terceira, a malandragem ficou mais violenta, matam mesmo.”. A COCAÍNA – “A crueldade aumentou com o tempo. Os bandidos hoje são mais jovens. A bala é mais rápida. Antes, imperava o 38. Agora, o fuzil. A cocaína arreventou com tudo.” [...]. (PAIVA, 1997, p.1).

Para mais, a linguagem utilizada pelo autor oscila entre a norma padrão e a expressão coloquial, sendo apresentado o modo como falam os moradores da favela, principalmente os criminosos. O autor também emprega a linguagem poética e aborda, por vezes, a língua portuguesa de maneira lúdica. Exemplo disso é quando, no início do primeiro capítulo, o narrador revela a astúcia que tem com as palavras, dizendo “poesia, minha tia, ilumine as certezas dos homens e os tons de minhas palavras [...] Massacrada no estômago com arroz e feijão a quase-palavra é defecada ao invés de falada. Falha a fala. Fala a bala.”. (LINS, 2002, p. 21).

Cidade de Deus, que é o romance de estreia de Paulo Lins, documenta a fundação do conjunto habitacional que serviu para abrigar os moradores de outras favelas que haviam sido devastadas pelas enchentes dos anos 60 na cidade de Rio de Janeiro. Assim como as personagens que buscaram uma vida melhor na Cidade de Deus, o próprio autor foi um desses indivíduos que conseguiu obter um abrigo na neofavela, onde morou durante vinte anos e pôde conhecer o crime e as transformações do local.

3.2.1 Violência em *Cidade de Deus*

A violência é um aspecto marcante na obra de Paulo Lins, já que, desde os primeiros anos da infância, a maioria das personagens já presencia o crime. Além desse tipo de violência, há os problemas da desigualdade social e a questão racial muito presentes na obra. Outros aspectos como o déficit habitacional também constituem fatores que geram a violência na vida das diversas personagens que compõem a história.

O paroxismo torna evidente que a violência no espaço urbano se encontra em um estágio grave, fazendo com que o interlocutor perceba a barbárie presente, mediante as práticas violentas e criminosas da maioria das personagens. Já na primeira parte do livro, denominada **A História de Inferninho**, os jovens Barbantinho e Busca-Pé utilizam drogas. Este (Busca-Pé) desejava se tornar fotógrafo, mas acreditava que não tinha condições para isso, estava convencido de que a vida não lhe proporcionaria oportunidades favoráveis. Barbantinho tinha o desejo de ser um salva-vidas, pois, naquele momento, à beira do rio e sob o efeito da droga, sentia-se como um deles e tinha o desejo de salvar quantas vidas pudesse.

Busca-Pé, por sua vez, rememora-se dos primeiros tipos de violência da infância: o dia em que foi pegar bambu para uma festa junina e teve que sair correndo, pois o caseiro do sítio soltara vários cães em direção a ele. Logo em seguida, recorda-se do autorama que nunca pôde ter, da alegria “subitamente desfeita” (LINS, 1997, p. 12), dos tempos em que vendia pão, picolé, catava garrafas, descascava fios de cobre e os vendia ao ferro velho para dar dinheiro à mãe:

Doeu pensar na mosquitada que sugava seu sangue deixando os caroços para despelarem-se em unhas, e no chão de valas abertas onde arrastara a bunda durante a primeira e a segunda infância. Era infeliz e não sabia. Resignava-se em seu silêncio com o fato de o rico ir para o exterior tirar onda, enquanto o pobre vai pra vala, pra cadeia, pra puta que o pariu. Certificava-se de que as laranjadas aguadas-açucaradas

que bebera durante toda a sua infância não eram tão gostosas assim. Tentou se lembrar das alegrias pueris que morreram, uma a uma, a cada topada que dera na realidade, em cada dia de fome que ficara para trás (LINS, 1997, p. 12).

A história do conjunto habitacional é narrada e nela se percebem os resquícios da presença da colonização portuguesa. Antes de ser transformada em Cidade de Deus, a terra era de portugueses e, depois, recebeu a seguinte divisão e nomeação: “[...] remapeou Portugal Pequeno e renomeou o charco: Lá em Cima, Lá na Frente, Lá Embaixo, Lá do Outro Lado do Rio e Os Apês” (LINS, 2012, p. 16). Muitas famílias se dirigiram à nova favela devido à chance de conseguir a casa própria, mesmo sabendo das condições precárias de lá, como a distância entre o local e outras regiões da cidade para as quais alguns indivíduos tinham que se deslocar diariamente.

A favela é descrita, por meio da divisão da terra em partes, como um labirinto bem conhecido por certos policiais, como pelo chamado Cabeça de Nós Todo, mas principalmente pelas personagens envolvidas nas atividades do tráfico. O mapeamento de Cidade de Deus é constantemente mencionado, servindo para intensificar as descrições das perseguições contínuas que aconteciam no local, seja entre polícia e criminosos, seja entre criminosos e população civil.

Ao longo da narrativa, surgem sinais de uma violência naturalizada naquele ambiente. Um exemplo inicial é que, enquanto Busca-Pé e Barbantinho se erguem para ir embora, a água do rio é tingida pelo sangue de um defunto que se aproximava, arrastado pela correnteza, coberto por sanguessugas. Conforme o narrador, naquele espaço, a guerra era a soberana de todas as horas, “era aquela que vinha a obrigar bala perdida a se alojar em corpos inocentes” (LINS, 1997, p.14), fazendo com que Busca-Pé chegasse até sua casa com sentimento de profundo desespero, invocando as entidades de seu credo a fim de acalmá-lo.

Mesmo na narração de situações comuns, como nas brincadeiras de criança, os relatos são envoltos pela violência. Como é o caso do irmão de Busca-Pé que desafiou os amigos, dizendo que conseguia descer um morro de bicicleta:

Repetiu a façanha várias vezes para delírio dos espectadores. Seus olhos lacrimejavam devido à velocidade, mas não desistiu de bancar o piloto. Tamanha foi sua empolgação que desceu novamente, aumentando a velocidade com dez pedaladas. Não prestou: passou num buraco, perdeu a direção e foi perna para o alto; nariz ensanguentado; corpo ralando no barro, poeira entrando nos olhos... Mas o assunto aqui é o crime, eu vim aqui por isso... (LINS, 2002, p. 20).

A história da maior parte das personagens é marcada pelo descontentamento diante de suas situações existenciais. Inferninho, quando se recorda da família, sentia-se

revoltado com o pai que vivia sempre embriagado; pela mãe ter sido uma meretriz e o irmão, Ari, ser homossexual. Além disso, havia a recordação do dia em que colocaram fogo no barraco de sua família, cuja avó Benedita fora queimada, causando-lhe mais vontade de fazer mal aos outros, de “matar toda aquela gente branca, que tinha telefone, carro, geladeira, comia boa comida, não morava em barraco sem água e sem privada” (LINS, 1997, p. 23). Conforme Marrey (1973, p. 4 apud PUTY; BARCELLOS; DANIEL, 1982), o desejo de vingança surge em alguns menores que compartilham com os pais a privação dos direitos humanos e internalizam negativamente a convivência com a classe privilegiada, resultando em situações violentas.

Também, no primeiro capítulo, é apresentada a personagem Inho, ainda menino, como líder de uma turma de crianças que já assaltavam e eram envolvidas com o tráfico. Os melhores amigos de Inho eram Cabelinho Calmo e Pardalzinho. Inho tinha grande admiração por Inferninho e, principalmente, pelo bandido mais temido da região, a personagem denominada Grande. Além de líder, Inho era muito astuto para o mal e planejava ações para que Inferninho e os companheiros do bandido executassem na presença e com o auxílio da criança. Barbantinho e Busca-Pé tinham idade semelhante à de Inho, Sandro Cenourinha, Madrugadão e Cabelinho Calmo, que iam para a escola e brincavam como crianças comuns. Sobre a perda da infância e a violência estimulada ainda nessa fase pueril da vida, é descrita a cena em que Inho – Zé Miúdo quando adulto – manda um menino de dez anos de idade liquidar o inimigo:

– Aí, Baião, tu que nunca matou ninguém, vai lá e mata o cara! Toma essa seis-trinta aqui, procura ele e, mermo se tu sentir que ele tá morto, senta o dedo assim mermo. Tu nunca matou ninguém, vai lá pra tu sentir como é que é, morou? Marcelinho Baião titubeou, ia arguir alguma coisa quando Miúdo insistiu num berro absoluto:
– Vai lá e mata o cara, rapá! Tu não tá aí formado com a gente? Vai lá e mata o cara! Marcelinho Baião segurou a pistola, suas mãos tremiam, o coração disparava. Tinha de seguir a ordem de Miúdo, pois era ele quem sempre lhe dava dinheiro para comprar um quilo disso ou daquilo, fora ele quem lhe dera força em seu primeiro assalto, sua vida melhorou depois que passou a andar com Miúdo. Engatilhou a pistola e saiu quebrando pelas pontas de cada prédio levando seu medo, seu nervosismo, a sagacidade dos seus dez anos de idade junto com a arma que mal lhe cabia nas mãos, a voz de Miúdo acompanhando seus passos. “Vai lá e mata o cara, rapá!” (LINS, 2002, p. 185).

Sobre a questão habitacional no romance, constata-se que os moradores da Cidade de Deus perderam suas antigas casas devido às enchentes dos anos 60 no Rio de Janeiro. Conseguiram uma casa na favela, mas sofriam com a distância entre o local e os bairros em que trabalhavam. Ao longo dos anos, as personagens sentiam as mudanças na paisagem da

favela, devido às intervenções na área. É dito na obra que, embora tenha sido uma região extremamente perigosa, a disputa pelas casas e apartamentos era cada vez maior. Quando a especulação imobiliária começa a se interessar pela área, é dito que:

Corria o boato de que o empresário Luís Prateado havia mandado dezenas de armas para a quadrilha de Bonito, inclusive escopetas e metralhadoras. O povo dizia que o objetivo do empreiteiro era promover a guerra para, em conluio com o governo, remover a população da favela para outro local. Construiria ali residências de classe média, pois a região onde se situava a favela, entre a Barra da Tijuca e Jacarepaguá, se valorizara muito nos últimos anos. Ninguém sabia se era verdade ou mentira o que se comentava. (LINS, 2002, p. 337).

A própria formação do conjunto habitacional Cidade de Deus envolveu grupos vindos de diversas favelas em que já existiam algumas rixas entre os moradores e o crime organizado. Quanto mais perigosa fosse a favela de onde vinham, mais os moradores eram considerados perigosos e, por isso, tinham o poder de intimidação sobre outros indivíduos:

Os grupos vindos de cada favela integraram-se em uma nova rede social forçosamente estabelecida. A princípio, alguns grupos remanescentes tentaram o isolamento, porém em pouco tempo a força dos fatos deu novo rumo ao dia-a-dia: nasceram os times de futebol, a escola de samba do conjunto, os blocos carnavalescos... Tudo concorria para a integração dos habitantes de Cidade de Deus, o que possibilitou a formação de amizades, rixas e romances entre essas pessoas reunidas pelo destino. Os adolescentes utilizavam-se da fama negativa da favela onde haviam morado para intimidar os outros em caso de briga ou até mesmo nos jogos, na pipa voada, na disputa de uma namorada. Quanto maior a periculosidade da favela de origem, melhor era para impor respeito, mas logo, logo, sabia-se quem eram os otários, malandros, vagabundos, trabalhadores, bandidos, viciados e considerados. Os menos afeitos à nova sociedade foram os bandidos. Apenas os que estiveram alojados no estádio Mario Filho por ocasião das enchentes se aproximaram. Foi o caso de Tutuca, Inferninho e Martelo, e daqueles que puxaram cadeia juntos. (LINS, 2002, p. 31-32).

As discriminações racial e socioeconômica são tipos de violência muito recorrentes na obra, tanto por parte da polícia – que desconfiava mais dos negros, constantemente agredindo-os – quanto por parte das personagens negras ou desfavorecidas socioeconomicamente que, por vezes, sentiam raiva da própria raça ou da condição socioeconômica que possuíam. Exemplo disso é o que se passa com as personagens Pardalzinho e Ana Rubro Negra.

Pardalzinho começa a se vestir e a se portar de maneira semelhante à dos chamados **cocotas** – que era um grupo que tinha melhor condição financeira dentro da favela. Além disso, a personagem começa a sentir vergonha dos próprios amigos que constituíam a quadrilha de Zé Miúdo:

Pardalzinho devorou o nhoque para ir comprar fazenda com a cocotada, decidiu que o grupo todo deveria vestir-se igual. Na verdade, tentava cada vez mais e mais parecer-se com os cocotas. Iriam a Botafogo comprar o pano. Quem faz compra no centro da cidade é pobre. [...] O sonho de Pardalzinho era o de comprar um terreno onde tivesse água corrente, terra boa para o cultivo e pequenas casas de madeira para ele e os cocotas morarem. Era isso o que deveria fazer para viver entre pessoas de rostos límpidos por não conviverem cara a cara com a morte. Nunca pensavam em matar ninguém, embora gostassem de maconha como ele. Era esse o seu sonho: ganhar uma mina bonita, morar entre gente bonita e dançar discoteca até o fim da vida, numa boa. Nada daqueles crioulos com cara nervosa e sem dentes. Olhou Camundongo Russo com certo desdém quando este revelou seu desejo de ir junto com a turma até Botafogo. Ponderou porque ele também era branco, seus cabelos, claros, faltava-lhe somente o porte físico, mas conseguiria se entrançar numa de malhar e pegar umas ondas. O linguajar não era promissor – falava muitas gírias, palavões demais –, mas isso não importava muito [...]. (LINS, 2002, p. 270-271).

Assim como Pardalzinho acreditava que sua realidade poderia ser mudada, por meio da negação de seu passado e de sua origem, após o casamento com doutor Guimarães, Ana Rubro Negra também sente certo desdém pela população da favela com quem passa a conviver menos:

Pela rua do Meio ia Ana Rubro Negra mais maravilhosa do que nunca, porém discreta, pois doutor Guimarães a impedira de usar roupas extravagantes ou psicodélicas, como ele mesmo dizia. Na maior felicidade do mundo, ela atendeu às exigências do marido. Marido? Sim, marido, que comprou uma casa num lugar tranquilo, aparelhou-a com todo bom gosto. Não deixava mais Ana Rubro Negra ir para a viração, era agora mulher de um homem só, e, para dar mais encanto a sua vida, deixou que ela adotasse o bebê de uma amiga que fora presa. Ia à feira, aparecia em Cidade de Deus somente com essa finalidade, empurrando um carrinho de bebê de última geração. Coisa fina. Olhando sério para os poucos que insistiam em fazer-lhe piadas, reclamava do preço e da qualidade dos produtos, parava para conversar somente com aqueles por quem nutria alta estima, pois agora dera para detestar pobres, porque eles são barulhentos, desdentados e sem nenhuma compreensão do que seja homossexualismo. Porque viado não o era mais, era homossexual e orgulhava-se disso. Ana Rubro Negra passara um bom pedaço na vida: a coisa no ponto andou ruim, a polícia ficava em cima, dificultando o trabalho, levou surras, foi estuprada amargamente por dois policiais militares, que depois de a seviçarem deram-lhe três tiros. (LINS, 2002, p. 304-305).

Algumas personagens negras, por sua vez, também evidenciam o seu ódio pelos brancos. É o caso do criminoso Ferroada:

Ferroada não aliviava nenhuma das vítimas. Mesmo se elas não oferecessem reação, o bandido dava tiro na bunda, coronhadas e tapas na cara. A única que esboçou reação levou chumbo na cabeça. O assaltante não gostava de branco bem-arrumado, assaltava, cometia violências para vingar o negro que teve seu lugar roubado na sociedade. (LINS, 2002, p. 131).

Quando o detetive Belzebu fazia uma ronda, a pé, pela Cidade de Deus, planejava prender ou matar Ferroada. Nesse momento, fica expresso o preconceito que nutria este policial contra a população da favela:

Por volta das seis da manhã, voltou para casa, bebeu a gemada preparada pela mulher com quem morava. Ia voltar para a delegacia, mas desistiu quando ela lhe falou que o delegado ligara deixando ordens para retornar à delegacia o mais rápido possível. Não cumpriria ordens. Pensou em dormir, mas a possibilidade de falar o que bem entendesse para o delegado caso prendesse ou matasse Ferroada o fez sagaz. Armou-se, voltou para Cidade de Deus. Deixou o carro estacionado fora do conjunto, entrou pelas vielas de crianças rodando pião, mulheres fazendo fofoca, ou, quando não, varrendo a frente das casas. – Pobre é que nem rato. Como tem criança nessa porra de lugar! – pensou alto. (LINS, 2002, p. 168).

Ainda sobre o comportamento negativo da maior parte dos policiais, o narrador denuncia que parte dessa instituição se portava de maneira violenta e corrupta. No tempo das festas de final de ano, os policiais assaltavam os que utilizavam maconha quando os flagravam, roubavam o que os ladrões haviam roubado da população e exigiam propina das mulheres envolvidas no tráfico como, por exemplo, o policial Cabeça de Nós Todo “[...] dava tapa na boca de qualquer um, forjava flagrante, passava a mão nas mulheres com a desculpa de estar dando geral” (LINS, 2002, p. 99).

Ao tentar matar Tutuca, Cabeça de Nós Todo revela em seu discurso o assujeitamento a que estão submetidos os moradores daquela favela:

[...] Quando jogou o corpo no chão, sentiu que a algema não estava suficientemente apertada. Se Cabeça de Nós Todo marcasse bobeira, Tutuca poderia se livrar. Cabeça de Nós Todo desconfiou do desmaio. Mandou chutes. Os outros policiais vieram para ajudar a bater. Um velho gritou: – Vão matar o rapaz. Ele pode ter feito o que for, mas é gente! – Aí, coroa, cala tua boca que isso aqui não é gente, não, isso aqui é uma vala aberta, um cachorro raivoso! – reagiu Cabeça de Nós Todo. (LINS, 2002, p. 98).

O detetive Belzebu também era ambicioso e corrupto e, ainda na tentativa de prender ou matar Ferroada, mais características do policial são evidenciadas, além de também ser denunciada a corrupção de profissionais de outras áreas:

Soube apenas que fora muito o dinheiro levado pelos assaltantes. O olho cresceu, a vontade de encontrar os vagabundos saía do campo profissional: se encontrasse os bandidos, tomaria o dinheiro todo e depois os mandaria para a vala.[...] Pensava com brutalidade em tudo o que lhe ocorria, porque era bruto, seu nome era bruto, sua fala, suas ideias. A vontade de querer mandar em tudo sempre lhe fora pertinente. [...] Continuou pensando num jeito de crescer na polícia sem precisar cursar a Faculdade de Direito. Talvez se comprasse um diploma... [...] Apetitoso era o cargo de chefe de polícia. Pensou novamente em comprar um diploma para passar a

delegado e depois ser chefe de polícia. Sabia que existia um advogado, doutor Violeta, e um professor, Lauro, que vendiam diplomas; assim que tivesse um tempinho os procuraria. (LINS, 2002, p. 167).

Por optar pela facilidade do crime, a maioria das personagens era perseguida constantemente pela polícia, que queria vivos ou mortos os traficantes e os demais delinquentes que planejavam sucessivamente os roubos, as atividades do tráfico e os assassinatos de inimigos. Cabeça de Nós Todo era um policial militar que “não desistia de agarrar ou matar Tutuca” (LINS, 1997, p. 28). Além disso, quando era o dia de plantão desse policial, os bandidos tomavam um cuidado maior ao sair pelo lugar, pois ele “era astuto como o Diabo e conhecia bem o conjunto” (LINS, 1997, p. 30).

Os delinquentes começavam as suas atividades criminosas desde muito cedo, ocasionando outro tipo de violência que é a perda da infância no ambiente descrito. Inferninho, por exemplo, gostava de ficar entre os bandidos desde criança, prestando-lhes favores e ouvindo as histórias que eles contavam:

[...] fazia questão de matar aula para ajudar a rapaziada que botava pra frente: limpava as armas; endolava a maconha; às vezes, comprava o querosene da limpeza dos revólveres com seu próprio dinheiro para subir no conceito com os bandidos. Quando ganhasse mais corpo, arrumaria um berro para ficar rico no asfalto, mas enquanto fosse criança continuaria a roubar os trocados do pai, ele não percebia mesmo, estava sempre ligado de goró. [...] A felicidade, a segurança que sentiu quando Charrão lhe pediu para entocar um revólver em sua casa, cresceu muito mais depois que Charrão foi assassinado. Aquele ferro bonito ficou para ele de mão beijada. Tratava do três oitão como quem cuida da solução de todos os problemas. [...] Depois que a avó morreu, Inferninho resolveu que não andaria mais duro. Trabalhar que nem escravo, jamais; sem essa de ficar comendo de marmita, receber ordens dos branquelos, ficar sempre com o serviço pesado sem chance de subir na vida, acordar cedo para pegar no batente e ganhar merreca. Na verdade a morte da avó serviu somente de atenuante para seguir o caminho no qual seus pés já tinham dado os primeiros passos, porque, mesmo se a avó não morresse assassinada, seguiria o caminho que para ele significava não se submeter à escravidão. Não, não seria otário de obra – deixava essa atividade, de bom grado, para os paraibas que chegavam aqui morrendo de sede. No terceiro assalto teve de trocar tiro com a polícia, mas deu sorte de sair ileso; sentiu vontade de se arrebentar na obra com os sedentos, mas que nada, bandido que é bom dá sorte. Um dia, ganharia a boa. (LINS, 2002, p. 43).

Barbantino e Busca-Pé eram exceções em meio às outras crianças que perdiam a infância para o crime organizado, pois não gostavam de brigar e brincavam como crianças comuns, apesar da convivência com personagens que integravam o crime desde cedo:

Barbantino, Busca-Pé e seus amigos se despediam das férias no bosque de Eucaliptos. Acordaram cedo naquela sexta-feira. Busca-Pé se encarregou de levar uma frigideira. Barbantino levou o óleo, os outros amigos levaram farinha, açúcar, fósforo, água gelada e o refresco em pó. [...] Acreditavam que Inho, volta e meia no conjunto novamente, Madrugadão, Sandro Cenourinha, Cabelinho Calmo e os

outros meninos que andavam com eles não iriam àquele lugar. Eles gostavam de arrumar briga à toa, carregavam a bola da pelada da meninada, roubavam-lhes os brinquedos, fumavam maconha nas esquinas, faziam qualquer transação com a arma engatilhada. Viam a outra turma como adultos, tal e qual Inferninho, Tutuca e Martelo. (LINS, 2002, p. 82).

Inho é uma personagem que se inspirava nos bandidos mais enérgicos do conjunto, como Inferninho e Grande. Ao se tornar homem, adotou outro nome, Zé Miúdo, e passou a ser muito mais temido que os antigos bandidos, tornando-se a personagem mais violenta da história. Ainda criança, ao planejar um assalto ao motel, Inho aguardava fora do local enquanto os pensamentos de revolta vinham à tona:

Gostava de ser bandido, tinha sede de vingança de alguma navalhada que a vida fizera em sua alma, queria matar logo um montão para ficar famoso, respeitado assim como Grande lá na Macedo Sobrinho. Alisava o revólver como os lábios alisam os termos da mais precisa premissa, aquela capaz de reduzir o silogismo a um calar de boca dos interlocutores. (LINS, 1997, p. 64-65).

Mais adiante, no terceiro capítulo, uma criança de apenas oito anos de idade, chamada Filé com Fritas, é alvo da crueldade da quadrilha de Miúdo:

Biscoitinho, Camundongo Russo e Buzininha conseguiram enquadrar Filé com Fritas, tomaram-lhe a arma e, aos tapas, levaram o menino para longe da área de combate. – Mata ele logo! Ordenou Camundongo Russo. – Não, se ele disser onde Bonito tá caindo, a gente deixa ele ir embora... – mentiu Biscoitinho. – Vai tomar no cu, filho-da-puta... Eu não vou falar porra nenhuma. Miúdo se aproximou com Toco Preto. Biscoitinho, irado com a resposta de Filé com Fritas, mandou que ele se deitasse no chão. O menino disse que morreria em pé, porque sujeito homem morre é em pé. Somente uma lágrima escorreu-lhe pelo rosto liso. É assim que choram os sujeitos homens de pouca idade: apenas uma lágrima muda na hora da morte. Toco Preto deu-lhe uma coronhada e disse: – Não deita por bem, deita por mal. Fritas caiu desmaiado, Biscoitinho pediu o fuzil a Miúdo, colocou o cano dentro da boca do menino e disparou oito vezes, movimentando em círculo o cano do fuzil para ele nunca mais xingar a sua mãe. Depois Toco Preto esfaqueou seu corpo para ele também nunca mais deixar de obedecer a ordem sua. O corpo do menino era somente um amontoado de sangue. (LINS, 2002, p. 324).

Apesar de serem infratores, os criminosos seguiam suas próprias leis, as quais estabeleciam que algumas atitudes, dentro da favela, eram proibidas e outras deviam ser severamente castigadas. Quem denunciava os bandidos e era descoberto, conseqüentemente, morria. Para mais, em determinado momento da história, era proibido roubar e estuprar na área de tráfico comandada por Zé Miúdo, para que a população o respeitasse. No segundo capítulo, em relação às ordens do traficante, é dito que:

Proibiu os assaltos nos Apês, quem assaltasse algum morador na área de suas bocas-de-fumo morreria. Para dar exemplo, matou um ladrão sem o menor motivo, disse a

todos que o matara porque o safado assaltara um morador que não queria se identificar. [...] Agora se vingara e ainda amedrontara os ladrões da localidade: dois coelhos com uma só cajadada... – Essa porra de assaltar morador é preju, porque eles dá queixa na polícia no sapatinho, a polícia acaba dando incerta. (LINS, 2002, p. 187).

Francisco era um cearense que foi para o Rio de Janeiro buscar melhores condições de vida. Quando chegou à rodoviária da cidade, foi assaltado e, mais adiante, foi assaltado novamente, sempre por criminosos negros. Como consequência, a personagem nutria um grande ódio por bandidos e, em especial, pelos negros. Devido denunciar os bandidos aos policiais, Inferninho foi até o rapaz e o matou por vingança.

As demais manifestações da violência no romance são apresentadas no contato entre integrantes do crime e seus inimigos, bem como entre aqueles e a população civil, no caso de vítimas de assalto ou de outros tipos de abordagem agressiva, e ainda entre os criminosos e a polícia. Por muito tempo, a polícia não conseguiu retirar o controle da região dos membros do crime organizado. Como resultado, grande parte dos episódios violentos envolvia os conflitos entre os bandidos, seus inimigos e a população que era vítima de assaltos e de agressões.

Criminosos como Inho se orgulhavam quando eram divulgadas as reportagens, citando as ações cometidas por eles. Quando Inho e Ferroada assaltaram um posto de gasolina, mataram duas pessoas. No outro dia, procuraram Pardalzinho, que era o único que sabia ler:

Pardalzinho, já na casa de Ferroada, lia a matéria derrapando na entonação das orações mais longas. Mesmo assim Inho ouvia como uma criança que escuta histórias de fadas, sentado no chão e a cabeça recostada no sofá. O que mais preocupou foi a informação de que a polícia desconfiava serem de Cidade de Deus os bandidos que praticaram aquele assalto com duas vítimas fatais. Na verdade, a preocupação não durou muito, pois, assim que Pardalzinho acabou de ler a matéria, Ferroada disse, sem fazer nenhum comentário sobre o conteúdo da reportagem, que na Estrada do Gabinal existia uma gráfica que pagava a seus funcionários toda sexta ao meio-dia, o negócio era meter logo para não perder o pique (LINS, 2002, p. 163-164).

Do segundo ao terceiro capítulo da obra, há o predomínio da disputa territorial entre os traficantes, pois Zé Miúdo tenta ampliar o seu comando na favela. Além das brigas que giram em torno do domínio dos pontos de venda de drogas, algumas rixas pessoais como a de Zé Bonito contra Miúdo fazem com que a violência em Cidade de Deus seja considerada maior que a da Guerra das Malvinas, que envolvia a disputa de territórios por parte da Argentina e do Reino Unido em 1982.

Miúdo passa a estranhar o próprio amigo de infância, também traficante, Sandro Cenoura. Pardalzinho, melhor amigo de Miúdo, é assassinado por dois homens que lhe esfaquearam. César Veneno, outro traficante, é morto por Zé Miúdo – que ficou ainda mais esquivo e agressivo após a morte do amigo. Antes, era ele quem zelava pelos moradores, proibindo assaltos e estupros da região, porém a própria personagem começa a estuprar as mulheres pelas quais sentia desejo. Assim, Miúdo tornou-se mais atroz após a perda sofrida:

[...] Não falava a ninguém do seu sofrimento. No entanto, descontava nos bandidinhos e dera para estuprar as mulheres que o interessavam. Pardalzinho tinha morrido havia mais de um ano. Sempre que podia, Miúdo esculachava alguém de Lá de Cima para desferrar a morte do amigo. Se já não gostava daquele povo de Lá de Cima, passou a detestá-lo depois que Pardalzinho morreu. [...] Se soubesse que alguém dali roubara na favela, prendia o ladrão e obrigava-o a lavar louça, roupas, e a arrumar a sua casa ou a de algum amigo seu; às vezes matava, ou dava surras de corrente. Dizia-se bárbaro. (LINS, 2002, p. 306).

Miúdo violenta a namorada de Zé Bonito e, posteriormente, mata o avô deste. O rapaz (Bonito), que nunca havia se envolvido com as práticas criminosas, juntou-se à quadrilha de Sandro Cenoura, dando início a um grande conflito na favela entre os dois grupos. Crianças e adultos também se juntaram a este ou àquele bando, até sem motivos. Muitos não possuíam armas, não tinham relação com o tráfico, porém queriam se vingar de rixas do passado, principalmente das crueldades já cometidas por Miúdo, no caso dos indivíduos que passaram a integrar a quadrilha de Cenoura. Sobre o conflito, é narrado que:

Também houve casos em que os futuros quadrilheiros não tinham crime algum para vingar, contudo entravam na guerra porque a coragem, aliada à disposição para matar exibida pelos bandidos, lhes conferia um certo charme aos olhos de algumas garotas. Julgavam assim impressioná-las. Elas admiravam fulano ou sicrano por estar empenhado em defender a área, eles se sentiam poderosos e enfim compreendidos. [...] Jovens insuspeitos tornavam-se bandidos e estavam guerreando, às vezes, somente com um pedaço de pau na cintura enquanto aguardavam o seu revólver. (LINS, 2002, p. 350).

Os chamados **cocotas**, que representavam a parcela dos moradores de Cidade de Deus que tinha condições sociais mais favoráveis, gostavam de roupas de marca, de *rock and roll*, de utilizar maconha e estavam sempre passeando pelas praias. Quando decidiram ir a um festival, os amigos vivenciaram situações que também evidenciam o gosto pelas diversões ilícitas e violentas da maioria das personagens da história:

Sempre ouviram falar que rock'n'roll, muito mais do que um gênero musical, era uma maneira de viver, e por isso mesmo se drogaram de fumo, cocaína, pico e chá durante as setenta e duas horas de rock'n'roll comendo solto dia e noite em Magé.

Viram bichos enormes e coloridos, perderam a noção do tempo, não se alimentaram, andaram apenas de bermuda nas três madrugadas de frio intenso, plantaram bananeira, deram saltos-mortais na cachoeira, dançaram em etapas de cinco a seis horas seguidas, alguns fizeram sexo até sangrar os órgãos genitais, batiam palmas no início das músicas e esqueciam-se de aplaudir ao final das apresentações, passaram horas e horas sem pronunciar nenhuma palavra, dançaram despidos, defecaram no rio onde bebiam água, tiveram a constante impressão de que eram as pessoas mais felizes do mundo, perderam barracas, roupas, lampiões a gás, panelas, enfim, perderam tudo o que levaram. Rodriguinho acordou três dias depois na praça de uma cidade que ele nunca vira, ao lado de duas cocotas que ele não conhecia, e muito menos elas o conheciam. Marisol apareceu dois dias depois do término do festival, todo arranhado, com dente quebrado. (LINS, 2002, p. 206-207).

Mais adiante, é narrada a passagem de Cabelo Calmo pelo Presídio Lemos de Brito. Como a personagem era quieta, ele se ajeitou em uma cela de onde não saiu por uma semana e ficou sem saber que ali havia um chefe dos presidiários a quem chamavam de Xerife. A partir do dia em que Calmo é chamado por Xerife e não demonstra respeito pelo chefe, ele passa a ser tratado como mulher e a sofrer vários tipos de tortura como surras e estupros, recebendo o nome de Bernadete.

Quando saiu da prisão, Calmo estava ainda mais revoltado com a vida, pois se recordava de tudo o que tinha vivido e de toda violência da qual foi vítima:

Mas a boa era estar vivo gozando de juízo perfeito, pois não teve o azar de Camarão, companheiro de cela que nunca tinha praticado um crime, até que um dia, por ver sempre a fome tomando conta da família, resolveu furtar um queijo no mercado, foi preso em flagrante pelos seguranças e entregue à Polícia Civil, que, também com torturas, o fez assinar a autoria de diversos crimes. Julgado e condenado, Camarão cumpriu pena naquele presídio, onde, por ter resistido a um estupro, perdeu a visão esquerda em consequência do espancamento que sofreu. Seu corpo foi pergaminho de várias cicatrizes, corpo de tuberculose. Depois de certo tempo de surras e doenças, Camarão não sabia mais das coisas e, por isso, primeiro foi abandonado pela Justiça gratuita, depois pela família, por estar com o juízo baleado. Quando libertado, virou pedinte no centro da cidade. Depois de seis meses morreu à luz do dia sem socorro ou compaixão. Calmo teve medo de ficar louco ao presenciar vários casos de loucura, a lepra nos corpos vizinhos e doenças venéreas se alastrando pelo presídio. A morte matada e morrida montando guarda inclusive em seus sonhos [...]. (LINS, 2002, p. 232-233).

Após a prisão, a intransigência de Zé Miúdo também se renova quando retorna à Cidade de Deus:

O bandido tinha sua prepotência renovada e planos para ser novamente o dono de Cidade de Deus, e para isso já tinha planejado com seus parceiros de Realengo um ataque-surpresa na Treze logo na primeira semana de seu novo mandato nos Apês, depois atacariam Lá em Cima. Acreditava que todos ali tinham medo dele, porque sempre fora ruim, e a ruindade é a melhor coisa que pode se estabelecer num bandido para ser respeitado. Para ele não existia paz, arrependimento, não fazia nada

de que não pudesse colher frutos depois, tudo que fazia de bem, jogava na cara do beneficiado, pois sofria quando não era retribuído, destruindo assim tudo que não passasse pela sua cruel compreensão de mundo, de vida, de relacionamento. Tinha o poder de trazer à tona a violência do fundo dos homens e multiplica-la a seu bel-prazer. Falava sozinho pelos cantos da sala, do quarto, da cadeia e da liberdade, qualquer coisa que ele entendesse como agressão a sua pessoa era devolvida em forma de morte. Era ele senhor de seu desengano, dono da ruindade de nunca perdoar, de aniquilar o que não coubesse nos liames de sua compreensão bandida, de inventar coisas que o outro não tinha feito para ter motivos para exercer a sua crueldade. (LINS, 2002, p. 399).

Devido à ambição de reaver os pontos de tráfico de drogas que haviam sido dominados por Tigrinho e Borboletão na sua ausência, o traficante é assassinado pelo primeiro (Tigrinho). Após esse episódio que encerra o romance, os fogos de artifício começam a ser lançados com a chegada do Ano Novo e os novos parceiros de Miúdo voltam para Realengo. No outro dia, a Cidade de Deus amanhece normalmente com o céu cortado pelas pipas.

O que se percebe no contexto da obra é que não havia o interesse das autoridades em combater as causas da grave violência que acometia aquele ambiente, fazendo com que tal espaço continuasse sob o domínio das regras impostas pelos criminosos. Além do descaso dos governantes, teóricos como Buoro *et al.* (2010) afirmam que o comércio de armas e o desenvolvimento do setor de segurança obtêm lucratividade com o estímulo à violência urbana, problema que contribui para o aumento das taxas de homicídios e da criminalidade nas metrópoles. A falta de planejamento e de ações eficientes, por parte dos governantes e da polícia, são os elementos que estimulavam o desenvolvimento da criminalidade na região e, conseqüentemente, da violência urbana. Portanto, o romance de Paulo Lins retrata o problema da violência urbana, apresentando uma realidade de barbáries que se perpetua devido à banalização da questão.

4 O CORTIÇO E CIDADE DE DEUS: PAISAGENS URBANAS E VIOLÊNCIA.

Com o propósito de discutir as diferenças e as semelhanças entre os romances *O Cortiço* e *Cidade de Deus* no que se refere à manifestação da violência no espaço citadino e na vivência das personagens que constituem tais obras, considera-se o método da Literatura Comparada que, segundo Carvalho (2006), é uma disciplina que surgiu, de modo sistematizado, na Europa, no século XIX, e objetiva relacionar diferentes textos literários com outros textos e tipos de arte, com a cultura e com o público.

Como registro documental, *O Cortiço* transpõe para a literatura a fase histórica denominada *Belle Époque*, ocorrida no Brasil no final do século XIX e início do século XX, que consistiu em imitar os moldes franceses de modernidade, por meio da ruptura com os conceitos tradicionais, assim como pela urbanização e pelo refreamento dos marginalizados urbanos que não se adaptavam aos novos moldes da civilização que a nova sociedade desejava construir.

Ao abordar questões como a decadência da escravidão, a presença do português – principalmente daquele que consegue ascender socialmente com mais facilidade que o brasileiro em seu próprio território, como é o caso da personagem João Romão – e a questão da insalubridade das habitações coletivas, a obra de Aluísio Azevedo ratifica as heranças do colonialismo cuja elite, ainda em formação, almejou negar e destruir sem sucesso.

Conforme Milagre Júnior e Fernandes (2013), o Rio de Janeiro na posição de capital estruturada do país, no século XIX, sofria o crescimento desordenado da população, já que a cidade havia sido fundada no morro do Castelo e, ao seu redor, crescia sem o devido planejamento, chegando a aumentar 3% ao ano o número de habitantes entre 1890 a 1900. Diante disso, houve o trabalho das autoridades que tentaram conter as consequências do crescimento desproporcional da cidade.

Além de refrear o comportamento da nova mão de obra livre, as chamadas classes perigosas que surgiam em decorrência da abolição, as principais autoridades cariocas – o governador Rodrigues Alves, o prefeito Pereira Passos e o principal médico Oswaldo Cruz – tentaram combater as doenças da época, como a epidemia de febre amarela e implantar as medidas higienistas que desencadearam revoltas populares como a Revolta da Vacina, devido à desinformação da maior parte da população brasileira e ao fato de que a modernização era

uma meta descontextualizada e imposta pelas elites brasileiras aos demais indivíduos. A tentativa de desconstruir a condição colonial do país não tem êxito, pois não corresponde às mudanças espontâneas que ocorreram na Europa. Sobre isso, é dito que:

[...] esse processo de modernização do país, que se mostra como uma tentativa de manutenção de poder por parte de uma sociedade conservadora, não obtém o sucesso esperado. A arquitetura aqui construída e montada para demonstrar esta modernização é o maior exemplo disto. Ela demonstra uma fachada “civilizada”, mas, por dentro, uma sociedade ainda atrasada, envolta por um passado colonial e escravista, com uma elite dominante e que não se desvencilhará tão facilmente deste histórico. Ou seja, temos uma tentativa de modernização, mas a modernidade, fundada como o primado da razão, uma experiência histórica, onde há uma reformulação de conceitos e hábitos de uma sociedade, um esfacelamento de suas antigas crenças e valores, não acontece de fato. (JUNIOR; FERNANDES, 2013, p. 31).

Valladares (2000) discute sobre o papel das Ciências Sociais no estudo da pobreza e afirma que, tanto no Brasil quanto na Europa, os primeiros a se preocuparem com essa questão foram os profissionais ligados à engenharia, à imprensa, à literatura, à medicina, ao direito e à filantropia. No Rio de Janeiro, a atenção voltou-se primeiramente para o cortiço, que fora considerado o local de concentração das classes perigosas e da propagação das doenças.

Como forma de reação à ameaça desses tipos de habitação, a construção de novos cortiços foi proibida e houve a destruição do maior cortiço do Rio de Janeiro, denominado de Cabeça de Porco. Em seguida, o prefeito Pereira Passos executa a grande reforma urbana que pretendia sanear e civilizar a cidade. De acordo com a referida autora, os cortiços representaram a “semente da favela” carioca. Sobre a origem das favelas, a autora aponta:

[...] Seja por já se notar no interior do famoso “Cabeça de Porco” a presença de casebres e barracões (Vaz, 1994, p. 591), seja por ter havido uma relação direta entre o “bota abaixo” do centro da cidade a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (Benchimol, 1982; Rocha, 1986; Carvalho, 1986). Alguns estabelecem uma relação direta entre o “Cabeça de Porco” e o desenvolvimento inicial do morro da Providência, depois conhecido como morro da Favella. Isto porque, antes da chegada dos soldados de Canudos, e durante a destruição do maior cortiço do Rio de Janeiro, o prefeito Barata havia permitido a retirada de madeiras que poderiam ser aproveitadas em outras construções. Alguns moradores teriam então subido o morro por detrás da estalagem. Por coincidência, uma das proprietárias do “Cabeça de Porco” possuía lotes naquelas encostas, podendo, assim, manter alguns de seus inquilinos (Vaz, 1986; Chalhoub, 1996, p. 17). Somente após ferrenha campanha contra o cortiço as atenções começam a se voltar para esse novo espaço geográfico e social que vai despontando, gradativamente, como o mais recente território da pobreza. Em especial, *uma* favela catalisa as atenções, mais precisamente o morro da Favella, que entrou para a história por sua associação com a guerra de Canudos, por abrigar ex-combatentes que ali se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos. O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, passa a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado,

arruamento ou acesso aos serviços públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro. [...] apenas na segunda década do século XX é que a imprensa passa a utilizar a palavra favela de forma substantiva e não mais em referência exclusiva ao morro da Favela, surgindo assim uma nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas. (VALLADARES, 2000, p. 7).

Historicamente, as impugnações em relação aos males dos cortiços foram semelhantes às denúncias acerca das favelas cariocas. Ambas as habitações eram consideradas pelas classes dominantes como local de reunião de pessoas perigosas, vadias, malandras, que ameaçavam a saúde pública, a ordem e a moral da sociedade privilegiada. Sendo assim, o discurso médico-higienista que, antes tinha como alvo os cortiços, gradualmente, volta-se para as favelas e para a população que ali habita, sendo esta condenada pela situação de miséria e insalubridade em que vivem.

De maneira similar, os cortiços e as favelas permaneceram, por muito tempo, como locais em que os moradores viviam conforme as suas próprias leis em comunidade e eram espaços que representaram a resistência às leis e à ordem moral e social externa àqueles ambientes. Para mais, o improvisado das construções de casas em ambos os espaços era comum. Sobre a imagem do improvisado e dos moradores da favela descoberta no início do século XX, é descrito:

“Um outro mundo”, muito mais próximo da roça, do sertão, “longe da cidade”, aonde só se poderia chegar através da “ponte” construída pelo repórter ou cronista levando o leitor até o alto do morro que ele, membro da classe média, não ousaria subir. Naquela “curiosa vila de miséria indolente” (Rio²⁶, 1911, p. 54), a organização do espaço era diferente da dos bairros do Rio: “ruas estreitas, caminhos curtos para casinhotos oscilantes, trepados uns por cima dos outros” (*idem*, p. 55). As habitações, “todas feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas-de-flandres, taquaras” (*idem, ibidem*), testemunhavam o estado de miséria da população, que aproveitava os restos da cidade – a madeira dos caixotes que transportavam a banha ou o bacalhau, o vasilhame servido e assim por diante. Começava a se impor a ideia da favela não apenas como espaço inusitado, desordenado e improvisado, mas também como reduto da pobreza extrema, onde vivem “mendigos [...], capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte, mulheres sem arrimo de parentes, velhos dos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio a gente válida [...], sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte [...]” (Edmundo²⁷, 1938, vol. 2, p. 252). Um universo exótico em meio a uma pobreza originalmente concentrada no centro da cidade, em cortiços e outras modalidades de habitações coletivas, prolongava-se agora morro acima, ameaçando o restante da cidade. (VALLADARES, 2000, p. 12).

²⁶ RIO, João do. Os livres acampamentos da miséria. In: MARTINS, L. (Org.). *João do Rio (uma antologia)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Sabiá, 1911.

²⁷ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Em 1930, o urbanista Alfred Agache denuncia os perigos provocados pela presença da favela. Em 1937, segundo Valladares (2000, p. 12, grifo da autora), “o *Código de obras* proíbe a criação de novas favelas, mas pela primeira vez reconhece a sua existência, dispondo-se a administrar e controlar seu crescimento”. A favela passou a ser o mal que o cortiço representou outrora no país. Por conseguinte, as autoridades, como médicos, engenheiros, quiseram eliminá-la por meio de campanhas e leis como o mencionado **Código de obras**.

No início do século XX até os anos de 1950, a abordagem da favela partia apenas de jornalistas, engenheiros, cronistas, assistentes sociais, médicos, arquitetos e administradores públicos. Segundo Valladares (2000), a partir de 1960, a temática da favela se transforma em um importante estudo das universidades brasileiras que inspira pesquisadores e parte relevante da literatura que tem como foco a representação da pobreza urbana. É nesse contexto que se insere *Cidade de Deus*, de Paulo Lins.

Ainda, conforme Valladares (2000), o interesse da sociedade pelo conhecimento do fenômeno das favelas continua e aprofunda os métodos de pesquisa sobre esse objeto de estudo. De acordo com o aprimoramento dessas pesquisas, é importante ressaltar que um dos mais relevantes pontos de interseção entre as obras *O Cortiço* e *Cidade de Deus* corresponde ao próprio problema habitacional, já que grande parte da população das favelas – composta por “imigrantes estrangeiros pobres – portugueses, espanhóis, italianos – que precisaram enfrentar a crise da moradia no começo do século” – havia sido expulsa dos antigos cortiços (VALLADARES, 2000, p. 25).

Além disso, nos romances analisados, é evidente o descaso por parte das autoridades em relação aos problemas habitacionais e à pobreza nos dois contextos. Como foi dito, no contexto histórico de *O Cortiço*, as autoridades responsáveis pela administração da capital federal não conseguiram sanar os problemas referentes ao crescimento desordenado da cidade e, ao mesmo tempo em que queriam destruir os cortiços e combater as chamadas **classes perigosas**, não ofereceram outro tipo de moradia ou condições para que os ex-moradores dos cortiços pudessem habitar a cidade de modo adequado. A pobreza, por sua vez, assim como a questão habitacional, foi, gradualmente, tendo suas proporções agravadas.

No romance de Aluísio Azevedo, o português João Romão representa a ascensão das classes dominantes que aspiravam pela modernização da cidade e por melhores condições de vida e o fizeram por meio da exploração das **classes perigosas** que recriminavam por viver em condição de insalubridade, de desemprego e de pobreza, responsabilizando-as pela exclusão social promovida pela mesma classe que os impugnava.

De modo semelhante, em *Cidade de Deus*, as autoridades locais da cidade de Rio de Janeiro, para conseguirem abrigar uma parte da população carente, que havia sido vítima das enchentes que aconteceram nos anos de 1960, construíram um conjunto habitacional. Contudo, sem realizar um planejamento melhor, sortearam as casas e apartamentos do local para ex-moradores de diversas favelas, resultando em conflitos entre criminosos rivais e afastando a população civil dos locais onde trabalhava e para os quais se deslocava cotidianamente.

4.1 O Cortiço e Cidade de Deus: paisagens urbanas.

Para Peixoto (2004), autor de *Paisagens urbanas*, “as cidades são as paisagens contemporâneas” e a paisagem das cidades é constituída por um “horizonte saturado de inscrições, depósito em que se acumulam vestígios arqueológicos, antigos monumentos, traços de memória e o imaginário criado pela arte contemporânea” (PEIXOTO, 2004, p. 11-13). Nesse sentido, pretende-se refletir sobre as paisagens urbanas da cidade do Rio de Janeiro, descritas em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e em *Cidade de Deus*, de Paulo Lins.

Peixoto (2004), em sua obra, apresenta a cidade de diferentes perspectivas, seja a do cinema, a da fotografia ou a da arquitetura. Nesses modos de ver, o autor afirma que “o resultado é um caleidoscópio que talvez sintetize melhor a paisagem urbana”, possibilitando a redescoberta da urbe por meio de diferentes imagens criadas pela arte (PEIXOTO, 2004, p. 13).

O referido estudioso pontua que descrever a cidade faz com que haja uma perda da paisagem, pois a urbe descrita transmite uma imagem opaca, ao contrário do que acontece com a visibilidade exagerada proporcionada pelas imagens fotográficas ou cinematográficas. É o que acontece com as cinquenta e cinco cidades descritas por Marco Polo ao Imperador dos Tártaros, Kublai Khan, de *As cidades invisíveis* (1990), de Italo Calvino. As descrições, feitas pelo viajante, das cidades visitadas “tornaram-se opacas ao olhar”, isso porque “a cidade desaparece enquanto paisagem” no decorrer dos relatos da personagem. Em especial, a literatura, apesar de possuir a capacidade do olhar fotográfico, voltou-se para aquilo que é menos evidente, tornando-se introspectiva, descrevendo a alma humana e seus mistérios (PEIXOTO, 2004, p. 25).

Para mais, sobre as diferentes maneiras de ver e de representar a cidade, o professor esclarece:

Hoje em dia, a descrição está substituindo a paisagem. Não se pode, na maioria das vezes, dizer nada a respeito de uma cidade além do que seus próprios habitantes repetem. O que já se disse recobre seus contornos e nuances. Nas cidades, os olhos não veem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas. Ícones, estátuas, tudo é símbolo. Aqui tudo é linguagem, tudo se presta de imediato à descrição, ao mapeamento. Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, parece impossível saber. Uma maneira diferente de falar de uma cidade: a partir das primeiras impressões que temos ao chegar, das pedras e cinzas que restam dela ou de velhos cartões-postais. Ou ainda dos seus nomes, capazes de evocar a vista, a luz, os rumores e até o ar no qual paira a poeira de suas ruas. É por meio desses indícios – e não das descrições – que se pode obter um verdadeiro quadro dos lugares. (PEIXOTO, 2004, p. 28).

Acerca das reflexões que faz o autor sobre a importância do retrato, no que concerne ao universo das artes, é dito que “o sagrado não se entrega sem resistência. Sua última trincheira, diz Benjamin, é justamente o rosto humano. Não por acaso o retrato era o principal tema das primeiras fotografias”. O estudioso ainda afirma que “múltiplas são as complementaridades entre rosto e cidade”. Isso porque, enquanto a pintura tem como foco o rosto humano, a arquitetura encontra suas casas, suas cidades tendo o poder de transformar tais paisagens, conforme Deleuze & Guatari²⁸ (1980, p. 212 apud PEIXOTO, 2004, p. 58-73).

Quanto a essas relações entre as imagens de rostos e as paisagens urbanas, o professor acrescenta:

Todas as artes – a arquitetura, a pintura, o cinema e até a literatura – têm retratos que produzem essas correlações. Rostos e paisagens formam uma mesma geografia. O buraco negro ou o muro branco, onde se amalgamam rosto e paisagem. Não há fisionomia que não acolha uma paisagem desconhecida, não há paisagem que não desenvolva um rosto. Qual rosto jamais evocou o mar e a montanha, qual paisagem jamais remeteu ao rosto que completaria suas linhas e traços? Não haveria um momento em que se evidenciasse a semelhança mimética que se instaura entre o indivíduo e a cidade que ele habita? (PEIXOTO, 2004, p. 73).

De acordo com o autor, no século XIX, grandes quantidades de imagens foram colocadas em circulação, exigindo do observador a competência para contemplar todo aquele vasto panorama. Emerge, então, a figura do *flâneur*, que perambula pela cidade, contemplando todos os tipos e lugares calmamente. Nesse mesmo contexto, o estudioso cita o aparecimento de um gênero literário popular, as chamadas **fisiologias**, o qual descrevia os tipos humanos encontrados na rua e os vários cenários urbanos.

²⁸ DELEUZE, Gilles; GUATARI, Felix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980, p.212.

Assim como existe uma funcionalidade da literatura como meio de observação, descrição e reflexão acerca do espaço urbano, o autor afirma que a “pintura pode ser, hoje em dia, a imagem mais verdadeira da cidade” (PEIXOTO, 2004, p. 149). Isso acontece, principalmente, pelo intuito de representar paisagens, cujos elementos urbanos são destacados, recriados e reorganizados. A esse respeito, o estudioso afirma:

Os elementos semânticos da paisagem urbana são destacados do contexto e reorganizados segundo diferentes posições e escalas. Como faz o cinema, recriando o espaço. O pintor como arquiteto, construindo suas próprias cidades invisíveis. Tal como Canaletto, que, ao representar Veneza reagrupando suas construções mais significativas, nos faz reconhecer a alma do lugar. (PEIXOTO, 2004, p. 148-149).

Para mais, o estudioso discute sobre a questão essencial da pintura contemporânea, que consiste em retratar a impossibilidade das paisagens urbanas, trata-se de demonstrar toda a problemática da urbe. Nesse contexto, é citado o trabalho do professor, filósofo e artista plástico Marco Gianotti, cujas obras não têm informações imediatas devido às imagens remontadas, sobrepostas de camadas de pintura. O crítico afirma:

Não se trata de uma paisagem petrificada. Não é uma arqueologia o que se empreende aqui. Essas estruturas não jazem, fossilizadas, no subsolo. Elas se delineiam em meio a uma massa compacta, uma trama espessa que comprime todas as coisas e bloqueia a visão. Entrevistos em meio a rasgões, materiais colados e pedaços queimados. Não há visibilidade imediata. Não se vê, claramente, nada. A paisagem nega informações. O olhar, então, em vez de debruçar-se para ver ao longe o que se perde no horizonte, desloca-se na superfície do quadro. Um percurso lateral através dessa textura rica e acidentada como relevo natural. A paisagem hoje exclui a perspectiva, o olhar em profundidade, a distância. O oposto da tradição paisagística. A paisagem de cidades não tem história. Não adianta escavar o seu solo, dele não se extrairá nada. Essas coisas não têm a permanência, a pátina com que o tempo tudo recobre. Essas janelas urbanas não mostram ruínas, mas um horizonte saturado. A vista não é mais aquilo que se observa, com reverência, a distância. Agora está próxima. Ela é aquilo com que se trava um embate, um corpo a corpo. No auge da visibilidade, a cidade tornou-se invisível. A pintura não a torna mais aparente, ela a evoca na sua problematicidade. A questão fundamental dessa pintura é a impossibilidade. (PEIXOTO, 2004, p. 150-153).

De modo semelhante no âmbito literário, Gomes (1994) afirma que, a partir da reforma urbanística proposta por Pereira Passos no Rio de Janeiro, a dicotomia demolição/construção fez com que houvesse um apagamento da memória do passado da cidade, fazendo com que, aos escritores, coubesse a atividade de registrar, por meio da narrativa, das lembranças e das descrições, eventos históricos, imagens de locais que se perderam com a modernização e seus ideais de progresso. O autor cita Marques Rebelo que escreveu, entre as décadas de 1960 e 1970, diversas crônicas que se referem à derrubada de

construções importantes como foi o caso da Igreja Bom Jesus do Calvário, que havia sido muito citada nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida.

Na literatura, obras como *O Cortiço* e *Cidade de Deus*, mediante descrições, para o leitor, conseguem aproximar tanto as personagens quanto as paisagens à realidade. No primeiro romance, as descrições verossímeis constituem um registro dos tipos urbanos e da paisagem carioca que representam a *Belle Époque* brasileira. No segundo, Paulo Lins elabora descrições de tipos urbanos que constituem as favelas cariocas, muitas vezes de modo caricato, como é o caso das descrições das personagens denominadas Zé Miúdo e Ana Rubro Negra, dentre outras.

No que concerne ao papel da literatura, Peixoto (2004) cita Calvino²⁹ e afirma:

Calvino atribui à literatura a tarefa de retirar peso das coisas, das cidades, da linguagem. Dissolver a compacidade e a inércia do mundo, evitar que o peso da matéria nos esmague. Lutar contra a petrificação da vida. Trata-se de, como Perseu, sustentar-se sobre o que há de mais leve, as nuvens e o vento, e dirigir o olhar para aquilo que só pode se revelar por uma visão indireta. Buscar imagens de leveza, como a cabeça da Medusa depositada num ninho de folhas. Pássaros, a voz de uma mulher, a transparência do ar e, sobretudo, a lua. O vento soprando nas árvores. O túmulo, símbolo do pesadume, serve aqui de apoio para o poeta, “levíssimo que era”, saltar. Mesmo do peso da pedra se pode levantar a leveza. Dizer do invisível. Os grãos de poeira que turbilhonam numa fresta de luz. Dispersão da realidade, pulverização da compacidade das coisas. Mas como poderemos, pergunta Calvino, esperar salvar-nos naquilo que há de mais frágil? Profissão de fé na persistência daquilo que há de mais aparentemente perecível. A imagem do novo milênio: o salto ágil do poeta que sobreleva o peso do mundo, demonstrando que sua gravidade detém o segredo da leveza. Gravitando, pairando acima dos lugares lassos. Fazer da ligeireza um modo de ver o mundo. Uma poesia da leveza, dotada de força elevatória, capaz de dar às pessoas e aos acontecimentos uma gravidade sem peso. (PEIXOTO, 2004, p. 181).

A arte confronta com a opacidade sugerida pelo muro de concreto que constitui as paredes e o solo das cidades contemporâneas. Não há espaços transparentes ou vazios, mas sim o receio de que essa ameaça pudesse existir na urbe. Sobre isso, é dito que “a metrópole é o paradigma da saturação. Contemplá-la leva à cegueira. Um olhar que não pode mais ver, colado contra o muro, deslocando-se pela sua superfície, submerso em seus despojos” (PEIXOTO, 2004, p. 175).

Sobre as imagens atuais, o autor reflete acerca de sua durabilidade, já que se trata de produtos de um período em que a velocidade parece encerrar consigo aquilo que poderia outrora ser contemplado, como é o caso da natureza da imagem cinematográfica, cujas cenas são efêmeras e céleres. Como esse tipo de imagem propõe a rapidez, a vontade de “ganhar

²⁹ CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

tempo”, as cidades e seus fluxos sugerem o mesmo, ou seja, na urbe é memorizado apenas o que tem utilidade para determinado momento. Nesse sentido, o autor afirma:

A pressa da vida moderna, o vórtice vertiginoso dos eventos históricos, geram imagens condicionadas pela aceleração. Essas imagens não têm mais tempo. A guerra e o crime instauram o domínio do instantâneo, das imagens de ação. O fotojornalismo, do qual o correspondente de guerra – além do repórter policial – é uma das modalidades. Imagens feitas no calor da hora, no ritmo dos acontecimentos. Imagens movidas a velocidade. [...] As cenas – feitas à margem do ritmo acelerado das informações e dos acontecimentos – consistem, em geral, justamente nisso: imagens do invisível. Todas mostram rostos, gestos e vistas de lugares. A percepção do tempo, de uma outra *durée*, resgata gêneros tidos como anacrônicos e superados na arte atual, o retrato e o paisagismo. (PEIXOTO, 2004, p. 214).

Assim, os romances *O Cortiço* e *Cidade de Deus* têm, em seus respectivos enredos, a representação de cenas feitas em ritmo acelerado, sugerindo a aceleração da vida moderna, o desenvolvimento do capitalismo e as transformações pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro nos limites temporais em que as obras se inserem. Em *O Cortiço*, Aluísio Azevedo descreve, paralelamente às histórias de vida das personagens que habitam o cortiço, a transformação da urbe em prol da mudança urbanística, com base no que se considera como progresso pela perspectiva capitalista. Desse modo, a ficção sugere, por meio das cenas representadas, o mesmo ritmo veloz das transformações da cidade. Já, em *Cidade de Deus*, Paulo Lins consegue, de modo semelhante, descrever a rápida transformação da urbe, no âmbito da favela, bem como o ritmo acelerado das cenas urbanas. Isso acontece, na ficção, principalmente pela descrição de cenas violentas, ou seja, por meio da ação, análoga às imagens propagadas pelo fotojornalismo.

Entretanto, a escrita e a leitura literárias têm o papel de buscar pelo tempo perdido, ao contrário do que ocorre com o ritmo das informações e das imagens contemporâneas, como é o caso das imagens televisivas e, como foi mencionado, das cenas cinematográficas. Desse modo, a literatura exige um tempo para que seja amadurecida com reflexão e, conforme Calvino (1990, p. 66 apud PEIXOTO, 2004, p. 216), deve-se levar em conta o “tempo que flui sem outro intento que o de deixar as ideias e os sentimentos se sedimentarem, amadurecerem, libertarem-se de toda impaciência e de toda contingência efêmera”.

Sobre a modernidade e as paisagens urbanas, Peixoto (2004) salienta que a “majestade da grande cidade se acompanha da sua decrepitude”. Logo, aquilo que é novo na arquitetura urbana está destinado a uma destruição extemporânea. O autor expõe que “é à medida que se destrói que a cidade aflora como permanência. As paisagens urbanas estão sempre em devir”. Isso porque elas são frágeis, em outras palavras, o que é agora construído

logo sofrerá transformações, apagando consigo o que outrora representou para a cidade, desencadeando um constante processo de construção/destruição no futuro (PEIXOTO, 2004, p. 274).

Por esse viés, pode-se afirmar que a favela representada em *Cidade de Deus* não sugere os mesmos tipos de lembranças e de sensações para Busca-Pé e Barbantinho e para personagens mais jovens como Filé com Fritas. Isso porque o ambiente foi modificado, como é o caso da natureza presente no local que fazia parte das memórias da infância de Busca Pé e Barbantinho, mas desaparece e deixa de ser um elemento significativo na infância de Filé com Fritas. Em *O Cortiço*, isso também acontece à medida que o cortiço e a cidade vão sendo modernizadas. Os elementos que compunham a paisagem do local, no início da obra, são gradualmente modificados pelas constantes construções e reformas engendradas por João Romão, surgindo um novo tipo de paisagem que já não fazia parte, por exemplo, da infância de Pombinha, mas fazia parte da juventude de Senhorinha, filha da portuguesa Piedade.

Para Peixoto (2004), a cidade contemporânea já não fornece o caráter de testemunho cultural, afinal as construções e as obras de arte estão condenadas à destruição. Faltam às cidades contemporâneas o registro e a memória que poderiam ser fornecidas por vestígios como é o caso dos monumentos de que elas dispõem. O homem contemporâneo, por sua vez, efetua a sua busca por novos lugares, não se fixando nem mesmo em seu espaço de habitação, assemelhando-se ao nômade, procurando, antes, desambientar tais cidades.

Sobre a arquitetura e os elementos que compõem a cidade, o estudioso diz: “A arquitetura é tudo. A cidade e os objetos, o grande e o pequeno, cenários históricos e cenas íntimas. Todas as coisas em torno, rearticuladas em novos contextos segundo a experiência, o imaginário e a memória”. Para ele, a arquitetura é um modo de captar os acontecimentos urbanos, e a própria poética origina-se de um ambiente urbano que é representado pelo quarto. O autor escreve:

Assim é que o quarto, em comunicação com a rua, torna-se o espaço principal da experiência. O quarto comum, de pensão barata, onde se desenrolam os acontecimentos miúdos da vida do dia-a-dia, é o lugar da poesia. Dali o poeta olha o mundo, ali se fixa o tempo, num instante de iluminação que revela toda uma existência. É da interação entre o quarto e a rua que nasce essa poética, vinda do chão prosaico do cotidiano: da janela se contempla a capela da Glória, mas, ao se debruçar, também se pode ver um beco da Lapa. (PEIXOTO, 2004, p. 318-324).

É dito ainda que existe uma relação de intertextualidade entre a arquitetura, a pintura e o cinema. A arquitetura, “ao confundir-se com a cidade e as coisas, com o imaginário e a memória, integra a pintura e o cinema. Essa imagem dos lugares, criada pela

arte, hoje é constitutiva da cidade.” (PEIXOTO, 2004, p. 326). Exemplos acerca dessa interação são mencionados pelo autor:

Assim como o pintor barroco vira urbanista, o arquiteto contemporâneo torna-se cineasta. Rossi realiza um filme, *Ornamento e delito*, título de um ensaio de Loos. Colagem de obras arquitetônicas e fragmentos de grandes filmes do cinema italiano clássico. Das cidades, dos palácios e logradouros passa-se para imagens de Fellini e Antonioni, em que a arquitetura aparece como fundo das atividades do homem, como cenário de histórias. Veneza adquire maior significado como fundo do amor impossível descrito por Visconti em *Senso*. Recorda-se uma Trieste branca e desesperada que só podia ser claramente mostrada nas vicissitudes de *Senilidade*, de Svevo. Por meio dessa passagem para as imagens, ir “além da arquitetura”, encontrar a continuação de todas as coisas buscadas na arquitetura. Pintura e cinema não apenas são constitutivos da imagem da região: eles permitem levar a arquitetura para além dos seus limites estreitos, expandindo-a para a paisagem, para as cenas, para os interiores, para as coisas. Como os quadros de Hopper introduzem na arquitetura a presença sem tempo dos objetos sobre mesas desfeitas. Combinação de elementos da cidade antiga com aspectos da realidade contemporânea, o mesmo tipo de sobreposição que faz de De Chirico, quando usa a atmosfera sombria de suas paisagens urbanas para remeter à pintura clássica. (PEIXOTO, 2004, p. 326-327).

Além de se relacionar com a pintura e com o cinema, a arquitetura também pode auxiliar no processo de definição da representação de determinada cidade, por exemplo, em uma ficção romanesca. Peixoto (2004) cita Rossi³⁰ a respeito do conceito de *locus*, que consiste em uma “relação singular e ao mesmo tempo universal que existe entre certa situação local e as construções ali sediadas” (PEIXOTO, 2004, p. 337).

Nesse sentido, no romance, certo acontecimento em determinada cidade pode ser compreendido a partir da noção de *locus*. O leitor constrói uma significação singular para esse espaço no momento em que tem acesso a essa cidade escrita no texto. Assim, são possíveis diferentes maneiras de entender e de decifrar, por meio da leitura, algum acontecimento em determinado local.

Sobre as relações entre cidade, arquitetura, transformações urbanas e memória, o autor explica:

Essa visão da arquitetura e da cidade vai se tornando cada vez mais mítica, acúmulo obsessivo de memória e emoções, que se transforma em instrumento de leitura da realidade e de prática projetiva. Uma confusão de tempos e lugares que é própria de todas as narrativas de perambulações pela cidade. O *flâneur* não percorre Paris como um campo de ruínas antigas? Sobrepondo o mito à realidade de lugares particulares, por meio de rápidas analogias com outros locais e lembranças, relacionando espaços domésticos dramatizados com lugares longínquos, Rossi revela a natureza das cidades. (PEIXOTO, 2004, p. 339).

³⁰ ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Milão: Marsilio, 1966.

Dito isso, é possível recordar das cenas em que são narradas as transformações da paisagem urbana do Rio de Janeiro nas obras analisadas nesta pesquisa. Em *O Cortiço*, surgem as largas avenidas à medida que João Romão ascende socialmente. Em *Cidade de Deus*, as personagens lembram-se do campo, da paisagem natural que ainda existia no conjunto habitacional quando eram crianças e tinham para aquele lugar se deslocado, revelando algo que Peixoto (2004) discute que é a confusão de lugares e de tempos, tão peculiar às narrativas que descrevem a experiência urbana.

Essa confusão, segundo o estudioso, também se dá pela aceleração provocada pelos meios de comunicação que, ao longo dos tempos, promove a sensação de fragmentação do espaço e do tempo, desencadeando o que ele denomina de desaparecimento da arquitetura e a dissolução das cenas urbanas. Para ele, as mídias conseguem suprimir o tempo, o espaço e as distâncias geográficas.

Percebe-se a diferença entre a representação do espaço e do tempo em *O Cortiço* e em *Cidade de Deus*. Enquanto na primeira, é narrada a gradual transformação da cidade, a ascensão de algumas personagens – como a de João Romão – e a decadência de outras, como é o caso da portuguesa Piedade; na segunda, as descrições acerca da transformação daquele ambiente são fragmentadas, narradas por meio de *flashes* de memória das personagens em relação à favela e à cidade, exemplo disso é quando Berenice se recorda dos furtos que fazia na infância, em bairros como o Leblon e Ipanema.

Conforme o pesquisador, existe uma força alusiva, imagética, nas narrativas quando são utilizados elementos como a presença “da geografia, da vegetação, das ruas sob a bruma, do calor e do rio”. Isso é perceptível no caso das descrições da natureza feitas por Azevedo (2001, p. 61), em *O Cortiço*, como no momento em que são citados o “solitário capinzal”, ao fundo da estalagem, e a pedreira que “parecia dormir em paz o seu sono de pedra”. Em *Cidade de Deus*, a maior parte das descrições naturais serve para destacar aspectos basilares da obra que são a violência e o medo vivenciados pelas personagens do romance, como exemplo há a cena, já mencionada neste trabalho, em que Barbantinho e Busca-Pé presenciam um corpo boiando, coberto por sanguessugas, nas águas já avermelhadas do rio.

Sobre a tentativa de buscar o legível na escrita da cidade e na cidade escrita, Peixoto (2004) e Gomes (1994) compartilham do mesmo pensamento que reconhece a dificuldade existente em tal processo. O primeiro afirma que há um empobrecimento dos lugares e de suas funções à medida que ocorre a aceleração do movimento das grandes metrópoles, resultando, conseqüentemente, na própria aceleração da imagem urbana e em sua

fragmentação. O segundo, por sua vez, supõe que ler a escrita da cidade ou a cidade escrita é uma tentativa de ler o ilegível, pois não existem cidades ideais na contemporaneidade e nem mesmo soluções que sejam buscadas por meio dessa leitura.

Gomes (1994), assim como Peixoto (2004), também afirma que a cidade moderna vai sendo sucessivamente transformada e tudo substituído nela. Nessa perspectiva, o autor busca, na primeira parte de sua obra – denominada **O cristal e a chama**, utilizar a metáfora da **demolição** que, para Marshall Berman, consiste no movimento dicotômico da **destruição/construção** como marca da modernidade, significando, assim, o apagamento do passado e a perda da memória da cidade.

Mais adiante, Gomes (1994) discute sobre o poema “Retrato de uma cidade”, de Carlos Drummond de Andrade, no qual a cidade do Rio de Janeiro é descrita como um espaço aliado à fraternidade, às peraltices e ao erótico. Uma das estratégias do escritor para conseguir retratar a cidade desse modo, segundo o crítico literário, é apelando para as manifestações culturais, pois, assim como a presença da natureza, elas asseguram a memória desse tipo de espaço urbano que se pretende destacar. Sendo assim, a religião popular, o futebol e o carnaval transmitem a essência da tradição perante o momento em que se presencia o caos e a ilegibilidade das cidades modernas.

Isso é o que ocorre em *O Cortiço* e em *Cidade de Deus*, visto que tanto Aluísio Azevedo como Paulo Lins descrevem a cidade do Rio de Janeiro e os respectivos enredos dos romances são relacionados à tradição carioca e à sua natureza. Enquanto, na primeira, a natureza está sempre presente, como é o caso das descrições personificadas da pedreira, em *Cidade de Deus* também é destacada a presença da natureza de modo a evidenciar as mudanças transcorridas naquela favela e, mesmo quando ela vai sendo destruída para dar espaço às construções urbanas, ainda existem a valorização e a permanência de aspectos culturais como o carnaval, a religião e o futebol.

Ao analisar *As cidades invisíveis*, de Italo Calvino, Gomes (1994) aponta que Marco Polo dialoga com o imperador Kublai Khan sobre a megalópole contemporânea. Nesse sentido, o viajante narra suas viagens a diferentes cidades – em que, na realidade, está sempre implícita a descrição subjetiva de Veneza – que vão de encontro à cidade perversa, babélica, labiríntica. Sobre a inscrição da cidade moderna na literatura, o teórico afirma: “Por essa vertente, a cidade é o território textual por excelência da transmissão e da estocagem, da multiplicidade potencial, um universo jamais saturado de imagens – aspectos que o livro de Italo Calvino traduz.” (GOMES, 1994, p. 53).

Ao trazer a metáfora arqueológica usada por Walter Benjamin³¹ em *Infância em Berlim por volta de 1900*, Gomes (1994) refere-se às estratégias de leitura da cidade e esclarece que o memorialista “decifra não apenas meros traços do passado, mas também dos sonhos e fantasias”. Além disso, afirma que “a cidade como os sonhos é feita de desejos e medos, ainda que o fio de seu discurso seja secreto, as suas regras absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra”. Na perspectiva de Olgária Matos³², a cidade moderna é composta por múltiplas possibilidades e se trata de uma **paisagem metafórica**, cujo flâneur e a criança mapeiam, por meio de uma memória labiríntica, a fim de se compreender o que nela foi perdido, de modo a resgatar o passado.

Por essa perspectiva é que, em *O Cortiço* e em *Cidade de Deus*, as paisagens urbanas servem para compor o cenário de múltiplas possibilidades que, por meio da experiência urbana, são sugeridas pelas descrições presentes nos dois romances analisados. Desse modo, como foi dito, a natureza e os aspectos culturais – como o futebol, o carnaval e a religiões – reforçam a memória perdida que se quer resgatar na tentativa de representar a cidade do Rio de Janeiro e as mudanças que ali ocorreram relativas à gradual modernização de tal metrópole.

4.2 A Violência em *O Cortiço* e *Cidade de Deus*

Já mencionado anteriormente, é possível afirmar que a violência urbana é implícita em *O Cortiço*, principalmente no que se refere à desigualdade social e à pobreza a que está sujeita a maior parte das personagens. Existem descrições de cenas violentas, exemplo disso é quando Firmo foi assassinado por Jerônimo, Pataca e Zé Carlos. No entanto, os moradores da estalagem de João Romão sofriam da violência referente à espoliação urbana, à especulação imobiliária e à exploração proveniente do vendeiro português no que concerne ao aumento dos aluguéis dos quartos no cortiço e à venda de produtos adulterados, principalmente para as lavadeiras que habitavam o local. A respeito da gradual evolução da região onde se localizava o cortiço, da especulação imobiliária, da melhoria nos empreendimentos e das estratégias do português, é narrado:

³¹ BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas II: Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³² MATOS, Olgária. *Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os alugueís; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas, e os trabalhadores passavam de manhã e às ave-marias, e a maior parte deles ia comer à casa de pasto que João Romão arranjara aos fundos da sua venda. Abriram-se novas tavernas; nenhuma, porém, conseguia ser tão afreguesada como a dele. Nunca o seu negócio fora tão bem, nunca o finório vendera tanto; vendia mais agora, muito mais, que nos anos anteriores. Teve até de admitir caixeiros. As mercadorias não lhe paravam nas prateleiras; o balcão estava cada vez mais lustroso, mais gasto. E o dinheiro a pingar, vintém por vintém, dentro da gaveta, e a escorrer da gaveta para a burra, aos cinquenta e aos cem mil-réis, e da burra para o banco, aos contos e aos contos. Afinal, já lhe não bastava sortir o seu estabelecimento nos armazéns fornecedores; começou a receber alguns gêneros diretamente da Europa: o vinho, por exemplo, que ele dantes comprava aos quintos nas casas de atacado, vinha-lhe agora de Portugal às pipas, e de cada uma fazia três com água e cachaça [...]. Era João Romão quem lhes fornecia tudo, tudo, até dinheiro adiantado, quando alguém precisava. Por ali não se encontrava jornaleiro, cujo ordenado não fosse inteirinho parar às mãos do velhaco. E sobre este cobre, quase sempre emprestado aos tostões, cobrava juros de oito por cento ao mês, um pouco mais do que levava aos que garantiam a dívida com penhores de ouro ou prata. (AZEVEDO, 2001, p. 27-28).

Sabe-se que a ascensão dos portugueses João Romão e Miranda aconteceu devido à exploração de mulheres. O primeiro, porque conseguiu para si todas as economias da escrava Bertoleza, além de ter explorado a força de trabalho e a dedicação da amiga até o momento em que ela comete o suicídio. O segundo, pois se enriqueceu devido ao casamento com uma brasileira rica, com quem ainda vivia, apesar de odiá-la e de saber que o traía. Sobre a exploração da personagem Bertoleza, é dito:

João Romão mostrou grande interesse por esta desgraça, fez-se até participante direto dos sofrimentos da vizinha, e com tamanho empenho a lamentou, que a boa mulher o escolheu para confidente das suas desventuras. Abriu-se com ele, contou-lhe a sua vida de amofinações e dificuldades. “Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para uma pobre mulher ter de escapar pr’ali, todos os meses, vinte mil-réis em dinheiro!” E segredou-lhe então o que já tinha junto para a sua liberdade e acabou pedindo ao vendeiro que lhe guardasse as economias, porque já de certa vez fora roubada por gatunos que lhe entraram na quitanda pelos fundos. Daí em diante, João Romão tornou-se o caixa, o procurador e o conselheiro da crioula. No fim de pouco tempo era ele quem tomava conta de tudo que ela produzia, e era também quem punha e dispunha dos seus pecúlios, e quem se encarregava de remeter ao senhor os vinte mil-réis mensais. (AZEVEDO, 2001, p. 17-18).

Com a usurpação das economias da escrava, o português comprou um terreno ao lado esquerdo da venda e construiu uma casa que servia de quitanda e dormitório. A personagem passa a ser explorada por João Romão, exercendo os trabalhos de vendeira, quitandeira, cozinheira e faxineira. Apesar disso, Bertoleza se sentia feliz por ter um novo companheiro que julgava ser bom para ela.

Em *Cidade de Deus*, constata-se que as mulheres também eram vitimadas, seja porque aderiam às atividades do crime desde a infância, seja porque sofriam abusos sexuais dos criminosos da região e dos policiais que mais atacavam os moradores da região em vez de protegê-los. Um exemplo disso é a personagem que se envolve com Inferninho. Sobre os crimes praticados pela personagem, conta-se:

Berenice nascera na favela Praia do Pinto, onde fora criada, numa família de nove irmãos. Começara ainda menina roubando alimentos das prateleiras dos mercados do Leblon e Ipanema. Agora só roubava as madames nas feiras da Zona Sul. Vivia chamando Maracanã para furtar com ela. Achava que essa onda de ficar roubando alimentos na feira era coisa de criança. O negócio era roubar dinheiro, pulseiras e cordões de ouro. (LINS, 2002, p. 47-48).

No que se refere à violência na obra de Paulo Lins, é evidente que as personagens que representavam a polícia, como Cabeça de Nós Todo, eram corruptas e violentas, exigindo propina e aliciando as mulheres que compunham o tráfico. Pode-se dizer que, apesar de algumas mulheres se envolverem em práticas criminosas em *Cidade de Deus*, os homens tinham o comportamento mais violento nas duas obras analisadas nesta pesquisa. Sobre o comportamento do policial Cabeça de Nós Todo, lê-se:

A multidão vaiou o policial, que dava tapa na boca de qualquer um, forjava flagrante, passava a mão nas mulheres com a desculpa de estar dando geral. Todos sabiam que, poucos dias antes, ele revirara com o cano do revólver a marmitta de um trabalhador com o objetivo de encontrar maconha. O cidadão indignado com a atitude do policial jogara a comida fora e recebera socos e pontapés por desacato à autoridade. [...] Cabeça de Nós Todo tomou o rumo do posto policial. Só não ficou mais triste porque tinha pego dinheiro do assalto. A agonia de só ter lembrado de estar com o revólver de Tutuca na cintura depois que ele já estava fora de seu alcance martelava junto com as batidas do coração. Andava pela rua do Meio sozinho, espantou com tiros as pessoas que o observavam. Ao dobrar a rua do braço direito do rio, uma velha precipitou-se para cima dele com o cadáver do neto no colo. – Assassino, assassino! A repetição desse nome eram facadas em seus ouvidos. Fora uma bala perdida do revólver do policial Jurandy logo no início da perseguição. Algumas pessoas voltaram à rua. Em vez de vaiarem, optaram pelo silêncio. Todo silêncio é uma sentença a ser cumprida, uma escuridão a atravessar. Cabeça de Nós Todo começou a afirmar, aos berros, que não tinha sido ele. Deu outro tiro para afastar a nova multidão. Ninguém se afastou. O silêncio novamente explodiu. Para Cabeça de Nós Todo os olhares eram ecos de um horror que supunha ser o maior de todos. A avó, com o cadáver daquele menino de cinco anos, seguia seus passos como quem dissesse: “Toma aqui, agora ele é teu”. (LINS, 2002, p. 99-100).

No romance *O Cortiço*, a polícia também era malvista por destruir casas e objetos pessoais dos moradores das estalagens quando conseguiam entrar no local para resolver alguma desordem. Sobre isso, é narrado:

João Romão atravessou o pátio, como um general em perigo, gritando a todos: – Não entra a polícia! Não deixa entrar! Aguenta! Aguenta! – Não entra! Não entra! – repercutiu a multidão em coro. E todo o cortiço ferveu que nem uma panela de fogo. – Aguenta! Aguenta! De cada casulo espipavam homens armados de pau, achas de lenha, varais de ferro. Um empenho coletivo os agitava agora, a todos, numa solidariedade briosa, como se fossem desonrados para sempre se a polícia entrasse ali pela primeira vez. Enquanto se tratava de uma simples luta entre dois rivais, estava direito! “Jogassem lá as cristas, que o mais homem ficaria com a mulher!” mas agora tratava-se de defender a estalagem, a comuna, onde cada um tinha a zelar por alguém ou alguma coisa querida. – Não entra! Não entra! E berros atroadores respondiam às pranchadas, que lá fora se repetiam ferozes. A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício: à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho. (AZEVEDO, 2001, p. 121-122).

Em ambos os romances, são representados locais – o cortiço e a favela – onde predominam a ilegalidade, o crime e a ocultação. Os dois ambientes são comandados por leis internas, sendo que em *O Cortiço* existia ainda certa solidariedade entre os moradores que se uniam para resolver problemas que aconteciam na estalagem, até mesmo, na briga entre casais, os moradores intervinham a fim de solucionar o conflito. Já em *Cidade de Deus*, as personagens, apesar de seguirem determinadas leis internas como não denunciar os criminosos, não eram tão solidárias e apresentavam maior medo perante a violência que acontecia no local, evitando intervir nas desavenças que surgiam na favela. Além disso, certos criminosos infringiam as ordens estabelecidas por eles mesmos tal como não estuprar ou roubar na região em que moravam ou da qual faziam parte nas atividades do tráfico.

As personagens representadas pelas duas obras analisadas provavelmente não acreditavam no poder que tinham de participação e de intervenção sociais e, ao contrário de participar e intervir a fim de alterar a realidade precária em que viviam, os grupos distintos se isolavam e brigavam uns com os outros. Em *O Cortiço*, os moradores dos cortiços Cabeça de Gato e São Romão eram inimigos e faziam questão de brigar quando entravam em contato. De modo mais violento, em *Cidade de Deus*, grupos liderados por diferentes traficantes disputavam entre si por áreas do conjunto habitacional devido ao tráfico de drogas.

Sobre a linguagem utilizada em *O Cortiço*, pode-se afirmar que as descrições pormenorizadas fazem da obra realista-naturalista um documento sociológico capaz de registrar um período da história da formação brasileira, conforme Straccia *et al.* (1992). Tal formação recebe, na ficção, o aspecto da ironia – recurso atribuído ao Realismo-Naturalismo – no que se refere às manifestações de violência provocadas pela desigualdade social, na desordem da cidade que não comportava o número de pessoas que lá iam se instalando e no

comportamento de personagens como João Romão, que se preocupava apenas em explorar os outros e lucrar em todas as negociações que realizasse.

Outra feição da linguagem, contida na obra de Aluísio Azevedo, relativa ao respectivo movimento literário é a utilização da zoomorfização, recurso responsável por assujeitar, principalmente, os moradores dos cortiços que se comportavam conforme as características do ambiente ao qual pertenciam. Isso faz com que outro tipo de violência seja percebido que é o de declarar como aquela parte da sociedade era vista e tratada pelas classes dominantes, isto é, como animais. Desse modo, não havia por que as autoridades se preocuparem em abrigar de modo digno e em proporcionar meios para que aqueles sujeitos tivessem o mínimo de qualidade de vida. Nesse contexto, no início da obra, é descrito o momento em que os moradores da estalagem acordavam e faziam sua higiene pessoal:

No confuso rumor que se formava, destacavam-se risos, sons de vozes que altercavam, sem se saber onde, grasnar de marrecos, cantar de galos, cacarejar de galinhas. De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar cá fora, na parede, a gaiola do papagaio, e os louros, à semelhança dos donos, cumprimentavam-se ruidosamente, espanejando-se à luz nova do dia. Daí a pouco, em volta das bicas era um zum-zum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não molhar: via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pelo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de ir lá, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas. (AZEVEDO, 2001, p. 38-39).

Além disso, o pessimismo também contribui para que os fins de tal movimento literário fossem realizados, pois fazia parte da mentalidade de escritores como Aluísio Azevedo denunciar, de modo imparcial e verossímil, as contradições existentes na sociedade em formação que se desejou retratar. Situações como a dos imigrantes que recebiam benefícios do governo e o descaso das autoridades com a população brasileira revelam a descrença de alguns intelectuais, como é o caso do autor de *O Cortiço*, em relação ao desenvolvimento do país.

Em *Cidade de Deus*, alguns recursos como a ironia, a zoomorfização e o pessimismo estão presentes, possibilitando afirmar que o período que distancia a publicação dos romances analisados não proporcionou progresso à cidade do Rio de Janeiro. Pelo contrário, na obra de Paulo Lins, observa-se que as personagens que habitam a favela,

principalmente os criminosos, eram consideradas **animais**, como é dito quando a personagem Tutuca foi violentada pelo policial Cabeça de Nós Todo que, ao ouvir os apelos de um homem a respeito da violência contra Tutuca, diz: “[...] cala tua boca que isso aqui não é gente, não, isso aqui é uma vala aberta, um cachorro raivoso!” (LINS, 2002, p. 98).

O romance é encerrado com ironia, pois Zé Miúdo é morto por Tigrinho um pouco antes da queima de fogos do Ano Novo e, no outro dia, “era tempo de pipa em Cidade de Deus”, mostrando que a violência é naturalizada naquele ambiente (LINS, 2002, p. 401). Isso destaca que o espaço urbano é configurado de modo violento e coercitivo, como afirma Duarte (2006). Sobre tal configuração, o estudioso afirma que, nessa ordem estabelecida, existe a banalização da violência e da própria desigualdade social presentes nas cidades brasileiras. Além disso, o arquiteto destaca que existe uma condescendência da população no que concerne aos problemas desencadeados pelo desenvolvimento do sistema socioeconômico vigente.

Apesar de serem utilizados os recursos supracitados, o aspecto que mais reforça a situação de barbárie em *Cidade de Deus* é o uso do paroxismo ao descrever a crueldade com que alguns episódios violentos eram realizados. Exemplo disso é da vingança do marido contra a esposa adúltera:

[...] Examinou as facas que tinha em casa, separou a maior, amolou-a na quina do tanque, acendeu um cigarro na brasa do que fumava. [...] Pensou em voltar atrás por um segundo, mas a determinação de fazer a mulher sofrer tinha bases sólidas, pois, desde o dia em que vira aquele ser nojento, um desejo de vingança se apoderara de seu íntimo [...]. Colocou o recém-nascido em cima da mesa. Este, ainda no primeiro momento, agiu como se fosse ganhar colo. Segurou o bracinho direito com a mão esquerda e foi cortando o antebraço. O nenê revirava-se. Teve de colocar o joelho esquerdo sobre seu tronco. As lágrimas da criança saíam como se quisessem levar as retinas, num choro sobre-humano. [...] Juntou as partes do corpo como quem monta um quebra-cabeça, colocou tudo numa caixa de sapato, dirigiu-se para a casa da sogra sem dominar perfeitamente os passos. [...] A mulher, num gesto impulsivo, puxou um dos braços da criança de dentro da caixa. Apenas um fio de sangue o ligava ao resto do corpo do bebê. A mulher desmaiou, o homem fugiu. Dias depois foi preso. (LINS, 2002, p. 67-70).

Nesse sentido, o paroxismo é utilizado para evidenciar que a violência e a situação de precariedade, em que vivia a maioria das personagens retratada na obra, pioram gradualmente, revelando que, muito além do pessimismo, o romance apresenta uma visão niilista em relação ao contexto de *Cidade de Deus*. Possivelmente, o leitor, ao relacionar a obra com a realidade, tende a desacreditar ainda mais na ideia de progresso e na competência das autoridades para solucionar os problemas sociais que geram a miséria e a violência nas cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência existe, segundo Mumford (1965), desde o período neolítico, quando o homem, por meio da caça, começa a manifestar o desejo pelo poder e a perceber que tinha certo domínio sobre os demais indivíduos da comunidade que protegia. Com o desenvolvimento das cidades, os métodos de controle sobre a população foram sendo aprimorados. Conforme o historiador, quando as aldeias são substituídas por um modo de vida mais complexo, no qual os habitantes das cidades precisavam trabalhar para o próprio sustento e para as autoridades locais, se não o fizessem, eram punidos violentamente.

À medida que as cidades se transformaram, os muros que, inicialmente, representavam a proteção passaram a indicar apenas o isolamento e a opacidade da paisagem das cidades modernas. Sobre isso, Bauman (2009) afirma que a própria cidade passa a sugerir a ideia de perigo ao invés de defesa para os habitantes. Verifica-se, em tal ambiente, a contradição do sistema socioeconômico vigente em que a violência é, concomitantemente, combatida e utilizada para reprimir a população.

Sobre esse aspecto contraditório, Ginzburg (2012) afirma que não é fácil explicar tantas atrocidades planejadas e cometidas por líderes e autoridades governamentais, já que se trata de crimes justificados ao longo da história. Retomando o que o estudioso diz, Hitler foi considerado um sujeito que tinha transtornos psicológicos, sendo esse um argumento que serviria para explicar o extermínio de inocentes que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, conforme o estudioso, tais ações foram planejadas por meio de profundo conhecimento intelectual e estratégico.

Por esse viés, pode-se afirmar que a perversidade e o poder são elementos interligados que consolidam a manutenção das cidades modernas. No contexto literário, a urbe se constitui como local de não realização das personagens no contexto dos romances *O Cortiço* e *Cidade de Deus*, pois a maior parte delas não consegue satisfazer seus desejos e nem mesmo suas necessidades básicas para viver com dignidade na cidade do Rio de Janeiro.

Para Morais (1981), em uma sociedade em que tudo está voltado para o comércio, surgem situações de ameaça e de medo que desencadeiam reações sangrentas, ou disfarçadas por ações repressivas daqueles que detêm o poder. O mercado, criando necessidades de consumo e não oferecendo meios para que todos os indivíduos possam consumir, estimula o

desejo que nem sempre pode ser saciado, tornando hostil e, por vezes, violento o sujeito carregado de aspirações, mas que não tem condição de saciá-las.

É relevante ressaltar que as classes detentoras do poder manifestam a violência de um modo sutil, planejado, legalizado, discreto e eficaz, como afirma Moraes (1981). Desse modo, exercem sobre o restante da população um tipo de violência aceita, internalizada pelos indivíduos que até apoiam as ações manipuladas pelo governo em conjunto com a polícia. A consequência, muitas vezes, é a morte de inocentes, por exemplo, quando há perseguições a traficantes dentro de uma favela.

Moraes (1981) afirma também que, em uma sociedade em que os sujeitos são constantemente reprimidos, vive-se descontente, ocasionando reações violentas por parte da população que tenta manifestar seus descontentamentos devido à violação de seus direitos. Conforme Ginzburg (2012), por meio de uma perspectiva histórica, é possível constatar a presença da violência desde o início do processo de formação do país, seja lembrando o período de colonização do Brasil, em que houve a imposição da cultura europeia ao indígena, seja no contexto da repressão e da crueldade exercidas no período da ditadura militar.

Partindo dessa perspectiva, em um país cujo histórico é de violência e de repressão aos direitos de expressão, a literatura como manifestação artística auxilia no levantamento dos problemas sociais do país. Em *O Cortiço*, Aluísio Azevedo sinaliza para o interlocutor a existência da desigualdade social e a incompetência das autoridades que não resolvem o problema habitacional que, devido à insalubridade, liquidava vidas e denegria a imagem da capital federal. Em *Cidade de Deus*, Paulo Lins consegue representar a violência, que é ainda pior e, por meio do paroxismo, acentua a situação de barbárie, à época, das favelas cariocas.

Se em *O Cortiço* é mencionado que há um ciclo repetitivo de problemas sociais tal como a prostituição, em *Cidade de Deus* é evidente a perpetuação do crime e a manifestação de um potencial violento gerado pelo sistema socioeconômico vigente que mantém o poder por meio da violência institucionalizada, a chamada **violência branca** por Moraes (1981). A criminalidade, na obra de Paulo Lins, representa um poder paralelo ao das autoridades brasileiras, pois não tendo condições de ter qualidade de vida e de realizar os seus anseios, o indivíduo pode ser seduzido pelas promessas de ascensão e de poder implícitas nas atividades do crime.

No romance de Aluísio Azevedo, apesar das desigualdades sociais, algumas personagens conseguem ascender socioeconomicamente. No entanto, em *Cidade de Deus*, é representada a impossibilidade de tal ascensão, pois mesmo criminosos astutos como Zé

Miúdo eram presos e, depois, assassinados. À exceção de Busca-Pé – que realiza o sonho de se tornar um fotógrafo – não é mencionado que as demais personagens conseguiram superar a condição de moradores da violenta favela, a qual continuou sendo dominada por traficantes.

O Cortiço e *Cidade de Deus* são importantes romances brasileiros que auxiliam no processo de reflexão sobre a inaptidão ou desinteresse das autoridades políticas em relação ao combate à desigualdade social que, por sua vez, origina a insatisfação do indivíduo e o fenômeno da violência urbana que é alvo de assíduas discussões e que se precisa combater no Brasil. Retomando Morais (1981), é fundamental compreender que, nos bairros mais pobres, a violência é mais grave porque correspondem a locais onde os indivíduos são mais acuados e se sentem mais impotentes – e não pelo motivo de serem mais agressivos – tendo como alternativa a prática da violência como meio de sobrevivência e liberação.

O filósofo supracitado diz que o resfriamento das relações fez com que o ser humano se tornasse insensível em relação à violência e à desigualdade social e, além disso, se tornasse hostil em relação aos outros, pois todos precisam sair de casa e defender o prato de comida diário e o salário mensal, enxergando o outro como um rival, já que nutre o medo do imprevisível, não sabendo se voltará para casa com o emprego garantido. Mesmo assim, o autor acredita que é possível transformar essa realidade por meio da participação social e da criação de movimentos populares que estreitem a convivência entre as pessoas de uma comunidade.

Enquanto as classes dominantes criam espaços de desaceleração e de maior sensação de proteção, como os *shoppings* e os condomínios fechados, as classes populares tendem a continuar ocupando as áreas às margens e de maior tensão contidas no espaço urbano. Levando em conta a resposta das classes dominantes à urbanização caótica, Duarte (2006) também acredita que é possível que essa atitude auxilie em um processo de mudança em relação às práticas urbanas, justamente, por se tratar de uma insatisfação das classes que detêm o poder. Partindo dessas classes o desejo de poder transitar nas cidades com menos ameaças, como as do trânsito, é possível que surjam ações para criar espaços de desaceleração no espaço urbano, proporcionando, inclusive, uma maior interação social que colabore para a diminuição do medo e do estranhamento entre as pessoas.

Inserido na linha de pesquisa “Linguagem e Práticas Sociais”, este trabalho realizado foi importante no sentido de identificar, em *O Cortiço* e em *Cidade de Deus*, alguns elementos que revelam que os problemas sociais brasileiros, tais como a violação dos direitos – de paz, de igualdade, de moradia, de saúde, de segurança e de educação – é banalizada e se trata de uma questão antiga, não recebendo as devidas soluções e atenção por parte das

autoridades responsáveis. Além disso, a transgressão dos direitos humanos faz com que o indivíduo perca o seu valor diante da sociedade e, muitas vezes, possa se sublevar contra outros indivíduos.

Desse modo, estudos como este evidenciam que a literatura é um tipo de manifestação artística que serve para o entretenimento, mas principalmente para a reflexão acerca das analogias que se pode fazer entre ficção e realidade. Por meio de tais associações, o texto literário possibilita o levantamento de debates sobre temas recorrentes e que precisam de soluções, tais como o problema da violência. Por fim, no que se refere à área de Letras, entende-se que a análise comparativa entre *O Cortiço* e *Cidade de Deus* permite as necessárias atualização e ampliação dos conhecimentos relativos às expressões literárias brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas II: Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BORGES, Jorge Luis. "O imortal". In: *O Aleph*. São Paulo: Companhia das Letras, 1949.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BUORO, Andréa Bueno. *et al. Violência urbana: dilemas e desafios*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2010.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 32/Edusp, 2000, p. 190.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTEL, Robert. *L'Insécurité sociale: que'est-ce qu'être protégé?* Paris: Seuil, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *The informational City*. Oxford: Blackwell, 1989.
- CUNHA, Maria Carneiro da. *A mulher, alvo preferencial da violência*. Folhetim, n. 256, dez. 1981, p. 6, 13.
- DELEUZE, Gilles; GUATARI, Felix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.
- DUARTE, Cristovão Fernandes. *Forma e Movimento*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley; Prourb, 2006.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- ELLIN, Nan. *Fear and City Building*. The Hedgehog Review, vol. 5, n. 3, 2003, p. 43-61.
- ENDO, Paulo Cesar. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Escuta/Fapesp, 2005.
- FONSECA, Rubem. *O Cobrador*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FREUD, Sigmund. *Civilization and its Discontents*. Londres: Penguin Books, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2012.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HILST, Hilda. *Contos d'escárnio. Textos grotescos*. São Paulo: Globo, 2002.

IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. *Do campo abandonado para a cidade suportada: campo e cidade na literatura brasileira*. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

MILAGRE JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre; FERNANDES, Tabatha de Faria. *A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX*. In: *Revista História em Curso*. Belo Horizonte, v.3, n.3, 1º sem. 2013, p. 19-33. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/5337>> Acesso em: 20 de julho de 2014.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LISPECTOR, Clarice. *A cidade sitiada*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LÖWY, M. & SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARREY, Adriano. *O meio e a criminalidade de menores*. São Paulo: [s.n.], 1973.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 63.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1979.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Belo Horizonte: Itatiaia, Vol. I e II, 1965.

MURPHY, S.A.; JOHNSON, L.C. *Finding meaning in a child's violent death: a five year prospective analysis of parents' personal narratives and empirical data*. *Death Study*, junho de 2003, 27(5), p. 381-404.

NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MATOS, Olgária. *Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAIVA, Marcelo Rubens. “Cidade de Deus”, o livro, dá voz a quem não tem mais nada. In: *Folha*, 16 de agosto de 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/cidadedededeus/conheca_o_livro.shtml> Acesso em 23 de julho de 2014.

PUTY, Zinalda Castelo Branco; BARCELLOS, Cláudio Fleury; DANIEL, Eduvaldo. *Violência Urbana*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 56. ed. São Paulo: Record, 1991.

RIO, João do. Os livres acampamentos da miséria. In: MARTINS, L. (Org.). *João do Rio (uma antologia)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Sabiá, 1911.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

ROSSI, Aldo. *La arquitectura de la ciudad*. Milão: Marsilio, 1966.

SANT’ANNA, Sergio. “O monstro”. In: _____. *Contos e novelas reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. Da violência dos nossos dias. In: *Dados*, Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário do Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 1980, p. 367.

SENNETT, Richard. *The Uses of Disorder: Personal Identity and City Life*. Londres: Faber & Faber, 1996.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; MIRANDA, Dayse; BORGES, Doriam. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

STRACCIA, Carlos. *et al. O espetáculo das massas na literatura brasileira*: edição comentada do romance O Cortiço de Aluísio Azevedo. São Paulo: Selinunte, 1992.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, v. 15, n. 44, out./2000, p.5-34.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VERÍSSIMO, Érico. *Noite*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1975.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. P. H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.